



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**FÊNIX JOSÉ AVELINO: COMÉRCIO AMBULANTE E APROPRIAÇÃO DO  
ESPAÇO NA ANTIGA ZONA CENTRO-PORTUÁRIA DE FORTALEZA**

**TALLES ALEXANDRE MOURA CAVALCANTE**

**FORTALEZA**

**2019**

TALLES ALEXANDRE MOURA CAVALCANTE

FÊNIX JOSÉ AVELINO: COMÉRCIO AMBULANTE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO  
NA ANTIGA ZONA CENTRO-PORTUÁRIA DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Geísa Mattos Lima.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C364f Cavalcante, Talles Alexandre Moura.  
Fênix José Avelino : Comércio ambulante e apropriação do espaço na antiga zona centro-portuária de Fortaleza / Talles Alexandre Moura Cavalcante. – 2019.  
141 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Profa. Dra. Geisa Mattos Lima.

1. Espaço público. 2. Feira. 3. Mercado informal. 4. Conflitos urbanos. I. Título.

CDD 301

---

TALLES ALEXANDRE MOURA CAVALCANTE

FÊNIX JOSÉ AVELINO: COMÉRCIO AMBULANTE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO  
NA ANTIGA ZONA CENTRO-PORTUÁRIA DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geísa Mattos Lima (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Irapuan Peixoto Lima Filho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Raimunda Paula e Aniceto Cavalcante (in  
memorian), pelo amor, fé e dedicação.  
E a Vaneza Ferreira pelo amor,  
companheirismo e estímulo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela inspiração, saúde e força para enfrentar os desafios.

Aos meus amados avós, Raimundinha e Aniceto (*in memorian*), por todo o amor e fé que me dedicaram.

A minha esposa, Vaneza, pelo amor, paciência e estímulo.

A minha tia Áurea, que me alfabetizou e me abriu o caminho que hoje sigo.

A meus pais, Inácio Paulo e Marluce Pontes. Meus irmãos Tonny, Thyago e toda a minha família.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Geísa Matos, pelo incentivo, pelas importantes sugestões e por ter cumprido sua função com toda dedicação.

A meus gestores da Caixa Econômica Federal, Richard Brandão, Carmem Albuquerque, Alessandra, Ronny Lima, Daniel Castro, bem como todos os colegas de trabalho, pelo apoio, compreensão e incentivo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, sempre atenciosos e prestativos.

Às professoras Linda Gondim, Irllys Barreira e Lea Carvalho, pelas valiosas sugestões e críticas.

Aos colegas de turma do Mestrado, pelas sugestões, críticas e bom humor, eventualmente regados a cerveja no Bar da Loura.

Aos feirantes entrevistados, sempre solícitos, que mesmo com sua vida corrida encontraram um tempo para contribuir com este trabalho.

A Alexandre Ruoso, autor de algumas das fotografias que ilustram esta dissertação.

A todos os amigos que incentivaram, instigaram, participaram e contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho: Marcílio Brandão, Julien Zeppetella, Samara Zeppetella, Ítalo Lima, Neivania, Eleonardo Braga, Bruna Osterno, Felipe Frankilin Marcos Silva, Hebert Pimentel, Ismenia Holanda, Marcílio Costa, Kelly Villanova, Carol Ruoso, Emiliano Lima, Ubiratan Maciel, Marta Pinheiro, George Paulino, Benito, Marina Valente, Esdras, Paulo Vinícius, Roberto Silva, Andrea Oliveira, Rafael Silveira, Raul Gondim, Carlos Thiago, Joannes Paulus, Olga Nogueira, Julianos Gadelha, Diego Landim, Andrea oliveira e tantos outros.

Por fim, agradeço a companhia de Visconde de Sabugosa, o pequeno felino que nos adotou e que esteve ao meu lado em praticamente todos os momentos da escrita deste trabalho.

“[...] não há respostas filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço – as respostas estão na prática humana.”

David Harvey

## LISTA DE SIGLAS

AGEFIS	Agência de fiscalização de Fortaleza
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDMAC	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
ETFCE	Escola Técnica Federal do Ceará
FAB	Força Aérea Brasileira
IDHB	Índice de desenvolvimento Humano por Bairro
IDHM	Índice de desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
MPE	Ministério Público do Estado
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PR	Partido da República
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SECULTFOR	Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza
SESC	Serviço Social do Comércio
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará
SERCEFOR	Secretaria Executiva Regional do Centro
SERCE	Secretaria Executiva e Regional do Ceará
TCC	Trabalho Conclusão de Curso
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNILAB	Universidade da Integração Lusófona Afro-Brasileira

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a “Feira da José Avelino” e seus conflitos com o poder público; buscando compreender como os sujeitos que interagem nas áreas que passaram por processos de “requalificação”, ao empreender usos divergentes dos previstos pelo Estado, contribuem para a ressignificação desses espaços, configurando novos lugares. A feira em questão é um mercado informal do ramo de confecções e acessórios, predominantemente atacadista, que ocorre nas madrugadas de quarta para quinta-feira e de sábado para domingo, em uma parte da antiga zona portuária da cidade de Fortaleza, atraindo uma clientela de diferentes cidades do Brasil, sobretudo das regiões Norte e Nordeste. Nessa área, anteriormente conhecida como Prainha, havia sido inaugurado em 1999, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), seguindo a tendência, observada à época em diferentes cidades brasileiras, de tentar “requalificar” áreas históricas “degradadas” por meio de políticas públicas culturais. Para compreender como os sujeitos atuam no sentido de se apropriar dos espaços públicos a partir de suas práticas cotidianas, ressignificando essas áreas, utilizei além da observação em campo, entrevistas com o objetivo de perceber as *táticas* por eles utilizadas para perfurar a *estratégia* do Poder Público (CERTEAU, 2014). Busquei apreender seus *trajetos*, o processo de “marcação dos pontos” e a formação da *mancha* urbana (MAGNANI, 2012) que constitui a Feira e que funciona como um espaço-bolha (COSTA, 1989), que compõe um todo um circuito de comércio informal, envolvendo sujeitos que lutam para se inserir no mercado de trabalho e na sociedade de consumo, em um contexto de desemprego e exclusão social. A observação em campo revelou a existência de mecanismos de mitigação de conflitos adotados tanto por feirantes como pelo Poder Público, refletidos entre outras coisas pelo *modus operandi* dos fiscais da Prefeitura, conhecidos como “Rapa” que estabelecem uma representação aceita e compartilhada pelos feirantes (GOFFMAN, 2009), como parte de suas *táticas* para se equilibrar na linha tênue entre a legalidade e a ilegalidade (TELLES&HIRATA, 2007). Dessa forma, a Feira da José Avelino representa a ação *vernacular* de sujeitos que acomodando e incomodando na *paisagem de poder* (ZUKIN, 2000) constituem um *contrauso* (LEITE, 2007) que subverte o sentido pensado pelo Estado para essas áreas.

**Palavras-Chave:** Espaço público. Feira. Mercado informal. Conflitos urbanos.

## RÉSUMÉ

L'objectif de ce mémoire de mastère est d'analyser le « marché de la rue José Avelino » et ses conflits avec le pouvoir public ; en cherchant à comprendre comment les sujets en interaction dans des aires qui sont passées par des processus de « rénovation urbaine », qui s'engagent dans des usages divergents de ceux prévus par l'État, contribuant à l'attribution d'une nouvelle signification de ces espaces, configurant de nouveaux lieux. Le marché en question est un marché informel du secteur textile et d'accessoires de mode, principalement grossiste, qui se tient de la nuit au matin du mercredi au jeudi et du samedi au dimanche, dans une partie de l'ancienne zone portuaire de la ville de Fortaleza (capitale de l'État du Ceará, dans le Nordeste du Brésil), attirant une clientèle de diverses villes du Brésil, essentiellement des régions Nord et Nordeste du pays. Dans cette aire urbaine, anciennement connue sous le nom de Prainha, a été inauguré en 1999 le Centre Dragão do Mar d'Art et de Culture (CDMAC), suivant la tendance que l'on pouvait observer à cette époque dans différentes villes du Brésil, d'amorcer un « renouvellement urbain » d'aires urbaines d'intérêt historique « dégradées » au travers de politiques publiques culturelles. Afin de comprendre comment les sujets agissent afin de s'approprier des espaces publics à partir de leurs pratiques quotidiennes, attribuant de nouvelles significations à ces aires, j'ai appliqué, en outre d'observations sur le terrain, des entretiens visant à mettre à jour les *tactiques* qu'ils emploient pour flouer les *stratégies* des pouvoirs publics (Certeau, 2014). J'ai cherché à appréhender leurs *trajets*, le processus de « démarcation et d'attribution de points de vente » et la formation de la *tache* urbaine (MAGNANI, 2012) que constitue ce marché qui fonctionne comme un espace-bulle (COSTA, 1989), composant l'ensemble d'un circuit de commerce informel impliquant des sujets qui luttent pour s'insérer dans le marché du travail et dans la société de consommation, dans un contexte de chômage élevé et d'exclusion sociale. Les observations faites sur le terrain ont révélé l'existence de mécanismes d'atténuation des conflits adoptés aussi bien par les commerçants du marché que par les pouvoirs publics qui se reflètent, parmi d'autres choses, dans le *modus operandi* des agents de la municipalité, connus sous le surnom de « *Rapa* » (« réquisitionneur ») qui établissent une représentation acceptée et partagée par les commerçants (GOFFMAN, 2009), comme faisant partie de leurs tactiques pour s'équilibrer sur la frêle ligne séparant le légal et l'illégal (TELLES & HIRATA, 2007). De la sorte, le marché de la rue José Avelino représente une action *vernaculaire* de sujets qui s'accommodent et incommode dans le *paysage du pouvoir* (ZUKIN, 2000), en constituant un *contre-usage* (LEITE, 2007) qui subvertit le sens pensé par l'État pour ces aires urbaines.

**Mots-clés:** espace public, marché, marché informel, conflits urbains.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Entrevistados .....	32
Quadro 2	Fases da feira .....	36

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquina da José Avelino. ....	16
Figura 2	Avenida Alberto Nepomuceno. Acima, Viaduto da FAB, na Avenida Castello Branco. ....	17
Figura 3	Rua José Avelino .....	17
Figura 4	Esquina da Avenida Alberto Nepomuceno com Rua Jose Avelino .....	18
Figura 5	Avenida Alberto Nepomuceno, em frente a SEFAZ. ....	18
Figura 6	Área de abrangência da Feira da José Avelino segundo a SERCE. ....	25
Figura 7	Localização dos galpões e shoppings populares na área de abrangência da Feira da José Avelino.....	25
Figura 8	Feirantes exibindo camiseta do movimento pela permanência da feira .....	51
Figura 9	Esquina da Rua José Avelino com Alberto Nepomuceno, na qual podem ser vistos o viaduto e uma viatura da Guarda Municipal de Fortaleza bloqueando a entrada da via.....	52
Figura 10	Montadores e feirantes aguardando a liberação da Rua José Avelino.....	53
Figura 11	Montadores e feirantes aguardando a liberação da Rua José Avelino.....	53
Figura 12	Montadores entrando na Rua José Avelino após a liberação para montar as bancas, com o prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE) ao fundo.....	54
Figura 13	Bancas desmontadas chegando em reboques puxados por carros. Na foto, o “Burra Preta” de Rubens Filho. ....	54
Figura 14	Bancas sendo montadas .....	55
Figura 15	Vendedores de “espetinhos” a postos durante a montagem da Feira. Ao fundo Passarela do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.....	56
Figura 16	Notícia sobre faturamento diário da feira .....	57
Figura 17	Notícia sobre o lucro dos revendedores .....	58
Figura 18	Notícia sobre os impactos da feira no comércio formal .....	58
Figura 19	Área ocupada durante a primeira fase da pesquisa.....	66

Figura 20	Barricada feita pelos feirantes no confronto do dia 14 de maio de 2017.....	70
Figura 21	Policiais de moto, chegando ao local do confronto do dia 14 de maio de 2017. Barricadas de galhos de árvores e Prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE).....	70
Figura 22	Deputado Estadual Capitão Wagner discursando para os feirantes embaixo do viaduto após o confronto do dia 14 de maio de 2017. ....	71
Figura 23	Esquina da Rua José Avelino com Boris, após desocupação dos feirantes, com parte da pavimentação tombada arrancada. ....	71
Figura 24	Limite entre trilho original e similar.....	72
Figura 25	Pavimentação tombada da Rua José Avelino com suas pedras toscas ferruginosas e os trilhos do antigo bonde à tração animal. ....	79
Figura 26	Vista aérea do Centro Dragão do Mar. ....	83
Figura 27	Sobrados reformados que abrigam bares no entorno do Dragão.....	84
Figura 28	Ônibus de clientes de outros estados, estacionados na Rua Conde D’Eu.....	89
Figura 29	Pessoas com sacolões na José Avelino após a chegada do “Rapa”. ....	91
Figura 30	Esquina da José Avelino com Alberto Nepomuceno no momento pós chegada do “Rapa”. ....	92
Figura 31	Feirantes ocupando a Praça Caio Prado.....	101
Figura 32	Feirantes ocupando a calçada da Catedral no início da feira .....	101
Figura 33	Feirantes ocupando a calçada do Mercado Central .....	102
Figura 34	Feirantes em frente ao Mercado Central, ao longo da Alberto Nepomuceno ....	102
Figura 35	Ponto marcado na calçada do Mercado Central .....	109
Figura 36	Pontos marcados na Av. Alberto Nepomuceno.....	110

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Parte da área considerada como centro histórico de Fortaleza, incluindo a antiga zona portuária.....	15
Mapa 2	Mapeamento de Fortaleza por IDH-B .....	49
Mapa 3	Trajeto do “Rapa” .....	94
Mapa 4	Área coberta pela feira atualmente. ....	100
Mapa 5	Proposta de distribuição de empregos em Fortaleza .....	128

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A FEIRA DA “JOSÉ AVELINO”: PRIMEIROS CONTATOS.....	23
2.1	A Praia de Iracema, a Prainha e eu: antigos e novos olhares.....	26
2.2	Adentrando a Feira da José Avelino.....	30
2.3	As diferentes fases da feira.....	36
3	COMÉRCIO INFORMAL E ESPAÇO URBANO.....	38
3.1	Feirantes, ambulantes, camelôs... ..	38
3.2	Nas trilhas do comércio ambulante.....	39
3.3	Fortaleza ambulante: comércio informal no centro da capital cearense.....	43
4	FÊNIX JOSÉ AVELINO: A RESISTÊNCIA DE UMA FEIRA POPULAR EM UMA ÁREA “REQUALIFICADA”.....	51
4.1	Zé Avelino, “a nossa Serra Pelada”.....	51
4.2	Uma História de Resistência.....	58
4.3	Da Feira da Sé à Feira da José Avelino: A produção de territórios e territorialidades.....	75
4.4	Do Chafariz à Feira: um percurso entre nomes e usos.....	77
4.5	O ninho do Dragão: De zona portuária à área histórica “requalificada”.....	81
5	POR DENTRO DA “ZÉ AVELINO”.....	88
5.1	“Ó o ‘Rapa’”: representação e lealdade dramaturgica.....	89
5.2	Astúcias versus Poder: os feirantes e suas artes táticas.....	98
5.3	Entre a “casa” e a “rua”: o ponto.....	99
5.3.1	<i>Mulheres feirantes e suas teias de apoios recíprocos.....</i>	104
5.3.2	<i>As táticas de marcação dos pontos.....</i>	109
5.4	<i>Manchas e circuitos: A José Avelino e os usos do espaço urbano.....</i>	114
5.5	A “bolha” José Avelino e os <i>trajetos</i> dos Feirantes.....	116
5.6	Tipos ideais de feirantes da “José Avelino”.....	120
5.7	Os feirantes e suas metáforas extrativistas.....	122
5.8	Nas porosidades entre o legal e o ilegal.....	124
5.9	A Feira da José Avelino como <i>contrauso</i> .....	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS.....	136

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, deve seu nome à fortificação em torno da qual se desenvolveu o povoado<sup>1</sup> que foi elevado à categoria de Vila pela Carta Régia de 1726, recebendo o nome de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. O forte existe até hoje, no alto do morro que já foi chamado de Marajaitiba, e abriga atualmente o Comando da 10ª Região Militar.

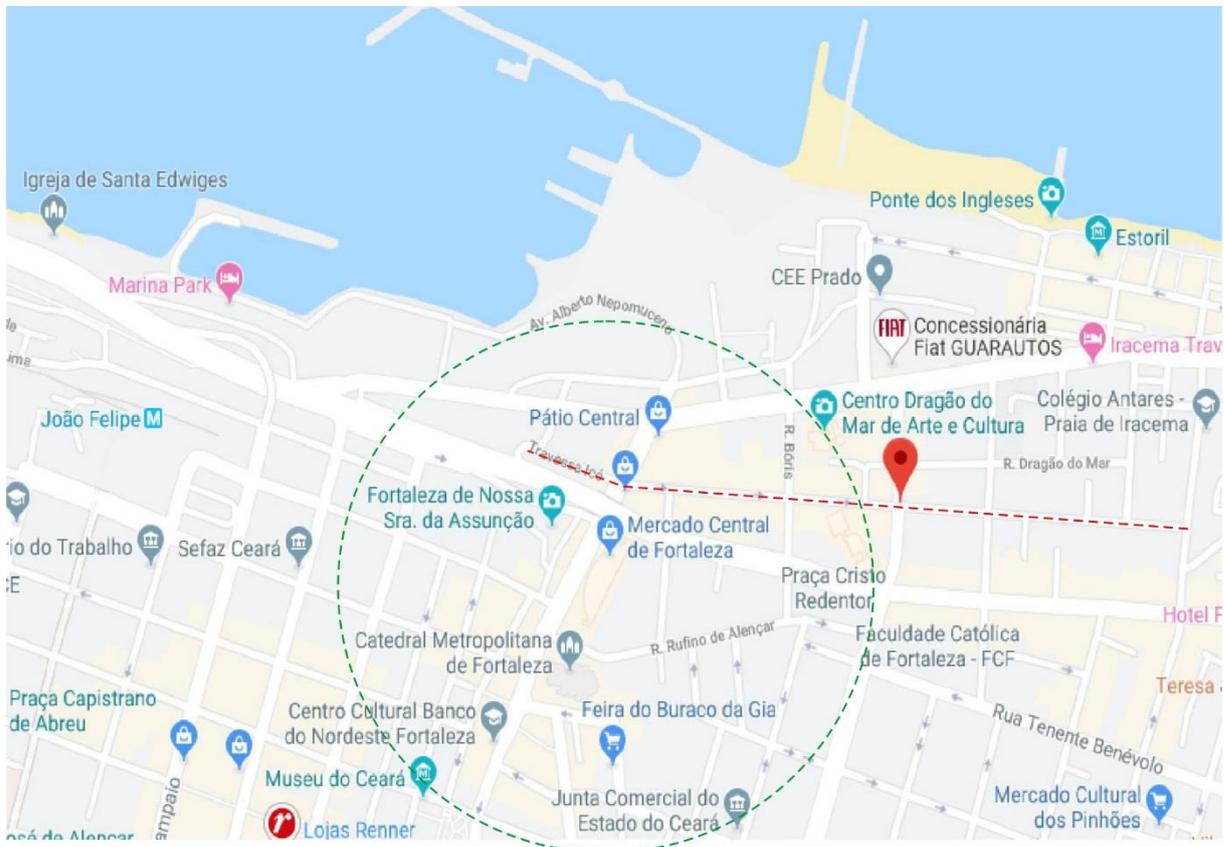
Com entrada para o nascente, a edificação tem à sua frente o atual Mercado Central, construído nos anos 1990 para substituir o antigo que funcionava a poucos metros dali, na Rua Conde D'Eu, em cujo prédio funciona hoje o Centro Cultural do Banco do Nordeste do Brasil (CCBNB). No lado sul do forte encontra-se a Praça Caio Prado, também conhecida como Praça da Sé por se localizar em frente à Catedral Metropolitana de Fortaleza. À oeste, localiza-se o Passeio Público ou Praça dos Mártires<sup>2</sup>, outrora principal área de lazer da elite fortalezense. Ao norte estão alguns galpões construídos para dar suporte às atividades da antiga zona portuária de Fortaleza. A via onde se localizam esses galpões é cortada pela Avenida Alberto Nepomuceno, onde se encontra a entrada do forte. A oeste da Alberto Nepomuceno a via recebe o nome de Travessa Icó e a leste chama-se oficialmente de José Avelino (Mapa 1).

---

<sup>1</sup> Forte construído pelos holandeses em 1649, batizado de Shoonenborck. Foi tomado e reconstruído pelos portugueses, recebendo o nome de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, em torno da qual se desenvolve a vila de mesmo nome (SILVA, 1992).

<sup>2</sup> A mais antiga praça de Fortaleza. Construída em 1890, em estilo neoclássico. Possui vista para o mar e árvores centenárias. Foi erguida no mesmo local onde foram executados os revolucionários da Confederação do Equador, em 1825 (MARQUES, 2007)

Mapa 1 – Parte da área considerada como centro histórico de Fortaleza, incluindo a antiga zona portuária.



(Fonte: Google Maps)

Essas ruas integram, junto com outras circunvizinhas um polígono de grande importância histórica para a Cidade, por abrigarem edificações do final do século XIX e início do século XX, época em que ali funcionava o porto. Além disso, a Rua José Avelino teve parte de sua pavimentação tombada no ano de 2012, por esta ser um dos últimos exemplares dos primeiros calçamentos da cidade, ladrilhados com pedras toscas ferruginosas retiradas da antiga pedreira do Mucuripe<sup>3</sup>.

O transeunte que trafega por aquela área em dias e noites de quarta-feira e sábado, ou nas madrugadas de quinta-feira e domingo, se depara com uma movimentação atípica em relação aos demais dias da semana. Para um visitante ou mesmo um fortalezense desavisado chamará a atenção o grande número de pessoas percorrendo as calçadas e as vias, pessoas paradas oferecendo aos gritos seus produtos - expostos sobre lonas estendidas no chão e em “araras”<sup>4</sup> ou vestindo manequins - carrinhos de lanches parados ou em movimento, algumas

<sup>3</sup> Bairro de Fortaleza, localizado ao longo de enseada homônima. Na década de 1940, foi escolhido como local para abrigar o novo porto da Cidade.

<sup>4</sup> Objetos usados para pendurar roupas.

viaturas da Autarquia Municipal de Trânsito, taxis e moto-taxis deixando ou pegando passageiros (Figura 1).

Trata-se da “Feira da José Avelino”, objeto desta dissertação. Um mercado informal que se desenvolveu a partir de uma rua de mesmo nome, localizada na antiga zona portuária de Fortaleza, no centro da cidade, próximo do limite entre este e o bairro Praia de Iracema. Este mercado informal se inicia nas manhãs de quarta-feira e sábado, se estendendo até as manhãs de quinta-feira e domingo<sup>5</sup>. As figuras abaixo mostram diversos trechos da Feira da José Avelino, em diferentes horários.

Figura 1 – Esquina da José Avelino.



Fonte: O autor.

---

<sup>5</sup> É importante salientar que esses dias e horários sofreram alterações ao longo da história da Feira, inclusive durante a pesquisa que resultou nesta dissertação. Essas mudanças se deram por diversos fatores que serão explicitados no decorrer deste trabalho.

Figura 2 – Avenida Alberto Nepomuceno. Acima, Viaduto da FAB, na Avenida Castelo Branco.



Fonte: O autor.

Figura 3 – Rua José Avelino



Fonte: O autor

Figura 4 – Esquina da Avenida Alberto Nepomuceno com Rua Jose Avelino



Fonte: O autor.

Figura 5 – Avenida Alberto Nepomuceno, em frente a SEFAZ.



Fonte: O autor.

A “Feira da José Avelino” começou a funcionar por volta de 2011<sup>6</sup>, após a desarticulação de outra, conhecida como “Feira da Sé”, que funcionava no entorno da Catedral Metropolitana de Fortaleza. Atualmente ocupa uma extensão de aproximadamente um quilômetro, abrangendo um trecho da Rua José Avelino e se espalhando por ruas próximas.

Segundo estimativa da Secretaria Executiva Regional do Centro (SERCE), entre 2011 e 2017 a Feira já chegou a contar com cerca de sete mil feirantes, em datas comemorativas como Natal e Dia das Mães. De acordo com alguns feirantes entrevistados, no mesmo período havia cerca de duas mil bancas somente na Rua José Avelino, sem contar com os galpões e demais vias. Atualmente, após a última tentativa de extinguir a Feira, a SERCE estima a existência de 900 feirantes atuando nas ruas.

Trata-se de um mercado predominantemente atacadista e volta-se basicamente para o comércio de confecções e acessórios como sapatos e bolsas. É a maior do ramo no estado do Ceará e uma das maiores nas regiões Norte e Nordeste, perdendo em tamanho e volume de negócios apenas para as dos municípios de Caruaru, Santa Cruz e Toritama, no estado de Pernambuco.

Desde a mencionada desarticulação da “Feira da Sé”, em 2011, a Feira da José Avelino têm atraído uma clientela oriunda de diferentes estados brasileiros, o que lhe proporcionou significativo crescimento. Conforme reportagem do jornal O Povo do dia 11 de agosto de 2013<sup>7</sup>, as estimativas da SERCE à época eram de que o volume de negócios da feira poderia atingir de 5 a 20 milhões de reais em um único dia. Segundo afirmou à citada matéria o então titular da secretaria, Régis Dias, em alguns sábados cerca de 120 ônibus chegavam ao entorno da José Avelino com clientes que gastavam de R\$ 5 a R\$ 10 mil reais.

Conforme relatos dos próprios feirantes, em “um dia bom”, que “dá feira”, que a “feira é boa”, tem feirante que “bate a lona” e “sai com dez, vinte mil no bolso”. “Bater a lona” é como eles chamam quando o feirante consegue vender todas as mercadorias que leva. A expressão vem da prática que esses comerciantes têm de cobrir com uma lona ou plástico grosso a superfície sobre a qual expõem as mercadorias que vendem. A lona serve para proteger os produtos, evitando sujar ou danificar, mas também pode ser usada para envolver a mercadoria em caso de chuva, por exemplo, ou para que seja transportada.

---

<sup>6</sup> Como veremos mais adiante, os primeiros galpões da Rua José Avelino, bem como a primeira leva de feirantes a ocupar a via, começam a atuar por volta de 2007, como reflexo da “Feira da Sé”, mas é somente com a desarticulação desta, em 2011, e com a conseqüente migração de parte de seus feirantes para aquela rua, que a “Feira da José Avelino” se consolida como um mercado próprio e inicia significativa expansão.

<sup>7</sup> CABRAL, Bruno. Comércio: até R\$ 20 mi em um dia. Fortaleza. **O POVO**. Economia, p.34. 11 ago. 2013.

Ao longo de sua existência, esta feira tem sido alvo de várias investidas do poder público para sua desarticulação. Entretanto, vem resistindo até o momento, em uma área da cidade que desperta forte interesse comercial e turístico. A pesquisa abrange dois anos que correspondem ao período entre maio de 2017 a maio de 2019, atravessando diferentes fases da Feira.

Em pouco tempo a “Feira da José Avelino” já não se limitava à rua que lhe deu nome, tendo se espalhado por diferentes vias do entorno e feito surgir outros núcleos voltados para a mesma atividade em diferentes pontos próximos dali. Seu crescimento passou a incomodar diferentes atores, tanto na esfera pública como da iniciativa privada, dentre os quais, destacam-se: a gestão do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura; os donos de restaurantes, bares e boates situados no entorno deste centro cultural; os mantenedores de ateliês e outros espaços culturais da área e os representantes do que Dantas (2012) chama de “comércio estabelecido”<sup>8</sup> do centro da cidade.

Dentre as diversas críticas que são feitas, estão: a descaracterização da área como polo cultural, uso que estava previsto quando se pensou o Centro Dragão do Mar como principal elemento de uma “requalificação”; danos ao patrimônio histórico material, uma vez que a rua tem sua pavimentação tombada e também imóveis considerados de importância histórica; o caos gerado no trânsito; a sujeira deixada para o dia seguinte e a concorrência considerada desleal pelos representantes do chamado comércio estabelecido do Centro da cidade, que reclamam dos baixos preços das mercadorias comercializadas na feira devido, entre outras coisas, estas não serem tributadas.

O meu contato inicial com a Feira despertou alguns questionamentos, dentre os quais: Que fatores teriam contribuído para transformar uma área anteriormente escolhida para ser um corredor cultural, inclusive recebendo intervenções estatais que constituíram o que Zukin (2000) chama de *paisagem de poder*, em um polo de comércio ambulante de significativas proporções? Em que medida a forma como foi conduzida a “requalificação” da área pode ter contribuído para o surgimento do que Leite (2007) chama de *contra-uso*, ou seja, um uso não previsto pela *estratégia* do Poder Público? Como os diferentes sujeitos, na medida em que se relacionam com a área e entre si, se acomodando ou se incomodando,

---

<sup>8</sup> O autor não conceitua, mas utiliza o termo na obra citada para se referir ao comércio desenvolvido em estabelecimentos formais, em contraposição ao praticado por vendedores ambulantes informais.

formulam *táticas* que contribuem para a criação de novos sentidos para os espaços, configurando novos lugares<sup>9</sup>?

O objetivo geral dessa pesquisa é, portanto, analisar a “Feira da José Avelino”, na antiga zona portuária de Fortaleza e seus conflitos com o poder público; buscando compreender como os sujeitos que interagem nas áreas que passaram por processos de “requalificação”, ao empreender usos divergentes dos previstos pelo Estado, contribuem para a ressignificação desses espaços.

Resumidamente, esta dissertação foi pensada com base na seguinte estrutura:

No capítulo um faço uma breve apresentação da “Feira da José Avelino” e da área onde ela acontece. Abordo ainda como essa feira se desenvolveu a partir de outra, conhecida como “Feira da Sé”, os motivos que me levaram a empreender esta pesquisa, meus primeiros contatos com a área e com o objeto, minha inserção em campo e escolhas metodológicas.

O segundo capítulo que traz uma revisão bibliográfica de uma literatura que me foi bastante importante para a compreensão do comércio ambulante e de suas relações com o espaço urbano. É apresentado um contexto compreensivo para a existência desse tipo de atividade, sua importância e seu desenvolvimento na área central do município de Fortaleza e suas relações com espaço urbano e com o Poder Público.

O capítulo três apresenta a Feira da José Avelino e a área onde esta se encontra de forma mais aprofundada. É feita uma contextualização histórica, na qual se aborda a origem da feira, bem como outros usos que foram feitos na área antes dela. Ainda neste capítulo, é tratado o conflito que redefiniu a feira, resultando na modificação da ocupação do espaço praticada por ela e que contribuiu para redesenhá-la com as características que ela possui atualmente.

No capítulo quatro são abordadas as táticas utilizadas pelos feirantes para driblar a estratégia estatal e se apropriar do espaço em disputa. A partir da análise das práticas e dos discursos dos feirantes, procuro entender quem eles são e como eles se veem nesse processo, quais os significados para eles daquele espaço e do que sua ação produz ali. Neste capítulo são tratados os processos de legitimação da Feira, ou seja, como essa legitimidade é construída muitas vezes em contraposição a uma legalidade que é imposta.

Para finalizar esta introdução, gostaria de justificar o termo Fênix utilizado no título. Além de se tratar um pássaro da mitologia grega que entrava em combustão quando morria e depois de algum tempo ressurgia das próprias cinzas, a Fênix possuía uma força que

---

<sup>9</sup> Para entender como se operam essas ressignificações lanço mão dos conceitos de estratégias e táticas de Certeau (2014).

lhe permitia carregar cargas muito pesadas enquanto voava. Algumas lendas dão conta de que esta ave chegava a carregar elefantes. Considero a metáfora bastante adequada para a Feira da José Avelino que já entrou em combustão e renasceu das próprias cinzas tantas vezes e para seus feirantes que perfuram a estratégia do poder estabelecido e costumam carregar cargas muito pesadas enquanto “voam” fugindo do “rapa”.

## 2 A FEIRA DA “JOSÉ AVELINO”: PRIMEIROS CONTATOS

A “Feira da Sé” ou “Feira da Madrugada”, como também era chamado o mercado informal que originou o que hoje é conhecido como “Feira da José Avelino”, teve origem no início da década de 1990, na praça batizada oficialmente de Caio Prado, mais conhecida como Praça Pedro II ou Praça da Sé<sup>10</sup>. Segundo Lima (2012) e Sousa (2015), o surgimento dessa atividade naquele local está ligado a rendeiras<sup>11</sup> que vinham do município de Itapajé, na região norte do Ceará, para comercializar ali suas peças. O crescimento dessa feira, considerado por muitos como desordenado, passou a incomodar especialmente aos comerciantes dos arredores da praça, sobretudo os do mercado central, e também a administração da Catedral Metropolitana de Fortaleza. Os primeiros reclamavam das quedas nas vendas em suas lojas, atribuídas por eles ao baixo preço das mercadorias comercializadas na feira, o que geraria uma concorrência desleal. A segunda criticava a utilização das calçadas e das grades da igreja para a exposição de mercadorias, o que, além do alegado problema estético, tornaria complicado o acesso dos fiéis ao templo.

Toda essa insatisfação levou, no ano de 2008, o Ministério Público do Ceará a ordenar, por meio de uma Ação Civil Pública, que a Prefeitura retirasse da Praça da Sé e de seu entorno todos os feirantes. Algumas alternativas de lugares para aloca-los foram apresentadas. Entre as quais estava um terreno no bairro José Walter. Devido à dificuldade de se chegar a um consenso e o interesse da gestão municipal em evitar conflitos e desgaste político, uma vez que se encontrava em ano eleitoral, a questão se arrastou por três anos. Em 2011, a referida ação foi finalmente cumprida, ocasionando diversos conflitos entre feirantes e a Guarda Municipal de Fortaleza, que resultaram em várias detenções e pessoas feridas.

Em 2008, uma parte dos feirantes havia aderido a uma proposta do Prefeito de Maracanaú, Roberto Pessoa, e se transferido para um empreendimento particular, chamado Feira Center Ceará<sup>12</sup>, que foi construído naquele município da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), com o fim de reunir fabricantes de confecções voltados para o atacado e varejo. Entretanto, a maioria não aderiu, insistindo em permanecer na Sé, alegando dificuldades devido à distância e custos, entre outras coisas.

---

<sup>10</sup> A Praça Caio Prado é popularmente conhecida como Praça Pedro II ou Praça da Sé, devido, respectivamente, a presença de uma estátua do imperador brasileiro e o fato de se localizar em frente à entrada da Catedral.

<sup>11</sup> Produtoras da renda de bilros, artesanato que se tornou tradicional no estado do Ceará. Resulta do cruzamento sucessivo ou entremeado de fios têxteis com a ajuda dos bilros, que são pequenas peças torneadas, geralmente feitas em madeira. As rendeiras produzem geralmente figuras abstratas e desenhos quando tecem.

<sup>12</sup> O Feira Center Ceará é um centro de negócios, construído pela empresa SIL Empreendimentos Imobiliários, em terreno de 12 hectares cedido pela Prefeitura de Maracanaú, inspirado no Polo de Moda de Caruaru, no estado de Pernambuco.

Muito próximo da Sé, encontra-se a Rua José Avelino, parte da antiga zona portuária de Fortaleza, uma área situada entre o Centro da cidade e o bairro Praia de Iracema<sup>13</sup>, que já foi conhecida como Prainha. No trecho da José Avelino, entre a Avenida Alberto Nepomuceno e a Rua Boris, havia uma residência, uma floricultura que ocupava um grande terreno, duas casas noturnas que funcionavam nos finais de semana e muitos galpões desocupados, que no passado deram suporte à atividade portuária. Tais características contribuíam para que a via apresentasse pouquíssimo fluxo de veículos e pessoas na maior parte do tempo.

No início dos anos 2000 começam a surgir na José Avelino, por influência da Feira da Sé, alguns galpões particulares destinados a receber feirantes, em torno dos quais foi se desenvolvendo um comércio ambulante, ainda de pequenas proporções, que cresceria gradativamente ao longo dos anos. Em 2011, a fim de resolver definitivamente o que era chamado pela imprensa, por alguns lojistas e agentes do poder público como o “problema da Sé”, a Prefeitura adquiriu alguns boxes nesses galpões para conceder aos feirantes que quisessem se fixar ali e não pudessem pagar. O Centro de Fortaleza continuou, então, sendo o destino mais procurado pela maior parte dos antigos clientes da Feira da Sé, que agora compravam seus produtos na Rua José Avelino.

Com o tempo, alguns feirantes que haviam se transferido para Maracanaú resolveram voltar para a capital e também procuraram se estabelecer na José Avelino, rua que se consolidava como o novo polo do comércio popular atacadista de confecções. No entanto, não conseguindo mais do poder municipal o incentivo dado para quem havia chegado antes, esses feirantes passaram a comercializar seus produtos na própria via, do lado de fora dos galpões. Contribuindo para um importante aumento da atividade ambulante naquela rua.

Com o passar dos anos, o número de feirantes cresceu e a feira se espalhou por ruas circunvizinhas, como Travessa Icó, Rua Baturité, Avenida Alberto Nepomuceno. Chegou, inclusive a ocupar a área onde anteriormente acontecia a Feira da Sé, no entorno da Catedral. A feira da José Avelino contribuiu, para o surgimento de galpões e shoppings populares em áreas próximas.

Apesar de próximos, esses estabelecimentos não possuem contiguidade com a Feira, mas são voltados para a mesma atividade e têm mais ou menos o mesmo horário de funcionamento. Tal fato levou a SERCE a definir uma área de abrangência da José Avelino

---

<sup>13</sup>Um dos mais importantes bairros para o turismo na capital cearense.

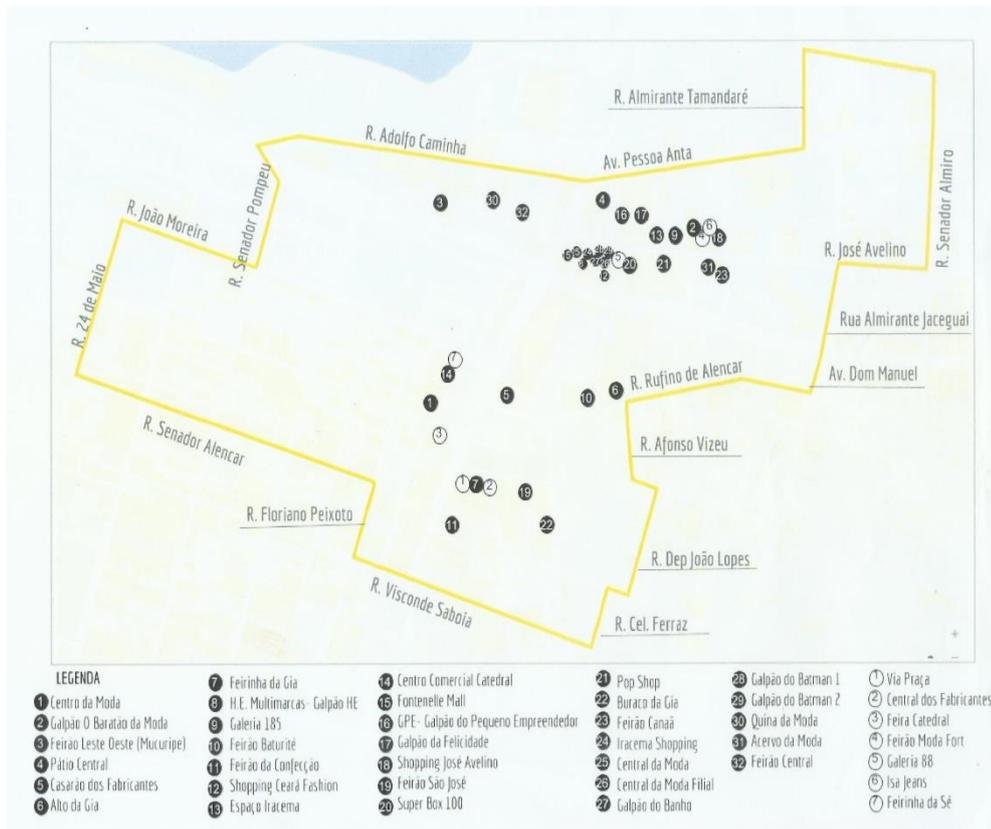
que os inclui (Figura 6). Ao todo existem atualmente 39 galpões e shoppings populares listados pela Prefeitura na referida área (Figura 7).

Figura 6 – Área de abrangência da Feira da José Avelino segundo a SERCE.



Fonte: SERCE

Figura 7 – Localização dos galpões e shoppings populares na área de abrangência da Feira da José Avelino.



Fonte: SERCE

A Feira da José Avelino atrai semanalmente milhares de pessoas, em grande parte vinda de outros estados brasileiros e até mesmo de outros países. Nas noites em que ela acontece, centenas de ônibus chegam e estacionam em espaços privados ou em ruas próximas, impactando no trânsito e trazendo para área uma movimentação de pessoas e veículos bem maior do que aquele que ocorre em dias ordinários. Merece destaque o fato de que isso ocorre em uma área de grande importância histórica, onde se encontram alguns imóveis tombados e, inclusive, a pavimentação da Rua José Avelino teve seu tombamento aprovado no ano de 2012. A própria instalação do Centro Dragão do Mar naquele polígono teve como objetivo atrair usos voltados para o entretenimento e a cultura, integrando um corredor cultural que ligaria o Centro à Praia de Iracema (GONDIM, 2007)<sup>14</sup>.

## **2.1 A Praia de Iracema, a Prainha e eu: antigos e novos olhares**

A presente pesquisa nasceu, antes de tudo, do fascínio e das inquietações de um jovem vindo do interior com relação a uma cidade que, mesmo por vezes lhe sendo traiçoeira, ele aprendeu a amar. Um amor construído por uma relação de aprendizado, muitas vezes dura, que foi se dando nas caminhadas, nas “quebradas”, nos coletivos, na militância e na luta pela sobrevivência e por uma cidade mais humana e mais justa. Com certeza, essa vivência foi que me despertou para as questões que me trouxeram até aqui. Quando cheguei a Fortaleza, ainda adolescente, para cursar o ensino médio na antiga Escola Técnica Federal do Ceará, no ano de 1994, nos finais de semana, costumava frequentar o bairro Praia de Iracema com os colegas de escola. Chegávamos ao final da tarde para ver o pôr-do-sol da Ponte dos Ingleses<sup>15</sup>, reinaugurada um ano antes, após reforma empreendida pelo Governo do Estado do Ceará, para se converter em uma atração turística. A “Ponte”, como a chamávamos, era bastante visitada por turistas e também por jovens locais que a elegeram como principal ponto de encontro. Era muito comum ver ali casais namorando, grupos tocando violão, pessoas posando para fotos ou simplesmente sentadas conversando e apreciando a bela vista proporcionada.

---

<sup>14</sup> Segundo a autora, “a estratégia de dotar a cidade com um espaço cultural capaz de contribuir para a requalificação de seu Centro” teve como embrião uma proposta da ex-secretária de cultura do estado do Ceará, Violeta Arraes, que previa a “criação de um centro cultural como âncora de um ‘corredor cultural’, articulando equipamentos públicos e privados, inclusive a Estação João Felipe e galpões anexos da RFFESA, no centro histórico de Fortaleza” (GONDIM, 2007).

<sup>15</sup> Nome pelo qual ficou conhecido o Viaduto Lucas Bicalho, pier cuja construção foi iniciada em 1923. O objetivo era que viesse a substituir o Viaduto Moreira da Rocha, ou “Ponte Metálica”, como cais para o Porto de Fortaleza, porém nunca chegou a ser concluído. Depois de décadas sendo usado informalmente por pescadores e para o lazer, sobretudo de jovens, foi reformado, e reinaugurado no ano de 1994, como ponto turístico.

Comumente ouvíamos de frequentadores mais antigos um lamento nostálgico pela Praia de Iracema, que, nas palavras deles, estaria “se elitizando”. Referiam-se, especificamente, a um determinado quadrilátero, próximo à orla, que há pouquíssimo tempo havia recebido investimentos em infraestrutura por parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) e do Governo do Estado. As benfeitorias estavam atraindo um novo público, bem como a atenção da iniciativa privada, que já começava a instalar ali hotéis, restaurantes e boates voltados a usuários de maior poder aquisitivo. Conseqüentemente, a área se valorizava e os preços dos imóveis começavam a subir consideravelmente.

Como nossa turma gostava de rock, costumávamos frequentar espaços onde se podia apreciar esse gênero musical, a maioria dos quais, iniciativas que compunham o que chamávamos de circuito musical alternativo<sup>16</sup>. À época, os lugares desse tipo que existiam na Praia de Iracema começavam a desaparecer, cedendo lugar a estabelecimentos voltados para um público mais abastado.

A menos de um quilômetro dali, localiza-se a antiga zona portuária de Fortaleza, que também já foi conhecida como Prainha. Desde a transferência do porto para o bairro do Mucuripe, em meados da década de 1940, essa área vinha recebendo pouca atenção do poder público. As vias mal iluminadas, mal saneadas, e o grande número de imóveis desocupados, reforçavam a imagem de abandono e insegurança, que levava à sua desvalorização. A área abrigava prostíbulos e era frequentada por pessoas de camadas mais pobres, o que fazia com que fosse considerada como “degradada” por segmentos mais elitizados da sociedade.

Com o processo de enobrecimento da Praia de Iracema citado acima, alguns galpões da antiga zona portuária, construídos no passado para dar suporte às atividades do porto, foram sendo ocupados por estabelecimentos onde se apresentavam bandas locais de *rock*, *blues*, *reggae* e outros estilos considerados alternativos na cena musical fortalezense. Os referidos imóveis se encontravam em boa parte desocupados ou subutilizados, podendo ser alugados a preços mais acessíveis. Havia ainda alguns sobrados que remontavam ao período de atividade do porto. Um deles abrigou, nos primeiros anos da década de 1990, um bar que se tornou bastante conhecido pela boêmia da capital cearense. O Coração Materno, como se chamava, era frequentado por um público pertencente à classe média intelectualizada, formado em sua maioria por estudantes universitários, jornalistas, publicitários, artistas e militantes do movimento estudantil.

---

<sup>16</sup> Nos referíamos com esse termo à produção musical, em grande parte autoral e local, que geralmente não despertava o interesse do mercado fonográfico e não encontrava muito espaço nos meios de comunicação de massa.

Nessa época se começou a falar na instalação de um grande centro cultural com o objetivo de impulsionar a “requalificação” daquela área. Tratava-se de um ambicioso projeto, que resultou no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC)<sup>17</sup>, composto de vários equipamentos, como teatros, museus e salas de cinema. Pude testemunhar sua construção desde o início e, assim como muitos outros frequentadores da área, alimentei várias expectativas quanto aos impactos que ele traria sobre a cena cultural local. Algum tempo depois, passei a morar nas proximidades e intensifiquei meu convívio com outros moradores, o que aumentou meu interesse pela história daquela parte da cidade e pelos sujeitos que ali interagiam.

Esse interesse, sem dúvida, contribuiu para a escolha pelo curso de História, quando prestei vestibular para a Universidade Federal do Ceará (UFC), no ano de 1998. Ao ingressar na graduação, em 1999, participei de uma pesquisa sobre a Praia de Iracema, para a qual entrevistei moradores e frequentadores, além de consultar matérias de jornais de diferentes épocas sobre a área. Posteriormente, durante o ano de 2002, fiz um estágio no Centro Dragão do Mar, e me foi possibilitado, por meio das duas experiências - de pesquisador e estagiário - tomar contato com as ambiguidades de significados do centro cultural para os diferentes usuários de seu entorno.

Durante a graduação fiz leituras de obras que analisavam alguns projetos de “requalificação” e centros históricos de cidades brasileiras e das polêmicas em torno deles, que envolviam questões de patrimônio, segregação social, direito à cidade, dentre outras. Destas, duas em especial chamaram minha atenção, dada a familiaridade que tinha com os espaços estudados. O primeiro foi o trabalho de Gondim (2007) sobre o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) enquanto principal elemento da requalificação da antiga zona centro-portuária de Fortaleza e seu papel na construção da imagem de uma cidade moderna. O segundo foi um artigo de Leite (2002) sobre os *contrausos* do bairro conhecido como Recife Antigo, na capital pernambucana, após este passar por um processo de “revitalização” no início dos anos 1990.

O termo “requalificação”, no contexto do urbanismo e do planejamento urbano, se refere a processos de reconversão de espaços urbanos degradados mediante a (re)introdução nessas áreas de “qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade” (PEIXOTO, 2009). No sentido que utilizo neste trabalho designa o que Leite (2007) e Harvey (1992) denominam

---

<sup>17</sup> O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) teve sua construção iniciada em 1994, mas “só foi inaugurado oficialmente em 28 de abril de 1999, tendo iniciado seu funcionamento, em caráter experimental, em 28 de agosto do ano anterior” (GONDIM, 2007, p. 169).

*gentrification*, se referindo à escolha de determinados espaços urbanos como centralidades e objetos de investimentos públicos e privados. A escolha dessas áreas se daria a partir de elementos que atendem certas demandas globais de consumo. Na prática, representa uma reconversão desses espaços para atender interesses de segmentos da sociedade possuidores de importância econômica e resulta numa elitização dessas áreas, implicando na imposição de determinados usos e afastamento de antigos usuários que se tornam indesejados.

Tive ainda, a oportunidade de conferir de perto, na qualidade de visitante, alguns desses projetos em cidades como São Luís, Salvador e Rio de Janeiro. Tais contatos, aliados ao conhecimento adquirido nas discussões da academia e à minha própria experiência com o Dragão do Mar e a Praia de Iracema “requalificada”, despertaram alguns questionamentos, que foram sendo amadurecidos após a graduação. Esses projetos de requalificação de espaços urbanos por meio de políticas públicas culturais representariam um efetivo processo de democratização do uso desses espaços ou uma elitização, tornando-os mais atrativos e acessíveis para camadas mais privilegiadas da sociedade? Essas vivências e as reflexões proporcionadas me reconduziram, depois de um período fora do mundo acadêmico, a pesquisar a temática numa especialização em Gestão Pública, que cursei na Universidade da Integração Lusófona Afro-Brasileira (UNILAB).

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), analisei o impacto do Dragão do Mar sobre o seu entorno, priorizando na análise os espaços dedicados à cultura (CAVALCANTE, 2015). Dentre eles havia ateliês, teatros e pequenas casas onde se apresentavam bandas locais, alguns dos quais surgidos antes da inauguração do Centro Cultural. Durante a pesquisa, observei que alguns desses espaços estavam encerrando suas atividades, desmotivados principalmente pelos preços dos aluguéis que subiam consideravelmente. Essa inflação dos aluguéis, se deu em um primeiro momento como consequência da valorização que a área experimentou após a inauguração do Dragão. O complexo atraiu em torno de si estabelecimentos comerciais voltados ao entretenimento, como restaurantes e boates. A presença desses empreendimentos contribuiu para a valorização dos imóveis, dificultando a permanência de iniciativas menos atrativas para o mercado.

Outro fator contribuinte para a mencionada inflação dos aluguéis e para a evasão de alguns espaços voltados para a cultura no entorno do Dragão do Mar, foi justamente a “Feira da José Avelino”, com a qual travei os primeiros contatos durante minha pesquisa para a especialização. Esta feira, que se realiza em parte nas vias e parte em boxes instalados em galpões, alguns dos quais remanescentes do período portuário, tem se mostrado bastante lucrativa e despertado o interesse de pessoas ligadas a ela para os imóveis da área. Os

proprietários destes imóveis passaram a aumentar os valores de aluguel e de venda, dificultando a permanência de outros usos considerados comercialmente menos importantes.

## 2.2 Adentrando a Feira da José Avelino

Minha inserção em campo se deu inicialmente por intermédio de Rubens Filho<sup>18</sup>, que liderava uma equipe de montadores de bancas e me foi apresentado por uma amiga para quem ele prestou serviços de audiovisual, atividade que ele também desempenha. Esse rapaz, que também é conhecido na Feira como Pequeno, me apresentou feirantes e outros montadores por meio dos quais pude conhecer melhor o funcionamento da Feira, bem como a história de como ela se desenvolveu naquela área. Cada um desses interlocutores foi me apresentando outros e me possibilitando criar uma rede que me permitiu transitar pela Feira e conhece-la “de perto e de dentro”<sup>19</sup>.

Particpei dos últimos dois meses da Feira, antes da retirada forçada dos feirantes pela Prefeitura, em maio de 2017, e testemunhei os confrontos que se sucederam com a Guarda Municipal e com a Polícia. Acompanhei a retomada gradativa das vias por ambulantes após as reformas, em outubro do mesmo ano. Nesse processo, me aproximei de alguns deles, que viriam a se tornar interlocutores desta pesquisa. Pude acompanhá-los desde a chegada, observando a marcação dos seus pontos, o processo de vendas e as táticas para driblar a fiscalização e ocupar os espaços. Conversei com compradores oriundos de outras cidades e estados e com alguns motoristas de ônibus que os trazem. E a partir desses contatos pude construir uma compreensão do processo que transforma ruas que na maior parte da semana são consideradas “desertas” numa expressão do “bazar metropolitano”, constituído por intersecções entre mercados formais e informais, e até ilegais ou ilícitos, que se processam no tecido urbano (TELLES & HIRATA, 2007).

Destaco aqui algumas dificuldades enfrentadas na aproximação com o campo, principalmente devido ao momento especialmente tenso pelo qual este vem passando desde o início da pesquisa, em 2017. A princípio, realizei incursões utilizando o método observacional e fazendo anotações em um diário. Realizei várias visitas ao campo, em horários diferenciados, incluindo os momentos que precedem a feira, bem como seu encerramento.

---

<sup>18</sup> O nome desse interlocutor e seus apelidos são fictícios, assim como os dos demais citados ao longo desta dissertação.

<sup>19</sup> Refere-se à categoria analítica formulada por Magnani (2002) relative ao método de observação da pesquisa em antropologia urbana. Consiste em tentar compreender a realidade em estudo se aproximando dela, observando de “perto” e “dentro” da situação analisada.

Minha presença ali não passava despercebida e várias vezes eu fui questionado por feirantes sobre as anotações que fazia, até que decidi não utilizar mais o caderno *in loco*, fazendo as anotações necessárias no celular e escrevendo os diários ao retornar do campo. O receio com relação a minha presença era compreensível, pois naquele período a data para o fim da feira já havia sido determinada e o clima entre os feirantes e a Prefeitura estava bastante tenso. Uma pessoa desconhecida indo todos os dias lá e fazendo anotações tinha grande possibilidade de ser confundida com um agente do poder municipal.

Depois de algumas incursões a campo e interações com diferentes atores, como feirantes, montadores, clientes, vendedores de lanches, donos de pousadas, carregadores, motoristas de ônibus etc, conheci alguns interlocutores que me abriram um pouco mais o campo e por meio deles pude realizar as primeiras entrevistas. Essas entrevistas, inicialmente, não tiveram um roteiro pré-estabelecido, pois tinham como objetivo coletar alguns dados que possibilitassem conhecer melhor o campo e o objeto, a fim de subsidiar a elaboração de roteiros que orientassem as entrevistas semiestruturadas.

Percebia ainda, que mesmo com as indicações de meus informantes-chave e me apresentando como pesquisador da UFC e estudante de mestrado, as pessoas ainda se mostravam receosas em responder algumas perguntas, o que as levava a alegar falta de tempo ou dar respostas evasivas, muitas vezes deixando a impressão de não se sentir à vontade para revelar o que realmente pensavam.

Observei muitas vezes que a palavra “dissertação” causava estranhamento nos entrevistados e passei a utilizar o termo “tese”, com o qual notei que eles apresentavam maior familiaridade. Acredito que “tese”, por ser uma palavra que pode ser usada em diferentes sentidos, fazendo inclusive parte do vocabulário que um número maior de pessoas usa no cotidiano, atingia melhor compreensão.

Por isso, mesmo que o termo tese se refira, no caso da pós-graduação, ao produto específico do doutoramento, tomei a liberdade de usá-lo em campo, por acreditar que não traria nenhum prejuízo e facilitaria a aproximação com os atores específicos deste estudo. Cito isso como exemplo de um cuidado com a linguagem que fui aprendendo a ter na medida em que interagia com meus interlocutores e que pode também ser útil a outros pesquisadores.

Um dos momentos de maior aproximação que tive com os atores de meu campo, principalmente alguns dos que se portavam de maneira mais arreada, foi quando estive praticamente no *front* em um confronto com a Guarda Municipal. Fui informado em um domingo que a Prefeitura havia enviado tratores para a Rua José Avelino, em desobediência a uma liminar que suspendera o início das obras e permitira a continuidade da Feira. Lá

chegando encontrei muitos feirantes reunidos. Estavam nervosos e não conseguiam se entender. Um grupo mais afoito, em um ato de afronta, derrubou alguns blocos de pedra que tinham sido colocados pela Prefeitura. Diante disso, a Guarda respondeu com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, dando início a um confronto que chegou a durar três dias.

Como corri junto com eles e ajudei algumas pessoas, me aproximei de alguns feirantes que antes haviam demonstrado muita resistência em colaborar com a pesquisa. Um deles foi o feirante conhecido pelo apelido de “Capitão”, a quem ensinei que um lenço embebido com vinagre ameniza os efeitos do gás lacrimogêneo, conhecimento que adquiri participando de manifestações do movimento estudantil. A situação me remeteu aquela relatada por Geertz (1989), quando o fato do pesquisador ter participado da fuga de uma batida policial numa rinha de briga de galos em Bali, teria lhe aproximado dos nativos e aberto para ele as portas do campo.

Ao pensar sobre a metodologia a ser usada na pesquisa me deparei com muitas dúvidas e não raro percebi *in loco* limitações nas escolhas que fiz, mas fui entendendo que isso tudo faz parte do processo, que novos dados podem apontar novos caminhos e que a pesquisa não deve ser algo engessado. Embora se exija certa disciplina própria do trabalho científico, essa disciplina não pode nos impedir de enxergar novas possibilidades de fazer.

Para a conclusão desta pesquisa foram realizadas dezoito entrevistas semiestruturadas, gravadas com a permissão dos entrevistados listados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Entrevistados

<b>NOME FICTÍCIO</b>	<b>IDADE/ESTADO CIVIL</b>	<b>CIDADE DE ORIGEM</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Sr. Rubens	60 anos/casado	Fortaleza	Soldador/fabricante de bancas
Rubens Filho, Rubinho ou pequeno	40 anos/casado	Fortaleza	Montador/técnico visual
Sr. Francisco	50 anos/ casado	Madalena	Montador/feirante/liderança
D. Fátima	50 anos /solteira	Canindé	Costureira /feirante
Lia	35 anos/ casada	Maracanaú	Promotora de vendas /feirante
Maria Luiza	45 anos/casada	Caucaia	Costureira/ feirante
Manuela (Michele)	40 anos/solteira	Caucaia/Garrote	Costureira/feirante
Pedro (Paulo)	40 anos/casado	Maracanaú	Feirante
Luzia (Luzimar)	55 anos/solteira	Picos/Pi	Feirante
Ana (Paula)	28 anos /casada	São Gonçalo do Amarante	Costureira/ feirante
Sr. Fernando	55 anos/casado	Arneiroz/CE	Feirante
Paulo	54 anos/casado	Belém/PA	Motorista

Joaquim	52 anos/casado	Arneiroz	Motorista
Joana	54 anos/casada	Codó/MA	Compradora/lojista
Inês	45 anos/casada		Compradora/feirante
Valquiria	45 anos/casada	Fortaleza	Arquiteta/SERCE
Isaque	40 anos/casado	Fortaleza	Gestor/AGEFIS
Claudio	45 anos/casado	Apodi/RN	Dono de pousada

Fonte: Elaboração própria

A partir de uma análise do quadro acima, pode notar que a maioria dos entrevistados está na faixa etária dos 40 aos 60 anos; é casada e veio do interior. Outro importante dado percebido nos contatos com os interlocutores é que nenhum deles tem nível superior completo. Alguns têm em “feirante” sua ocupação principal, ou profissão, enquanto outros fazem também outros serviços além da atividade na feira. Embora não se pretenda uma “amostra”, no sentido estatístico, já que se trata de pesquisa qualitativa, essas informações fornecem um extrato significativo desse mundo do trabalho e do mercado da feira.

Além das entrevistas gravadas, também tive a oportunidade, em campo, de travar conversas informais com diferentes atores, que me permitiram compreender melhor o universo da Feira. Os feirantes que entrevistei me permitiram acompanhá-los em sua atividade na Feira, o que me possibilitou ter uma percepção melhor com relação aos seus trajetos, a apropriação espacial e os usos que fazem da área.

Para entender melhor a dinâmica dos compradores que chegam de outros estados e compreender os significados da Feira para eles, me hospedei uma noite em uma das três pousadas existentes no perímetro da feira. Pude acompanhar a chegada de vários clientes, como eles organizam suas compras e entender o que faz com que deixem seus estados de origem para viajar, muitas vezes, um dia inteiro e comprar na José Avelino. Eles são peça fundamental para compreender por que a Feira existe e resiste há tantos anos e diante de tantas adversidades. Por meio deles, pude perceber que a Feira da José Avelino integra um circuito de outras feiras do mesmo ramo, que atraem em boa parte os mesmos compradores, dentre os quais muitos são também feirantes ou proprietários de pequenas lojas em seus locais de origem.

Acompanhei alguns feirantes que atuam nas vias, desde o momento de sua chegada, observando o processo de escolha e marcação dos lugares em que desenvolveram sua atividade. Assisti a chegada do “Rapa”<sup>20</sup>, observando como os feirantes se comportavam

<sup>20</sup> O termo faz menção, segundo os entrevistados, a prática de subtrair os objetos, muitas vezes de forma autoritária e agressiva. Tem relação com o verbo “raspar” e sua corruptela “rapar”, ou seja, “levar tudo, não deixar nada”. Observei o uso dessa gíria por ambulantes de diferentes cidades do país para se referir aos agentes

no espaço. Acompanhei de perto a forma como realizam seu trabalho. Ajudei a levar as mercadorias, a “marcar o ponto”, a mudar de ponto quando necessário, a guardar as mercadorias com a chegada do rapa. A partir dessas experiências pude apreender como se relacionam com o espaço, que locais preferem e por que, como se movimentam e como se mobilizam naquele espaço.

Ao “marcar seus pontos”, delimitando com bancas, pedras, lonas e outros objetos os “pedaços de chão” onde vão expor suas mercadorias, os feirantes vão se apropriando do espaço público constituindo o que Raffestin (1993) denomina territórios, que são o resultado espacial de relações sociais marcadas pelo poder. Esses pequenos territórios representados pelos “pontos” têm sua legitimidade e seus limites reconhecidos por outros feirantes e pelos clientes. O reconhecimento pelo grupo da posse temporária de um “pedaço de chão” por parte de um feirante que ocupou é um elemento fundamental para a viabilidade da Feira.

Esses microterritórios, junto com os galpões situados dentro da mesma área contígua vão compondo o que Magnani (2012, p. 94) chama de *mancha*, uma área contígua do espaço urbano dotada “de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com a sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou uma prática predominante”. No caso da Feira da José Avelino, essa atividade predominante seria o comércio de moda popular<sup>21</sup> com ênfase no atacado.

Essa mancha forma com outros mercados formais e informais, situados fora de sua contiguidade, um *circuito*. Os *circuitos* referem-se ao “exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço em estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais [...]” (MAGNANI, 2012, p. 97). Esses mercados são galpões e *shoppings* populares situados fora da mancha, mas voltados para a mesma atividade e para o mesmo público. O *circuito* no qual a “José Avelino” se insere inclui ainda as feiras do estado de Pernambuco para onde os ônibus levam os clientes após sua passagem por Fortaleza.

Os sujeitos, feirantes, clientes e outros agentes produtores da Feira, transitam no interior das manchas e dos circuitos seguindo caminhos não-aleatórios que refletem suas escolhas e dão significados ao espaço. A esses caminhos, Magnani (2012, p. 95) denomina de *trajetos*, que são “fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das

---

responsáveis pela fiscalização do comércio ambulante, bem como pela aplicação de multas e apreensão de mercadorias e instrumentos de trabalho dos vendedores. Em Fortaleza, atualmente, esse serviço é realizado pelos servidores da Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS), uma autarquia pertencente a Prefeitura Municipal.

<sup>21</sup> Esse termo é usado pelos Feirantes, pelas administrações dos galpões e pela imprensa, para se referir a artigos de moda comercializados por preços mais acessíveis a pessoas de menor poder aquisitivo.

*manchas* urbanas [...]”. Explica o autor que os “trajetos ligam equipamentos, pontos, manchas, complementares ou alternativos. E não de forma aleatória, individual, como mera estratégia de deslocamento. [...] são reconhecíveis e identificáveis em suas regularidades” (MAGNANI, 2012, p. 96).

Como não poderia deixar de ser, faço uso de uma literatura sobre feiras livres e mercado informal, como é o caso de Costa (1989), Dantas (2012), Forte (2004), Lima (2012) e Sousa (2015). A primeira autora trata, a partir de um estudo de caso da cidade de São Paulo, sobre como o comércio ambulante, enquanto tática de sobrevivência de uma população pobre, burla a estratégia disciplinadora do poder público e recria o espaço urbano.

O segundo autor trata da ocupação do espaço público, em Fortaleza, pelo comércio ambulante, e as ações do Estado para o disciplinamento dessa atividade. O terceiro analisa as consequências da construção do METROFOR sobre o trabalho informal no Centro de Fortaleza. Os dois últimos abordam, respectivamente, o informal na Feira da Sé como fenômeno de uma espacialidade e a produção de territórios na Feira da José Avelino.

Foi feito uso de registro fotográfico sempre que possível, com o objetivo de apreender elementos efêmeros da feira, como por exemplo, o momento de liberação da rua para a entrada dos montadores e os processos de montagem e desmontagem, que acontecia na primeira fase da Feira apreendida por esta pesquisa. Alguns momentos de confronto com a Guarda Municipal também foram registrados. A tensão que caracterizou o período em que se realizou a maior parte desta pesquisa também dificultou o registro fotográfico, mas mesmo diante das dificuldades, foram feitas várias fotografias.

Para auxiliar na compreensão do contexto histórico da Feira da José Avelino, de suas relações com a Feira da Sé e dos conflitos que a envolveram, foi realizada uma pesquisa hemerográfica no setor de periódicos da Biblioteca Estadual Governador Menezes Pimentel, buscando notícias relacionadas à Feira nos dois principais jornais locais, O POVO e DIÁRIO DO NORDESTE.

O recorte temporal escolhido para essa coleta de dados hemerográficos foi o período compreendido a partir do ano de 2008, por ser o momento da ação movida pelo Ministério Público do Estado, até o momento dos confrontos que sucederam a data determinada como último dia da Feira. Além disso, tenho acompanhado, desde então, atentamente tudo que tem sido produzido sobre a Feira na imprensa local.

### 2.3 As diferentes fases da feira

É importante ressaltar que durante o andamento desta pesquisa, a Prefeitura tentou retirar os ambulantes da rua, por expiração do prazo anteriormente estipulado para o fim da feira naquele local. Para tanto, utilizou como argumento a necessidade de “revitalizar” a via, pela importância cultural e histórica desta e pela preservação de seu pavimento, por este ser um bem tombado. A ideia era empreender uma reforma na Rua José Avelino, contemplando o saneamento, a pavimentação e a instalação de uma nova iluminação, para convertê-la em um corredor cultural conduzindo ao Dragão do Mar. Como uma alternativa para os feirantes, o poder municipal ofereceu concessões de boxes no Centro Fashion, um empreendimento privado construído na Jacarecanga, bairro situado vizinho ao Centro, pelo lado oeste. Entretanto, a adesão não foi significativa, e mesmo entre os que aderiram, muitos manifestaram contrariedade, preferindo resistir até o limite para continuarem na rua. A resistência dos feirantes resultou em uma série de confrontos com a Guarda Municipal, que também são objetos de análise desta pesquisa.

A presente pesquisa contempla, portanto, quatro momentos distintos da Feira da José Avelino, que esquematizei no quadro abaixo:

Quadro 2 – Fases da feira

<b>FASE</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
1º Momento	Jan a maio/2017	Bancas nas vias; Prefeitura determina data para o fim da feira, após a data marcada os feirantes resistem e há confronto com PM e a Guarda Municipal.
2º Momento	maio/2017 a out/2017	Rua José Avelino em reforma; tapumes impedem acesso da via. Ambulantes vendendo na mão entre os tapumes e os galpões; Intensa fiscalização
3º Momento	Out/2017 até atualmente	As vias são tomadas por feirantes; o número varia conforme horário

Fonte: Elaboração própria

Um primeiro momento, anterior a mais recente tentativa de extinção da atividade na área, no qual a feira alcançou seu auge, ocupando com cerca de duas mil bancas, segundo os próprios feirantes (não há estimativa oficial sobre isso), toda a porção da via que fica a

oeste do Dragão do Mar. Afora isso, nesse período a feira ainda chegou a ocupar com bancas toda a Travessa Icó, a parte da Rua Baturité que fica ao norte da Avenida Presidente Castelo Branco e a área abaixo do viaduto que passa sobre a Avenida Alberto Nepomuceno. Esta última, batizada de Feirão do Viaduto foi convertida em um galpão onde as bancas ficavam montadas, com uma estrutura que incluía banheiros e lanchonetes. Além desses espaços, vários ambulantes ainda se espalhavam pelas calçadas do lado leste da Avenida Alberto Nepomuceno, expondo seus produtos em lonas ou no chão. Havia feirantes até na calçada da Catedral, área anteriormente ocupada pela Feira da Sé. E havia ainda um número importante de bancas na Rua Governador Sampaio, no lado sul do templo.

O segundo momento abrange o período dos confrontos, em que a José Avelino se converteu em uma praça de guerra, e o período pós-confrontos, em que a via se encontrou em obras e interditada com tapumes. Foi nesse período que alguns feirantes fizeram várias tentativas de driblar o cerco e continuaram vendendo seus produtos nas calçadas dos galpões, que tinham permissão para continuar funcionando. Mesmo com a rua em reforma, havia quem vendesse e havia quem comprasse.

O terceiro momento contempla o período pós-obras. Se inicia após a reinauguração da Rua José Avelino, em 06 de outubro de 2017, e se estende até os dias atuais. No seu início a feira já não possuía a mesma pungência de antes, acontecendo em sua maior parte dentro dos galpões. Entretanto, para a surpresa de muitos, a José Avelino não deixou de atrair compradores que vinham de longe em seus ônibus fretados em busca de produtos para revender em seus lugares de origem. Muitos feirantes ainda teimavam em trabalhar na rua, se envolvendo vez por outra em confrontos com o “rapa” e com a Guarda Municipal. Aos poucos a Feira voltou a consolidar sua ocupação das vias, recuperando o território que abrangia no seu momento de maior pungência.

Aos poucos, percebo o retorno das bancas e certa “frouxidão” da ação da Prefeitura no sentido de impedir que a Feira aconteça ou de conter seu avanço. O horário de funcionamento da Feira também se ampliou. A ocupação das vias, que antes se iniciava com o cair da tarde, agora se inicia antes do raiar do sol, por volta de quatro da manhã, com a chegada dos primeiros feirantes, e continua atravessando a madrugada até a manhã do dia seguinte. São quase 30 horas de feira, com alguns momentos de pausa devido à chegada do “rapa”, que quase sempre se dá mais ou menos em um mesmo horário e com o mesmo *modus operandi*.

### 3 COMÉRCIO INFORMAL E ESPAÇO URBANO

Durante a realização da pesquisa que resultou nesta dissertação me deparei com alguns termos que devido estarem relacionados considero importantes que sejam discutidos aqui. Antes julgo imprescindível esclarecer acerca do que chamo neste trabalho de comércio informal, por se tratar a *informalidade* de uma categoria cada vez mais questionável diante das atuais mudanças que têm se operado no mundo do trabalho. Forte (2004, p. 30), por exemplo, considera a existência atualmente de “elementos empíricos que, [...] apontam para uma ‘formalização da informalidade’ como é o caso das fábricas que terceirizam a partir de cooperativas de produção industrial [...]”. Portanto, concordando com esse autor, para efeitos desta pesquisa, tratarei como comércio informal aquele praticado por “indivíduos que trabalham com pequenos negócios no contexto da inexistência de carteira assinada, sem direitos trabalhistas e sem o dever de pagar impostos” (FORTE, 2004, p. 30).

Diante dessa conceitualização, considero inclusas no universo do comércio informal as atividades dos feirantes e dos vendedores ambulantes ou camelôs. No Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa<sup>22</sup> as definições dos dois últimos são muito parecidas. Ambulante aparece como “vendedor ou comprador que exerce o seu comércio em logradouros públicos ou em locais de acesso franqueado ao público”. Camelô, por sua vez, figura como “mercador que vende nas ruas, em geral nas calçadas, bugigangas ou outros artigos, apregoando-os de modo típico”. Segundo o mesmo dicionário, o termo feirante se referiria à “pessoa que vende na feira”, que seria um “lugar público, muitas vezes descoberto, onde se expõem e vendem mercadorias”, ou ainda “venda a preços reduzidos”.

#### 3.1 Feirantes, ambulantes, camelôs...

Apesar da similaridade de significados dos três termos, em conversas com os comerciantes que atuam em vias na Feira da José Avelino pude perceber que eles quase nunca se referiam a si próprios como ambulantes ou camelôs, não obstante serem comumente chamados assim por agentes do poder público e pela imprensa. O termo “feirante” é largamente utilizado por eles. Quando questionados com relação à preferência ou razão para se identificarem mais dessa forma, esses comerciantes sempre destacavam a carga pejorativa das outras duas palavras. Para eles a atividade dos camelôs ou ambulantes tem um caráter

---

<sup>22</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Ambulante, camelô, feirante, feira. In: NOVO Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1986. p. 102, 327, 767.

mais errático que a sua e na maioria das vezes se refere a pessoas que comercializam “produtos alheios”, enquanto os seus são de “fabricação própria”. O termo “feirante” lhes parece mais adequado por desenvolverem suas atividades em uma feira, ou seja, um evento que ocorre com certa periodicidade em espaço mais ou menos definido, mesmo, como é o caso, ocupando vias públicas sem ter permissão para isso.

Na maior parte do tempo esses comerciantes permanecem estacionados nos mesmos locais, na maioria das vezes demarcados de acordo com o horário de chegada. Outros, por antiguidade ou pela afirmação do uso da força legitimaram sua posse exclusiva de determinado “pedaço de chão”. Entretanto, o caráter incerto da ocupação daquele espaço por essa atividade e os frequentes conflitos com o poder público, que lhes obrigam a eventuais deslocamentos, confere a essa atividade um funcionamento que permite caracterizá-la como comércio ambulante.

### **3.2 Nas trilhas do comércio ambulante**

Um questionamento muito presente no decorrer desta pesquisa diz respeito às explicações para a existência do comércio ambulante. O que faz com que esse tipo de atividade comercial não apenas resista, mas continue crescendo, em um momento no qual a atual fase da revolução tecnológica permite ao capitalismo o desenvolvimento de novos padrões de consumo? Como uma atividade que se caracteriza, entre outras coisas, pelas condições precárias com que se realiza, atuando nas porosidades entre o legal e o ilegal (TELLES & HIRATA, 2007) não deixa de atrair vendedores e consumidores, que na busca de satisfação para suas demandas contribuem significativamente para a transformação dos espaços públicos e para a criação de novos lugares? São estas reflexões que irão permear este tópico.

Para Costa (1989, p. 31) o vendedor ambulante de hoje pode ser, num certo sentido, associado ao mercador medieval, pelo seu “espírito farejante” capaz de identificar os “locais onde a concentração de homens permitia esperar oportunidade de ganho”. A autora afirma ainda que as duas atividades possuem um sentido autônomo que valoriza as “habilidades” individuais, o “ser dono do próprio destino”, a competência e a astúcia, como qualidades capazes de garantir a sobrevivência e fazer fortuna.

Entretanto, será que podemos afirmar ser o comércio ambulante atual uma sobrevivência da atividade do mercador medieval? Braudel (1996) fornece importante subsídio para esclarecer essa questão. O autor chama a atenção para o fato de que a

mascateagem ou atividade do *vendedor en ambulancia* representou durante a idade média uma “expansão pioneira, uma conquista de mercados” (BRAUDEL, 1996, p.59) que foi parte do processo que transformou a estrutura da sociedade feudal e abriu as portas para o advento do capitalismo. No entanto, em relação aos mascates ou vendedores ambulantes das sociedades industriais, Braudel (1996, p. 58) afirma que

[...] são mercadores, quase sempre miseráveis, que ‘levam no pescoço’, ou muito simplesmente nas costas, parcas mercadorias. Nem por isso deixam de constituir uma massa de manobra apreciável nas trocas. Preenchem [...] os vazios das redes comuns de distribuição. Como esses vazios são muitos, pululam os mascates, é um sinal dos tempos.

Dessa forma, seria correto inferir que a atividade comercial ambulante teria seu fim anunciado na medida em que a sociedade em que se insere alcança determinado grau de desenvolvimento? Braudel (1996, p. 62) destaca que esse tipo de comércio chegou a desaparecer na Inglaterra do século XVIII e na França do século XIX. Entretanto, afirma o autor que houve um recrudescimento da atividade “nos subúrbios das cidades inglesas mal servidas pelos circuitos normais de distribuição” no século XIX e estudos folclóricos dão conta de vestígios dela na França do século XX. Braudel (1996, p. 62) observa ainda que

[...] a mascateagem é um sistema eminentemente adaptável. Qualquer problema de distribuição pode fazê-la surgir ou ressurgir; ou qualquer aumento das atividades clandestinas, [...] ou qualquer ocasião inesperada que abrande as concorrências, as vigilâncias, as formalidades normais do comércio.

Dantas (2012) chama a atenção para a forma diferenciada em que se deu a consolidação e ampliação do capitalismo nos países subdesenvolvidos, para os quais a explicação de Braudel sobre os vazios nas redes de abastecimento pode parecer insuficiente. O autor se baseia na lei do desenvolvimento desigual e combinado<sup>23</sup> evocada por Kowaric (1972) e em Oliveira (1977), que trata o trabalho autônomo como mecanismo complementar da economia, para afirmar que nos países subdesenvolvidos, dentre os quais o Brasil, o comércio ambulante está relacionado à necessidade de criação de uma demanda solvável e à tentativa de estabilização social (KOWARIC, 1972, OLIVEIRA, 1977 apud DANTAS, 2012).

O primeiro fator está ligado à capacidade que o comércio ambulante tem de oferecer às camadas de menor poder aquisitivo o que estas não conseguem ter acesso por meio do comércio estabelecido, além de possibilitar aos que desenvolvem aquela atividade sua inserção na sociedade de consumo. O segundo se relaciona à falta de oportunidades de

<sup>23</sup> Lei resultante de formulações de Lenin, que afirma que modalidades produtivas características de diferentes tempos históricos podem se articular em uma mesma sociedade (KOWARIC, 1972 apud DANTAS, 2012).

trabalho em outras atividades, sobretudo pela implementação na indústria de um modelo de modernização que se caracteriza pela redução de mão-de-obra.

Santos (2008) situa as atividades do feirante e do vendedor ambulante no que denomina circuito inferior da economia, o qual inclui “formas de fabricação não- ‘capital intensivo’, serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2008, p. 40). Segundo o autor os atacadistas e transportadores têm laços funcionais com os circuitos inferior e superior, constituindo atividades de tipo misto. O circuito inferior constitui o que seria o último degrau entre o consumidor e fabricantes, importadores e atacadistas. Dessa forma, por meio dele as mercadorias produzidas no circuito superior circulam e atingem um maior número de consumidores. A existência do comércio ambulante nos países subdesenvolvidos estaria, portanto, ligada à necessidade de realização da mercadoria originária não só do próprio circuito inferior, mas também, e em grande parte, do circuito superior da economia. Com relação ao circuito inferior, Santos (2008, p. 45-46) explica que

O emprego [...] raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar [...] e do trabalho autônomo ou *self employment* é grande. A média de ocupados por unidade de produção é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. [...] a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação [...]. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna.

Relativo ao comércio informal e ambulante, portanto, conclui-se que além de possibilitar que camadas de menor poder aquisitivo, graças aos preços baixos praticados, tenham acesso a bens de consumo que não teriam por meio do comércio formal e estabelecido, também permite a inserção daqueles nele trabalham na sociedade de consumo, criando o que Dantas (2012) chama de demanda solvável. A questão da estabilização social da qual este autor também fala vem a reboque dessa possibilidade de realizar-se enquanto consumidor, de inserir-se por meio do consumo e até vislumbrar um possível enriquecimento. Dantas (2012, p. 20-21) afirma que

[...] o comércio ambulante pode expressar esse “alcançar oportunidade”, pois ao exercer essa atividade consegue-se, em determinados casos, ganhar-se mais que os trabalhadores assalariados. [...] Além de buscar ascender socialmente como forma de garantir níveis razoáveis de consumo, os comerciantes ambulantes inserem-se nesta atividade na expectativa de tornarem-se pequenos, médios ou até grandes comerciantes. [...] ao adotar como referencial pequenos comerciantes que ascenderam socialmente, a ideologia da ascensão social pelo consumo e a ideologia

da ascensão social pelo trabalho [...], pode prestar-se como um fator de estabilização [...]

Vários estudiosos que se debruçaram sobre o tema chamam a atenção para a relação do comércio ambulante com as imigrações motivadas por razões econômicas. Costa (1989, p.28), por exemplo, em seu estudo sobre a apropriação do espaço urbano pelo comércio ambulante na cidade de São Paulo, observa que grande parte dos vendedores ambulantes é formada por “indivíduos que se deslocam das massas migratórias advindas das zonas rurais, onde não há empregos nas indústrias ou em outros setores”.

Forte (2004, p. 29) fez observação semelhante em sua pesquisa sobre o trabalho informal no centro de Fortaleza. Esse autor afirma, entretanto, que

[...] o trabalho do vendedor ambulante em Fortaleza é exercido, em sua maioria, por pessoas provenientes do interior do estado do Ceará, com baixa escolaridade, quando não analfabetas ou semi-analfabetas, que se dedicam a essa atividade como alternativa ao desemprego, [...]. No entanto, por não haver um patrão e por serem “donos do próprio negócio”, existem sujeitos que preferem exercer atividades informais que no imaginário comum se classificam como ‘trabalho-de-má-qualidade’. Existem casos em que o indivíduo pede demissão de uma empresa para trabalhar na informalidade.

Essa realidade também foi constatada por mim em meu campo empírico. Grande parte dos feirantes que entrevistei disse ser proveniente ou filhos de pessoas provenientes da zona rural ou de cidades do interior do Ceará e mesmo de outros estados. Entretanto, mesmo constituindo uma maioria, não se pode generalizar tal situação. Encontrei uma diversidade de contextos, até por se tratar de uma feira predominantemente atacadista e que movimentava consideráveis quantias de dinheiro, inclusive casos de pessoas que deixaram atividades que possibilitavam uma remuneração considerada boa para o nível de escolaridade delas e mergulharam na aventura da feira.

Alguns autores identificam ainda no comércio ambulante, e mesmo no pequeno comércio em geral, a reprodução de um valor cultural trazido pelo migrante. É o caso de Barros (1987) e Lopes (1960), ambos citados por Dantas (2012). Segundo Lopes esse traço seria “[...] parte de um padrão de independência econômica difundido no Brasil [...], principalmente no Nordeste, [...] de trabalhar por conta própria, ser independente, valer-se da própria iniciativa e não se subordinar a ninguém” (BARROS, 1987; LOPES, 1960 apud DANTAS, 2012). No entanto, mesmo considerando a existência de tal valor, Dantas (2012) identifica como fundamental para explicar a existência do comércio ambulante nos países subdesenvolvidos o tipo de modernização que neles se implementou, caracterizada marcadamente por ser poupadora de mão-de-obra.

Então, concluo que o comércio ambulante é, sobretudo, resultado do processo desigual de reprodução do capital, além de possuir várias determinantes econômicas, ideológicas e culturais, que são parte de um processo no qual essa atividade não só transforma o espaço urbano, mas é também por ele transformada (DANTAS, 2012). Entender que esse tipo de comércio se relaciona com as migrações e com um modelo de desenvolvimento que reforçou as desigualdades é fundamental para compreender sua história e seus impactos na cidade de Fortaleza.

### **3.3 Fortaleza ambulante: comércio informal no centro da capital cearense**

A existência de um comércio ambulante no centro de Fortaleza já é conhecida pelo menos desde a segunda metade do século XIX. O escritor cearense Adolfo Caminha já menciona em sua obra “A normalista”, ambientada no citado período, vendedores ambulantes que ofereciam caju nas ruas da Cidade. O desenvolvimento desse tipo de comércio na área central da Capital está relacionado com o crescimento de seu contingente populacional em decorrência, principalmente, das imigrações motivadas pelas sucessivas secas e pela falta de uma assistência adequada às populações carentes em seus lugares de origem. À época, Fortaleza começava a consolidar sua hegemonia em relação a outros núcleos urbanos da província do Ceará, devido em grande parte à sua bem-sucedida inserção no mercado internacional do algodão, e por isso tornava-se destino de muitos daqueles que migravam em busca de melhores condições de vida e trabalho.

A cidade de Fortaleza funcionava como principal núcleo de exportação da produção do Ceará, bem como de mercadorias produzidas por outras províncias, mas que necessitavam dos portos cearenses como passagem para o mercado externo, como observa Lemenhe (1991). A autora chama atenção para o fato de que a Capital se favorecia “tanto por contar com um volume maior de bens para o mercado externo, quando por estar muito mais próxima das zonas de produção do que Aracati<sup>24</sup>” (LEMENHE, 1991, p. 115). Devido à importância adquirida por seu porto, Fortaleza também ampliaria sua faixa de consumidores e se transformaria no maior mercado da província para os produtos importados. Como afirma Lemenhe (1991, p. 123) a “ampliação da capacidade de acumulação dos maiores comerciantes, associada à expansão do pequeno comércio e dos serviços públicos, gerais e

---

<sup>24</sup> Município do litoral cearense cujo porto durante o século XIX desempenhou importante papel no escoamento da produção da província, mas entrou em decadência na medida em que Fortaleza adquiria maior importância nessa atividade.

provinciais [...] Além do mais, a migração para a capital de proprietários rurais e seus dependentes, contribuiu para fortalecer o comércio interno”.

Com a concentração das rendas tributárias da província, o adensamento populacional e a expansão das edificações privadas e públicas, Fortaleza vai aos poucos se diferenciando dos demais núcleos urbanos cearenses (LEMENHE, 1991). Dessa forma, o Centro, núcleo a partir do qual a Cidade se desenvolve, sendo o primeiro local de moradia da elite fortalezense, locus do poder político, onde se concentravam praticamente todas as instituições, serviços e bens públicos do Município, assiste ao crescimento do comércio estabelecido, mas também ao aumento do contingente de pobres e miseráveis, nas primeiras décadas do século XX. Devido à dificuldade do mercado formal em absorver tanto a mão-de-obra local como a imigrante, advinda principalmente do interior do estado, a alternativa de trabalho abraçada por muitos foi o comércio ambulante (DANTAS, 2012).

Analisando a história do comércio ambulante na cidade de Fortaleza constato que a relação deste com o poder público e o comércio estabelecido, em diferentes administrações municipais, desde o início foi marcada por conflitos. O cronista João Nogueira, por exemplo, em seu livro “Fortaleza Velha”, relata a existência de negras com tabuleiros de quitutes que após serem proibidas de comercializar no interior do mercado público, se estabeleceram em uma feira do Centro. A proibição deveu-se a uma solicitação feita à Câmara Municipal pelos comerciantes estabelecidos do mercado, que pagavam aluguel e por isso exigiam solução para o que consideravam uma concorrência desleal. Entretanto, foi a partir da terceira década do século XX que se registraram as primeiras tentativas por parte do poder público de controlar o funcionamento dessa atividade e sua relação com o espaço público. Em 1933, o então prefeito municipal, Raimundo Girão, determinou por meio do decreto de número 70, artigo 433, que “o pagamento do imposto do ambulante não dá direito a estacionar nos logradouros públicos, senão o tempo necessário para efetuar a venda”. O parágrafo único do referido artigo proíbe ainda “a colocação de mesas, cadeiras ou outros objetos que possam impedir o livre trânsito público” quando for concedida a esse tipo de comerciante qualquer localização.

Conforme aponta Jucá (2003), a preocupação com o que era considerada apropriação indevida do espaço público pelo comércio ambulante nas praças e calçadas do centro de Fortaleza marcou toda uma série de intervenções da Prefeitura Municipal no período compreendido entre 1945 e 1960. O autor destaca, além do número expressivo de vendedores ambulantes na área central da Cidade, o tratamento violento dedicado a estes por parte dos agentes públicos municipais, incluindo desde a apreensão ou destruição das mercadorias até agressões morais e físicas:

Os guardas municipais de trânsito retinham todas as bancas e caixões usados pelos vendedores. Nem as cafeteiras escapavam da fiscalização na Praça da Sé, nas ruas Conde D'Eu, Barão do Rio Branco, Governador Sampaio, no Passeio Público e na zona da praia. [...] Os pontos mais fiscalizados eram a Praça da Sé e ruas centrais. [...] Os vendedores de quinquilharias e até de animais vivos e de vísceras tomavam conta do Centro de Fortaleza. [...] Na Praça do Ferreira, vendia-se de tudo nas calçadas (JUCÁ, 2003, p. 70, 71).

Com agravamento das tensões sociais e a alteração do ritmo urbano provocados pela presença crescente de trabalhadores pobres e mendigos que chegavam ao Centro de Fortaleza, movidos pela busca de melhores condições de vida, passa a acontecer, com maior intensidade a partir da década de 1920, a transferência de famílias pertencentes às camadas dominantes que residiam naquela área para zonas periféricas próximas até então desocupadas que, como explica Ponte (1993, p. 62),

redundaram na formação dos primeiros bairros ricos. Na verdade, o deslocamento burguês principiou-se lentamente a partir de 1915, poucos anos após o medo causado pelas depredações, saques e incêndios do séquito de “bárbaros” vibrantes de 1912 e no momento da entrada de flagelados na Cidade no êxodo de mais uma estiagem: “a seca do 15”. [...] A ocupação de Jacarecanga e, em menor escala da Praia de Iracema pelas elites, a partir da década de 20, configura o surgimento dos primeiros bairros elegantes da Capital.

A partir da década de 1930, o crescimento demográfico cada vez mais elevado começa a refletir no aumento da área urbana de Fortaleza com o surgimento de várias aglomerações de edificações precárias nas periferias da cidade. Com o advento de novos bairros, tanto ricos como pobres, e a fixação crescente de residências fora do perímetro do Centro, este bairro onde se conciliavam atividades comerciais e de serviços com as funções de lazer e residencial da elite, passa cada vez mais por um “fortalecimento das primeiras em detrimento das segundas, incluindo-se ainda o assédio, cada vez maior, dos pobres à área central”, como observa Dantas (2012, p. 57). Como resultado de uma urbanização centralizadora, gera-se um fluxo constante de transeuntes, oriundos de diferentes pontos da cidade, que se deslocam ao Centro para consumir produtos e serviços não encontrados em suas áreas de origem.

Entretanto, essa característica “monocentricidade” de Fortaleza passa a dar lugar a uma “policentricidade<sup>25</sup>”, a partir dos anos 1970, com o surgimento de uma rede de comércio e serviços em outros bairros, como Aldeota e Montese, levando a uma redução do atrativo do Centro, enquanto lócus de consumo. Tendência esta que vai se intensificar com o surgimento

---

<sup>25</sup> Tendência apontada por Castells (1975) como característica das cidades modernas, que vão aos poucos substituindo a concentração de certas atividades em determinadas áreas por estruturas multinucleares.

dos primeiros *shoppings centers*<sup>26</sup> (DANTAS, 2012). Com o tempo ocorre a migração de parte significativa de algumas instituições financeiras, políticas e estabelecimentos comerciais do Centro para a zona leste da cidade (Aldeota e Água Fria) e também para a zona norte, em uma escala menor, contribuindo para que o Centro se afirmasse cada vez mais como o *locus* de consumo da periferia, como observa SILVA (1992, p. 46):

Nesse processo, o centro tradicional da cidade vai se convertendo em centro da periferia, visto que, a população burguesa e amplos setores da classe média encontram sub-centros alternativos que substituem as atividades que eram exercidas anteriormente na zona central. Esta por sua vez, cada vez mais se caracteriza como o verdadeiro centro da periferia; suas praças, antes voltadas à animação e ao lazer da burguesia em suas horas de ócio, hoje são convertidas em terminais de transporte coletivo (Praças José de Alencar, Castro Carreira, Lagoinha, Coração de Jesus) ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante (Praças do Ferreira, Parque da Criança e General Tibúrcio).

Forte (2004, p. 24) destaca as transformações que esse processo de especialização do Centro como espaço de consumo da periferia trouxe para a sua estrutura:

[...] o Centro de Fortaleza passou a contar com os *shoppings* populares, com pequenas lojas comercializando produtos dentro dos padrões de consumo dos compradores da periferia, instalações sem ar-condicionado ou pequenos quiosques localizados nas praças. Surgiu também o camelódromo “Beco da Poeira”, com características das feiras livres, dos mercados públicos e dos *shoppings* de Fortaleza, constituído por pequenos boxes comercializando uma imensa variedade de serviços e produtos [...] Com o imenso fluxo de pessoas [...] agrega-se aos camelôs já atuantes [...] ex-assalariados e trabalhadores rurais [...]. Além dos desempregados [...] existem também aposentados e pequenos comerciantes que investem em boxes, carrinhos e banquetas para comercializar mercadorias nas ruas ou no camelódromo “Beco da Poeira”.

Contudo, o abandono do Centro de Fortaleza por segmentos de maior poder aquisitivo e sua crescente ocupação por “novos usuários”, como consumidores de baixa renda, ambulantes e pedintes, não se dá com a total transferência das atividades outrora hegemônicas naquela área. Apesar do fortalecimento do comércio e de serviços voltados às demandas das classes de menor poder aquisitivo, que ocorre a partir dos anos 1970, permanecem alguns órgãos públicos, sedes de bancos públicos e privados, além de importantes estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, dentre outros equipamentos. É importante que se perceba a existência de conflitos que vão caracterizar o Centro como um espaço disputado por diferentes interesses, tais como os do comércio estabelecido, os do comércio ambulante e os do Estado, que intervém no sentido de racionalizá-lo para dar conta das dificuldades postas e torná-lo novamente atraente para antigos usuários, como aponta Dantas (2012, p. 66):

---

<sup>26</sup> O primeiro, Center Um, surge no bairro Aldeota, em 1973, enquanto o segundo, Iguatemi, é instalado um pouco mais distante das concentrações residenciais de então, no bairro Água Fria, contribuindo para a ocupação daquela área por classes mais abastadas.

Projetos de urbanização [...] são adotados após os anos 1970 e explicitam essa preocupação das gestões municipais em consolidar no Centro, um espaço livre para a circulação do pedestre sem a presença considerada incômoda do carro individual e do comércio ambulante. [...] o carro e o comércio ambulante são eleitos os maiores problemas da área central, ou seja, à normatização do Centro [...] no sentido de torná-lo concentrador de consumidores e de tentar atrair os consumidores perdidos – classes de maior poder aquisitivo.

O autor divide as políticas de normatização do espaço público no Centro de Fortaleza em dois períodos, aos quais chama de “ondas”. As administrações da “primeira onda”, que compreende o intervalo entre 1975 e 1982, marcaram-se pelas tentativas de

[...] modernizar o Centro, com construção de calçadas, reformas de praças e incentivo à reforma das fachadas das lojas existentes, segundo um *design* avançado. [...] um processo de incorporação das formas antigas existentes no Centro a um novo padrão de acumulação [...] remendo feito para ocultar traços do passado, como resultado da concorrência empreendida por áreas mais modernas, sendo o *shopping center* a expressão máxima (DANTAS, 2012, p. 81).

Na “segunda onda”, período que abrange de 1986 a 1995, Dantas (2012) identifica nas gestões municipais a tendência de implementar políticas de urbanização para tentar diferenciar o Centro de outras áreas de consumo, investindo na reconstituição de seu passado “*glamouroso*”, por exemplo, por meio da reforma de praças e do apelo para que os lojistas valorizem as fachadas originais de seus estabelecimentos, reformando-as, quando necessário, e as expondo. A ideia era reforçar a imagem de Centro Histórico.

Nesses dois períodos se observaram tentativas de retirar os ambulantes do Centro ou de fixá-los em espaços construídos ou reformados para isso. Entre as duas “ondas” o autor situa um período de transição, de 1982 a 1986, que se caracterizou pela ausência de projetos de urbanização voltados à normatização do uso do espaço público pelo comércio ambulante. Nesse período a atuação da administração municipal oscilou entre momentos de “vista grossa” e outros de repressão pura e simples. Após o recorte estudado por Dantas (2012), várias tendências apontadas por ele e outros autores citados se intensificaram, cada vez mais novos *shoppings* foram surgindo e os centros comerciais de alguns bairros se fortaleceram, reforçando a característica do Centro como lócus de consumo de pessoas de menor poder aquisitivo que buscam ali o que não encontram nos bairros em que residem. Não obstante as tentativas de fixar os comerciantes ambulantes em espaços destinados a eles, esse tipo de comércio continuou crescendo fora do controle do poder público e desafiando o modelo de cidade funcionalista e formalista por este idealizado.

É nesse contexto que se configura a disputa do espaço urbano da antiga área centro-portuária de Fortaleza, onde se desenvolveu a Feira da José Avelino, que se constitui a

partir de vendedores ambulantes oriundos da antiga Feira da Sé. Esta se realizava no entorno da Catedral Metropolitana de Fortaleza, como já foi explicado na introdução desta dissertação. Ali já havia forte atividade de vendedores ambulantes desde a primeira metade do século XX, pelo menos (JUCÁ, 2003).

Mas é no início dos anos 1990 que rendeiras oriundas do município de Itapajé, situado na região Norte do Ceará, começaram a comercializar seus produtos naquela área, dando origem ao que viria a ser a “Feira da Sé” (LIMA, 2012). Aos poucos a clientela que vinha de outros municípios e estados passou a atrair novos comerciantes e os produtos vendidos ali começaram a se diversificar. Nos anos 2000, destaca-se ali um comércio ambulante de confecções que se diferencia por ser marcadamente atacadista e por envolver pequenos fabricantes (SOUSA, 2015).

Dantas (2012) chama a atenção para a grande relevância das atividades de comércio e serviços na geração de emprego e renda em Fortaleza, ao ponto desta poder ser considerada uma cidade predominantemente terciária. Em 1990, segundo o autor, 71,40% da população se ocupava no setor terciário, enquanto 24,26% trabalhava no setor secundário e 4,33% no primário. Nesse mesmo ano, 49,35% dos fortalezenses atuavam no mercado informal. Esse número subiria para 54,10% em 1995.

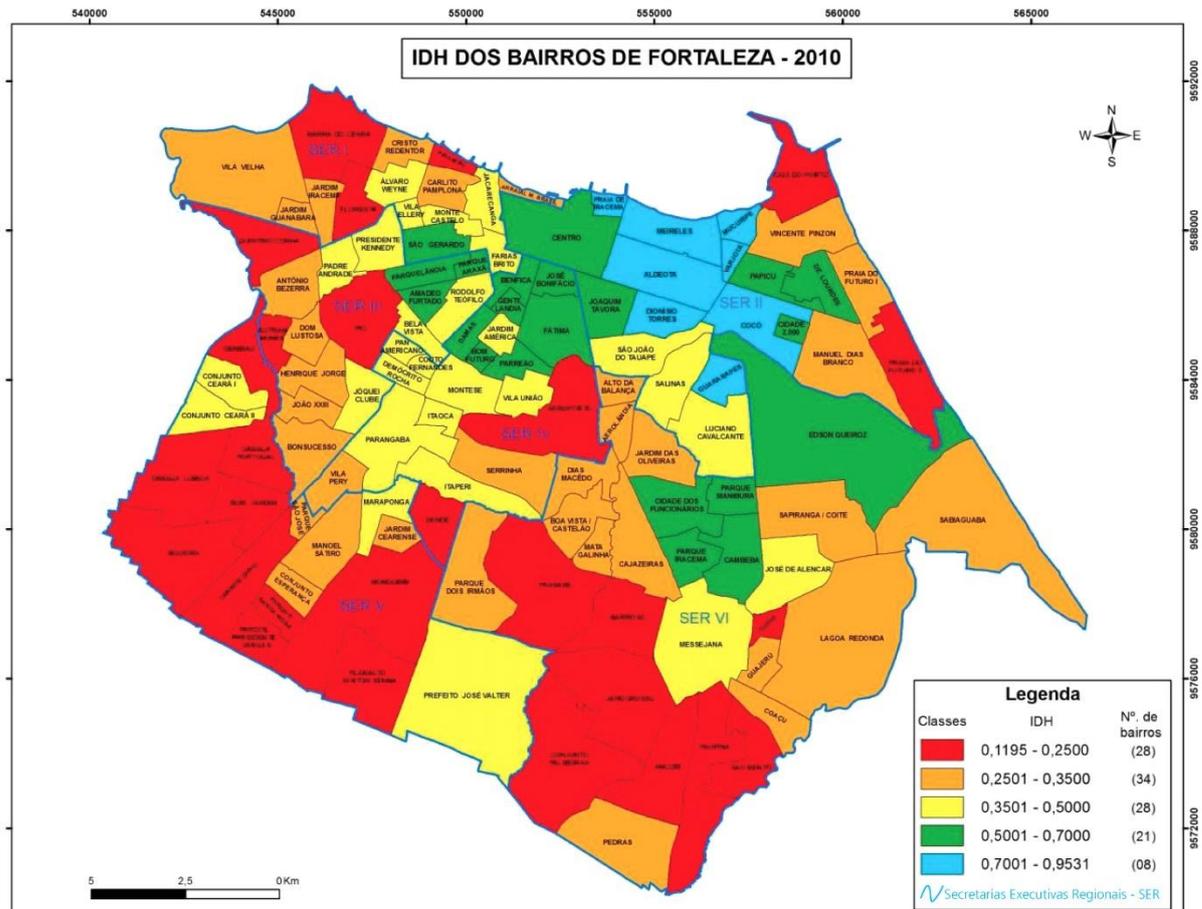
Forte (2004) cita uma matéria do jornal O Povo, de 26 de abril de 2003, que afirma a existência de 145,2 mil desempregados e 406 mil trabalhadores informais na cidade de Fortaleza. Baseado em dados do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, o autor destaca que houve aumento gradual do desemprego no período compreendido entre 1986 e 2001, atingindo sobretudo jovens e mulheres.

Um fator fundamental para se compreender a emergência e importância do setor informal na capital cearense é o fato de que Fortaleza é uma cidade profundamente desigual. Em estudo desenvolvido no ano de 2010 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE) que analisou a situação do desenvolvimento humano da capital cearense com o fim de subsidiar ações públicas voltadas à melhoria da população, constatou-se a sensível concentração de renda e a profundidade da desigualdade que parece cindir a cidade em duas: uma Fortaleza rica e uma Fortaleza pobre.

Fortaleza está dividida em 119 bairros, agrupados em 06 Regionais, mais o Centro da cidade que é administrado por uma Secretaria Regional exclusiva, a Secretaria Regional Centro (SERCE). O citado estudo mostra que, com exceção do bairro de Fátima, pertencente à Regional IV, os bairros que apresentam o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estão localizados na Regional II. Os bairros com o pior índice concentram-se na Regional V.

O melhor IDH – 0,953 - pertence ao bairro Meireles. O bairro Conjunto Palmeiras possui o pior IDH – Como ilustrado no mapa abaixo, 28 bairros possuem IDH-B<sup>27</sup> abaixo de 0,25, correspondendo a 24% dos bairros da Cidade. Os bairros com IDH-B inferior a 0,5 correspondem a 76% do total (Mapa 2).

Mapa 2 – Mapeamento de Fortaleza por IDH-B



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza

Embora, a partir dos anos 1990 a Cidade tenha recebido uma série de intervenções públicas e privadas que lhe imprimiram “contornos de modernidade”, como foi o caso da construção do novo Aeroporto Pinto Martins, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o surgimento de grandes *shoppings centers*, a proliferação de arranha-céus e ampliação de vias e construção de novas avenidas, sobretudo nos bairros mais elitizados, a maior parte da população continua na pobreza ou na miséria. Desemprego, violência e serviços públicos deficitários convivem lado a lado com a opulência dos ricos, fazendo de Fortaleza “uma

<sup>27</sup> Índice de Desenvolvimento Humano por bairro.

metrópole mergulhada nas desigualdades econômicas e sociais” como observa Forte (2004, p. 24). Explica esse autor que

Os grandes empreendimentos concentram-se em determinadas áreas da cidade, bem como as atividades com potencialidades para gerar emprego e renda. A pobreza é um dos principais motivos do crescimento desordenado, além de gerar favelas na cidade. Os serviços públicos incompletos e mal distribuídos impedem que uma significativa parcela da população se beneficie de equipamentos que poderiam ser mais socializados. Com um número de habitantes superior a dois milhões, grande parte da população economicamente ativa situa-se na condição de baixa renda. Da população ativa de Fortaleza, 70% têm renda inferior a três salários mínimos. [...] À má distribuição de renda alia-se a crise estrutural do desemprego causando um forte impacto em Fortaleza e em sua região metropolitana.

É nesse contexto de pobreza e desemprego que se desenvolve a Feira da Sé e posteriormente a da José Avelino. Grande parte dos entrevistados expressou que ou estava desempregado ou insatisfeito com a baixa remuneração quando se aventuraram na Feira. Alguns, inicialmente, tinham-na como um gerador de renda extra. Com o tempo, percebendo a possibilidade de se ganhar melhor com uma maior dedicação, largaram seus empregos, formais ou não, e passaram a ter na feira sua principal ou única fonte de renda. Essa realidade é compartilhada também por grande parte dos clientes. Feirantes ou proprietários de pequenas lojas em suas cidades de origem, os compradores da Feira da José Avelino também têm no comércio, muitas vezes informal, uma saída para o desemprego e os baixos salários.

## 4 FÊNIX JOSÉ AVELINO: A RESISTÊNCIA DE UMA FEIRA POPULAR EM UMA ÁREA “REQUALIFICADA”

### 4.1 Zé Avelino, “a nossa Serra Pelada”

Guardas municipais, armados com fuzis, e homens uniformizados com coletes azuis, se espalhavam por vários pontos da rua José Avelino, no trecho entre a Avenida Alberto Nepomuceno e a rua Boris, Centro de Fortaleza, no final da tarde do dia 10 de maio de 2017. Em alguns coletes estava escrito “Auxiliar de Fiscalização” e em outros se podia ler “Auxiliar de Agente de Comércio”. Ambos identificavam a versão fortalezense dos profissionais conhecidos popularmente como “o rapa”- por sua ação de recolher mercadorias em locais de comércio não permitido -, terror dos camelôs e vendedores ambulantes em todo o País. Muitas pessoas vestindo camisetas de cor laranja estampadas com a *hashtag* “Eu fico com a José Avelino”(figura 8), também podiam ser vistas no local naquele dia. O assunto que imperava era a proximidade da data determinada pelo Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, como último dia da feira que já se realizava ali há dez anos, todas as noites de quartas-feiras e sábados, atravessando a madrugada até a manhã do dia seguinte.

Figura 8 – Feirantes exibindo camiseta do movimento pela permanência da feira



Fonte: Alexandre Ruoso, 2017.

Seis viaturas da Guarda Municipal de Fortaleza podiam ser vistas estacionadas em diferentes pontos da Avenida Alberto Nepomuceno. Uma delas, posicionada de forma

transversal, bloqueava uma das entradas da José Avelino (figura 9). No cruzamento com a Rua Boris, um carro de passeio, sem placa oficial ou qualquer identificação de órgão público, também bloqueava a entrada da rua, posicionado transversalmente. Perto dele, homens à paisana identificados nos crachás como servidores da Secretaria Regional do Centro (SERCEFOP), subdivisão da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) responsável por aquela área. A feira ainda não havia iniciado, mas já se observava um razoável fluxo no trecho. Eram vendedores de lanches, homens e mulheres carregando enormes sacolas e pequenos grupos conversando nas calçadas. Fora do bloqueio, dezenas de carrocinhas apinhadas de bancas de ferro desmontadas e de manequins. Os montadores aguardavam a liberação para entrar, erguer as bancas e dar início a mais uma feira (figuras 10 e 11).

Figura 9 – Esquina da Rua José Avelino com Alberto Nepomuceno, na qual podem ser vistos o viaduto e uma viatura da Guarda Municipal de Fortaleza bloqueando a entrada da via.



Fonte: Alexandre Ruoso, 2017.

Figura 10 – Montadores e feirantes aguardando a liberação da Rua José Avelino.



Foto: Alexandre Ruoso, 2017.

Figura 11 – Montadores e feirantes aguardando a liberação da Rua José Avelino



Foto: Alexandre Ruoso, 2017.

Com a liberação da via, por volta das 17h30min, uma multidão eufórica composta principalmente por montadores puxando suas carrocinhas adentra a José Avelino (figura 12). Há alguns que trazem seu material em reboques puxados por carros e nas próprias carrocerias destes, quando é o caso (figura 13). É o que acontece com Rubens Filho, também conhecido como Rubinho ou Pequeno. Ele é pago por alguns feirantes para guardar as bancas deles em sua casa, na comunidade Poço da Draga, próximo dali. Também é pago para efetuar a

montagem, para a qual conta com uma equipe de ajudantes. No transporte das bancas, Pequeno realiza em uma *pick up* modelo Hilux que ele batizou de “Burra Preta”<sup>28</sup>, como é informado em adesivo colocado no para-brisas (figura 14).

Figura 12 – Montadores entrando na Rua José Avelino após a liberação para montar as bancas, com o prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE) ao fundo.



Fonte: Alexandre Ruoso, 2017.

Figura 13 – Bancas desmontadas chegando em reboques puxados por carros. Na foto, o “Burra Preta” de Rubens Filho.



Foto: Alexandre Ruoso, 2017.

<sup>28</sup> Apelido preconceituoso pelo qual ficou conhecido um negro, homossexual, com aparentes problemas mentais, que frequentava as ruas do Centro de Fortaleza nos anos 1970, e que o pai de Rubinho teria conhecido quando criança.

Por alguns minutos o tráfego de veículos na Avenida Alberto Nepomuceno fica paralisado devido à quantidade de pessoas atravessando o cruzamento. O que se ouve é uma polifonia composta de gritos, buzinas de carros e xingamentos que se misturam aos sons de arrastar de ferros das primeiras barracas sendo montadas. Carregadores passam de um lado para o outro nas calçadas com enormes fardos, provavelmente, de confecções, na cabeça, no ombro, ou em espécies de carrinhos de mão. Andam muito rápido e tentam evitar acidentes alertando quem está à frente com os gritos: “Olha o peso, olha o peso, olha o peso”.

Rapidamente, as barracas são montadas e peças de roupas são colocadas em exposição (figura 14). Os vendedores de sanduiches, caldos, churrasquinhos e outras guloseimas também já se encontram prontos em seus espaços de trabalho. A fumaça das churrasqueiras e o aroma dos espetinhos assando já tomam conta do ar (figura 15). Por volta das 18h00 a Feira já funciona a todo vapor. Transitar por ali nesse momento é experimentar uma profusão de imagens, sons e cheiros surpreendente.

Figura 14 – Bancas sendo montadas



Foto: Alexandre Ruoso, 2017.

Figura 15 – Vendedores de “espetinhos” a postos durante a montagem da Feira. Ao fundo Passarela do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura



Foto: Alexandre Ruoso, 2017.

A “Feira da Madrugada”, como também é conhecida, atrai um grande número de clientes de diferentes municípios cearenses e de outros estados brasileiros, principalmente Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, conforme apurado em campo. Há ainda muitos que vêm de outros países, como Guiana Francesa, Suriname e Cabo Verde. É interessante notar que esses países situam-se na América do Sul e na África, continentes fortemente marcados por grande desigualdade social. Alguns dos estados brasileiros de onde provem a maior parte dos compradores também estão entre os mais pobres do País.

Como já visto, não obstante a feira também atender no varejo, é no atacado que se realiza a parte mais significativa das vendas. Portanto, esses compradores são, em geral, também feirantes ou proprietários de lojas que costumam visitar a feira uma ou duas vezes por mês em busca de peças para revender em seus lugares de origem.

Dessa forma, percebo a existência de um circuito de circulação de mercadorias que contribui para inserir na sociedade de consumo classes de menor poder aquisitivo. Seja por meio da oferta a preços mais baixos de produtos similares a outros mais caros que estão “na moda” ou pela geração de demanda solvável, de que fala Dantas (2012), com a inclusão de pessoas de baixa renda e escolaridade em um mercado que lhes permite realizar-se enquanto consumidor ou até extrair alguma riqueza.

Observa-se, a partir dos relatos dos entrevistados, que muitos feirantes conseguem prosperar ao ponto de poderem ser considerados “folgados” ou “muito bem de vida” por seu meio. Tais casos alimentam entre eles a crença na possibilidade de enriquecimento

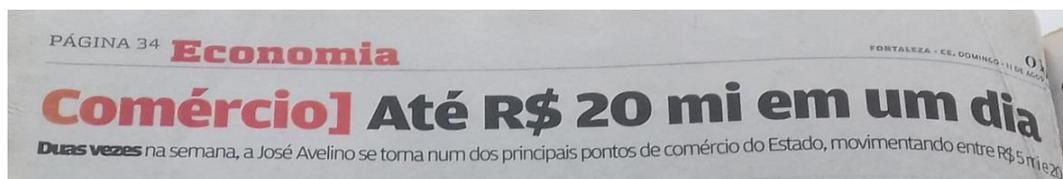
proporcionada pelo trabalho na Feira, constituindo o principal elemento motivador para o ingresso e continuidade nessa atividade por parte dos entrevistados. Esse sentimento aparece nas falas de, praticamente, todos os interlocutores, como é o caso de Seu Francisco:

Um amigo da gente que também começou lá, na Sé, tinha um fusquinha e cresceu, comprou uma Hilux. Aí, serve de espelho, né, pra gente? “Vamos lá, que estão ganhando dinheiro, né?” [...] De lá pra cá, só aumenta, os vendedores ambulantes só aumentam e vão dando lugar para outros que vão chegando. Que o meu vizinho na Praça da Sé, ele trabalhava no chão. Hoje tem loja no Deo Paseo. Algumas pessoas vão crescendo. Eu tenho uma amiga que tem loja no North Shopping, quer dizer, essas pessoas vão saindo e vão dando lugar para outros, vai aumentando.

É justamente esse sentimento de realização enquanto consumidor que leva a uma situação aparente de satisfação que Dantas (2012) aponta como o fator de estabilização social. Em minhas inserções na Feira da José Avelino pude constatar que ela é um campo no qual as ideologias de ascensão social pelo consumo e pelo trabalho são disseminadas. É certo que comparado a muitos trabalhadores com o mesmo nível de escolaridade os rendimentos obtidos nessa atividade são bem maiores. Porém não se pode desconsiderar a insalubridade a qual se expõem esses trabalhadores, no que diz respeito aos horários, ao desconforto de se trabalhar na rua e os vários riscos aos quais se submetem, inclusive o de ter mercadorias apreendidas, tendo muitas vezes que correr, se esconder etc.

A ostentação de alguns feirantes por meio de bens de grande valor é usada pelos opositores para fundamentar o discurso de que seus lucros são altíssimos por não terem que cumprir com as obrigações que a formalidade exige, prejudicando o mercado formal. Esse discurso tem sido bastante reverberado pela imprensa local. É o que se percebe, por exemplo, nas manchetes de uma série de matérias publicadas no caderno de economia do jornal O POVO, do dia 11 de agosto de 2013<sup>29</sup> (figuras 16, 17 e 18):

Figura 16 – Notícia sobre faturamento diário da feira



Fonte: Jornal O Povo

<sup>29</sup> Cabral (2013a, 2013b, 2013c)

Figura 17 – Notícia sobre o lucro dos revendedores



Fonte: Jornal O Povo

Figura 18 – Notícia sobre os impactos da feira no comércio formal



Fonte: Jornal O Povo

Constatou-se por meio das entrevistas que muitos feirantes tornaram-se de fato médios e até grandes comerciantes e empresários e muitos destes continuam sua atividade na rua, mesmo possuindo boxes em galpões e pequenas lojas. Entretanto, é importante destacar que a maior parte deles ingressou na Feira buscando uma alternativa ao desemprego e ao subemprego.

Uma realidade muito similar a esta é a dos montadores, motoristas e clientes, estes na maioria revendedores dos produtos da Feira em seus lugares de origem. O que demonstra que a Feira é uma tática de sobrevivência dos excluídos. Sua existência está ligada à exclusão capitalista. Sendo, portanto, um fenômeno que acontece nas margens do capitalismo e é gerado por ele.

#### 4.2 Uma História de Resistência

Como vimos, a atuação de feirantes na Rua José Avelino, se inicia por volta do ano de 2007, como reflexo da “Feira da Sé” que acontecia no entorno da Catedral

Metropolitana de Fortaleza e da Praça Caio Prado, também chamada de Pedro II<sup>30</sup> ou Praça da Sé (figura 9). Conhecida como “Feira da Madrugada”, era voltada predominantemente para o comércio atacadista de confecções (roupas e acessórios). Na primeira década dos anos 2000, essa feira se expandiu pela Avenida Alberto Nepomuceno e pelas ruas ao redor da Igreja, causando incômodo para a administração e frequentadores da Catedral, bem como para o comércio estabelecido do entorno.

Conforme noticiado pelo jornal O POVO, do dia 19 de janeiro de 2009<sup>31</sup>, em certa ocasião, o pároco Clairton Alexandrino de Oliveira se atrasou 20 minutos para a celebração da tradicional missa das 20 horas, que já se realizou com a igreja esvaziada, devido à dificuldade dos fiéis para estacionar. As vagas muitas vezes tinham que ser disputadas com feirantes ou conseguidas mediante pagamento a “flanelinhas”<sup>32</sup>. A administração da Catedral chegou a contratar seguranças para garantir vagas aos fiéis no estacionamento. Além disso, os carros que paravam para descarregar mercadorias e as peças de roupas expostas no chão, que obstruíam parte das vias, contribuía para o engarrafamento do trânsito.

A peleja do padre pela remoção dos feirantes do entorno de sua igreja rendeu numerosas matérias para jornais locais e *sites*. Inclusive uma em especial, do *site* Último Segundo, chama a atenção pela manchete jocosa: “Após crise das calcinhas, Padre volta a rezar missa em Fortaleza”<sup>33</sup>. A referida reportagem trata da decisão, tomada pelo pároco dias antes, de suspender a realização de missas na Catedral até que a Prefeitura tomasse providências com relação aos feirantes. À época, a crítica do religioso mais destacada pela imprensa referia-se ao uso das grades e calçada da igreja como cabide e vitrine para peças íntimas. Parte da população de Fortaleza começou a tratar o problema como “Crise das Calcinhas” e a imprensa local assim reverberou.

É importante notar, a partir do posicionamento público da gestão da Catedral e do tratamento dado a ele pela imprensa local, que a igreja impõe com seu discurso o acesso dos fiéis ao templo e seu direito de estacionar nas proximidades como o uso legítimo daquele espaço público. O que é reforçado pelo discurso jornalístico que evoca o atraso do ritual

---

<sup>30</sup> Devido à existência ali de uma estátua desse imperador.

<sup>31</sup> (O POVO, 2009)

<sup>32</sup> Personagem atualmente muito comum nas grandes cidades, que se trata de alguém que sobrevive arranjando vagas para carros estacionarem nas ruas, bem como os vigiando, em troca de dinheiro. É muito comum os flanelinhas também se oferecerem para lavar os veículos, por isso, normalmente, são vistos portando pequenas toalhas de um tecido chamado flanela, daí o termo pelo qual são conhecidos. Geralmente, as quantias dadas aos “flanelinhas” são baixas, mas existem casos em que os condutores se sentem ameaçados e aceitam pagar valores bem mais altos para guardar o carro em vias públicas.

<sup>33</sup> <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/apos-crise-das-calcinhas-padre-volta-a-rezar-missa-em-fortaleza/n1597361842296.html>

religioso como um sinal inequívoco do mal que a feira causaria “à cidade”. Como se os fiéis frequentadores tivessem “naturalmente” o direito a usar a área para estacionar seus carros, enquanto os feirantes estivessem ali usurpando de um espaço que não lhes pertence.

Os comerciantes do entorno, sobretudo aqueles estabelecidos no Mercado Central de Fortaleza<sup>34</sup>, reclamavam daquilo que consideravam uma concorrência desleal que seria promovida pela Feira. Tal concorrência se devia, segundo eles, aos baixos preços praticados, que eram possíveis graças ao fato dos feirantes não terem despesas com impostos, encargos trabalhistas, aluguel etc. No ano de 2005, a Prefeitura estabeleceu o horário das 8:00 da manhã para o encerramento da Feira, atendendo à reivindicação desses comerciantes no sentido de mitigar os prejuízos que eles alegavam serem causados por aquela atividade.

Por volta desse período, segundo entrevistados, alguns dos ônibus que traziam clientes de outros estados costumavam utilizar para estacionamento uma rua pouco movimentada que ficava próximo dali, a José Avelino. Por integrar a antiga zona portuária da Cidade, uma área que no passado foi conhecida como Prainha, essa rua possui muitos galpões que funcionaram como armazéns para as mercadorias comercializadas através do porto. No período em que os ônibus estacionavam ali, muitos dos galpões existentes encontravam-se desocupados. Havia naquele trecho duas casas noturnas, uma residência e uma floricultura que funcionava em um grande terreno<sup>35</sup>. Foi nesse contexto que alguns feirantes passaram a utilizar a José Avelino para negociar seus produtos pela manhã, após o “toque de recolher” da Prefeitura.

Motivados pelo crescimento da “Feira da Sé” e pela ocupação cada vez maior de feirantes na Rua José Avelino, e também pelos ônibus de clientes que estacionavam ali, alguns empresários investiram na reforma e adaptação de galpões para alocar feirantes dispostos a pagar para sair da situação instável que era trabalhar na rua. Com o tempo, o funcionamento dos galpões atraiu para as calçadas e para a via um número crescente de feirantes, inclusive alguns que tinham dificuldade para conseguir espaço no entorno da Catedral, devido este já ter sido quase totalmente “loteado” pelos mais antigos.

Segundo o pai de Pequeno, Seu Rubens, que é soldador e trabalhou fabricando bancas no galpão *Pop Shopping* no período em que este começou a funcionar, foram os galpões que deram o “pontapé inicial” para o surgimento da feira na Rua José Avelino. Segundo esse entrevistado, o proprietário do galpão em que ele trabalhava teria tido a ideia de

<sup>34</sup> Mercado especializado em produtos artesanais cearenses, de propriedade da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Foi inaugurado na atual localização em 19 de janeiro de 1998, para substituir o prédio anterior, cujas instalações eram consideradas precárias.

<sup>35</sup> Chácara das Rosas, que ficava no terreno onde foi construído o Galpão Pop Shopping.

construí-lo a partir de experiências que teria conhecido em suas viagens. Então, identificando uma demanda naquela área devido ao grande crescimento da Feira da Sé, adquiriu o terreno da floricultura existente naquela rua e ergueu ali seu empreendimento.

Primeiro de tudo: A Feira, quem fez foram os caras do Galpão. *Pop Shopping*, por exemplo. Comprou a Chácara das Rosas e começou a construir as barraquinhas dentro. Eu ainda trabalhei lá uns três anos ou foi quatro, só fazendo barraca lá dentro. Depois foi que eles botaram na rua, né? Na rua tem mais de 15 anos. A Chácara das Rosas foi a primeira. Ele, o dono mesmo, andava por Caruaru, por todo canto e viu aquela feira lá da Sé. Ele comprou a Chácara das Rosas e fez aquele... (...) Já tinha lá (na Sé). Aquela feira nunca se acabou. As feiras primeiras foi a do Buraco da Gia.<sup>36</sup> (...) Agora, só que ele viajou por outros cantos e viu como era a feira lá, aí ele pegou e fez a daqui, mandando dez ou foi doze ônibus, mandando comprar aqui. Por que tu sabe, né? A pessoa que tem dinheiro, ela ganha dinheiro é assim mesmo. Ele vê num canto, copia e faz pra ele. Se tiver lugar pra botar 50 ônibus, 50 ônibus entra dentro do *Pop Shopping* e não paga nada e tu tá comprando aqui, aí tu faz dois ou três móis [conjuntos, porções de mercadoria], aí tu rebola [joga] dentro do teu ônibus ali, tu vai se embora com teu carro e teu ônibus leva tuas coisas e se tu não quiser ir no ônibus tu vai no teu carro.

Na fala de Seu Rubens fica claro que quando os primeiros feirantes começaram a atuar na Rua José Avelino, a Feira da Sé ainda existia. E foi o seu crescimento que impulsionou o surgimento em seu entorno de equipamentos voltados para a mesma atividade, funcionando nos mesmos dias e horários, buscando atender o mesmo público. São exemplos, além do citado Feirão do Buraco da Gia, a Feirinha da Sé, o Casarão dos Fabricantes, o Feirão Baturité e vários pequenos *shoppings* localizados nas proximidades, todos empreendimentos particulares.

O *Pop Shopping* é inaugurado com o diferencial de possuir uma infraestrutura melhor, preparada inclusive para receber ônibus, e com isso esperava atrair um grande número de permissionários. No entanto, entre os feirantes, existiam aqueles que não estavam dispostos, não podiam ou não viam vantagem em pagar pela estrutura de um galpão, preferindo ficar na rua. Na medida em que os galpões atraíam com sua infraestrutura alguns feirantes e clientes, o comércio ambulante em seu entorno também se tornava uma alternativa economicamente interessante.

No ano de 2008, o Ministério Público do Ceará move uma Ação Civil Pública contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza para que os feirantes fossem retirados do entorno da Catedral. A gestão municipal, à época sob o comando da Prefeita Luizianne Lins, passou a

<sup>36</sup> Segundo Sousa (2015), o Feirão Buraco da Gia foi criado em 2008. O que significa que seu Álvaro pode ter se enganado quanto a ele ser um dos primeiros espaços particulares para a realização de feira naquela área. Trata-se de um galpão construído a partir de uma antiga edificação, próximo à Catedral da Sé. Com dois acessos, um principal pela Rua Sobral e um secundário, na Rua São José, o espaço muito grande no comprimento, porém estreito na largura, dando a impressão de um túnel ou caverna. Daí talvez o nome pelo qual é conhecido. Foram instalados no empreendimento, diversos boxes para o comércio, predominantemente atacadista, de confecções em geral, calçados e bolsas.

buscar junto aos feirantes uma solução para o problema. Chegou-se a cogitar sua transferência para um terreno no bairro José Walter, situado a cerca de 20 quilômetros do centro da Cidade.

O Prefeito de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, propôs aos feirantes que estes se transferissem para o *Feira Center*. A ideia era de que os “Feirantes da Sé”, por já possuírem um público cativo considerável, funcionassem como chamariz para o novo centro de negócios. Entretanto, apesar de uma parte ter aceitado se transferir para lá, a maioria, desestimulada entre outras coisas pela distância e pelos custos envolvidos, não aderiu e permaneceu no entorno da Sé.

À época já existiam na Rua José Avelino três grandes galpões: O Galpão do Pequeno Empreendedor, o Galpão da Felicidade e o *Pop Shopping*. A partir do estabelecimento desses galpões, foram surgindo outros, na José Avelino e em ruas próximas. Atualmente, segundo o Coordenador da AGEFIS, a área de influência da Feira da José Avelino conta com 37 galpões.

No entanto, naquela época a adesão aos galpões era bem inferior à capacidade destes, segundo relatos de feirantes que vivenciaram esse período. A maioria dos boxes permanecia desocupada. Grande parte dos feirantes não podia ou não queria pagar para se instalar neles. Além da questão financeira, a resistência em se fixar em boxes devia-se, segundo explicam os feirantes, ao fato de que nos galpões, os comerciantes têm que se submeter a regras definidas pelas administrações desses estabelecimentos.

Como a maior parte dos feirantes não tinha aderido à proposta de se transferir para Maracanaú, os proprietários dos galpões se reuniram com a Prefeitura de Fortaleza e ficou estabelecido que esta adquiriria alguns boxes e os concederia aos Feirantes da Sé que não pudessem pagar por eles, após a realização de um cadastramento dos mesmos. Essa resolução fortaleceria aquele mercado em desenvolvimento na Rua José Avelino, enfraquecendo a tentativa da Prefeitura de Maracanaú de atrair para aquele município os Feirantes da Sé e seu público cativo.

Três anos depois, após muitos impasses, resistência por parte dos ambulantes e alguns confrontos violentos, a Prefeitura conseguiu transferir parte dos feirantes para os galpões particulares situados na Rua José Avelino. Com o fortalecimento desse mercado na José Avelino, grande parte dos feirantes que haviam aderido ao *Feira Center* retornam para aquela rua. Muitos tinham feito gastos na transferência para Maracanaú, sem obter o esperado retorno.

Como a Prefeitura de Fortaleza já havia encerrado o processo de concessão de boxes, grande parte desses feirantes regressos viu como única opção voltar a vender na rua. É

o que explica Seu Francisco, oriundo da Feira da Sé, um dos pioneiros da ocupação da Rua José Avelino, que ali além de ser feirante comandava uma equipe de montadores e hoje é dono de boxes no *Mucuripe Moda Center*<sup>37</sup> e no *Centro Fashion*<sup>38</sup>:

Esse pessoal que veio, a mando da Prefeitura, fortaleceu o complexo. Entendeu? Com essa fortaleza aí, meu amigo, enfraquece a feira do Maracanaú, por que não foi todo mundo. Foi só uma parte. E essas pessoas que vão lá tentar a vida e não conseguem, eles voltam. Voltam pra onde? Não tem mais lugar, pra ele. Só resta a rua. E eles vão trabalhar na rua, como vendedor ambulante. Bota uma mostra no braço, a sacola nas costas e sai oferecendo.

Com o gradativo retorno dos feirantes que haviam se transferido para o Feira Center, a Rua José Avelino passou a contar com uma presença cada vez maior de ambulantes, os quais aos poucos foram se fixando nas calçadas e na via. Esse processo de fixação foi se dando inicialmente com lonas no chão e posteriormente com bancas. No início não havia “ponto certo”. O “pedaço de chão” era de quem chegava mais cedo para pegar.

Naquele momento a Rua José Avelino, a Travessa Icó e a parte de baixo do Viaduto da FAB, que passa sobre a Avenida Alberto Nepomuceno, eram tomadas de barracas nos dias de feira. Essas barracas tinham lugar certo para serem montadas e esses “pedaços de chão” possuíam donos. Os “pedaços de chão” podiam ser negociados de diferentes formas, podendo ser alugados, vendidos ou cedidos a amigos e parentes. Quando iniciei esta pesquisa cada “pedaço de chão” podia custar em torno de vinte mil reais.

Seu Fernando, hoje proprietário de um *box* no *Pop Shopping*, descreveu da seguinte forma o processo de “colonização” dos “pedaços de chão”, do qual foi protagonista:

[...] Aí com o tempo as pessoas foram colocando lona no chão. Fazendo a feira no chão. [...] Aí as pessoas começaram a botar uma lona, depois colocaram uma barraquinha por causa da chuva... E foi indo, bancas, bancas e bancas... [...] Se sua vendas tão crescendo, tá aumentando e o vizinho quer vender sua banca, você compra a banca do vizinho. E se o outro quisesse vender e você tivesse condições de comprar você comprava. De repente a situação começava a cair você vendia uma banca...

Essa “privatização” sazonal de trechos do solo urbano, que se manifesta não apenas na ocupação física do espaço de forma fixa em determinados dias e horários, mas

<sup>37</sup> Centro comercial de moda popular, situado dentro da área de influência da José Avelino. Foi instalado no mesmo imóvel onde funcionou durante a primeira década dos anos 2000, o Mucuripe Club, uma importante boate de Fortaleza, voltada para um público jovem de classe média e alta.

<sup>38</sup> Centro comercial de moda popular privado com 30 mil metros quadrados de terreno e 8,4 mil boxes. Situado no bairro Jacarecanga, próximo ao Centro, foi inaugurado em 26 de abril de 2017, tendo como público alvo os feirantes da “José Avelino”, após o fim daquela feira que havia sido determinado para acontecer no dia 14 de maio de 2017.

ainda na negociação do direito desse uso mediada entre outras coisas pelo dinheiro, foi o que forneceu naquela primeira fase da Feira um dos principais argumentos para seus opositores.

Diversos feirantes entrevistados justificaram essa apropriação, legitimada por toda aquela coletividade, como sendo uma forma de respeitar o espaço um do outro, evitar conflitos e garantir uma espécie de fidelização dos clientes. Seu Francisco é um dos que concordam:

[...] Muita gente questiona: “Poxa, tu não é dono!” Certo, eu não sou dono, mas veja bem, naquela rua ali não tem ninguém. Aí eu vou lá, coloco uma banquinha pra eu trabalhar. Aí ninguém tá comprando nada. Mas todo dia eu tô lá fazendo turno. Tô vendendo aqui minhas cuecas. Aí aparece um cliente e compra. Aí o cliente voltou e no outro dia volta para aquele mesmo local. Noutro dia, passa outra semana, o cliente volta de novo, você tá ali, né? Aí eu vou pra casa, domingo eu volto, quando eu for botar lá tem outra pessoa, aí “não, vou botar aqui no lugar onde você tava”. “Mas por que você vai fazer isso? Eu já trabalho aqui, todo dia, toda quarta feira”. Então, as pessoas respeitavam, entendeu? Eu sei que aquele cara, passou um ano, dois anos, trabalhando ali naquele cantinho, por que é que eu vou chegar e botar meu jeans ali no lugar das cuecas dele?

Apesar de existirem relatos de alguns conflitos, no geral a feira parecia funcionar a contento da grande maioria dos participantes, como uma auto-organização, com suas próprias regras, criadas e legitimadas pelos seus protagonistas nas práticas cotidianas. Quem entrava depois aprendia com os mais veteranos como as coisas funcionavam, Seu Fernando:

[...] Nada escrito. Nada. Até o local, não tem nada marcado, mas eu sei que o meu canto é aqui, eu boto aqui, o outro bota do lado e a gente vai trabalhar. Aí, às vezes o camarada não quer mais trabalhar ali. O seu Bento, 82 anos. Vendendo naquele cantinho? “Rapaz, eu quero ir me embora”. “Rapaz, quer me vender teu canto?” Ele disse “vendo”. Vendeu, meio metro, de espaço. Entendeu? E a pessoa que comprou aumentou sua banca. Entendeu? É um respeito que as pessoas têm. Até porque é merecedor. Aí as pessoas diz: “Ah, mas você não é dono do espaço publico”. Não, eu não sou dono do espaço publico. Ate porque nós estamos lá no horário da feira. Acabou, casa. Se a gente fosse dono do espaço público botava era uma loja lá e ficava aberto o dia inteiro. Agora, aqueles feirantes da Feirinha da Beira-mar, aquilo ali sim, cara... Ocuparam o espaço e a prefeitura aceitou. E eles botam barraca fixa. Ali sim. E a prefeitura fecha os olhos. [...]

É interessante notar que um recurso utilizado na fala acima e também por outros feirantes com quem conversei, para legitimar sua ocupação, é acionar a ilegalidade dos “outros”, ou seja, citar uma situação que seria mais desrespeitosa ao espaço público do que a que eles promovem. Nesse caso, ainda se aponta o que se considera uma conivência da Prefeitura por ter oficializado a ocupação. Essas fronteiras difusas entre o legal e o ilegal são comumente acionadas pelos sujeitos envolvidos nessas situações, como observam Telles&Hirata (2007).

A partir de 2011, a “Feira da José Avelino” avançou vertiginosamente, incomodando, além de lojistas do centro da Cidade, a gestão do Centro Dragão do Mar de

Arte e Cultura (CDMAC) e os empresários proprietários de bares, restaurantes e boates situados em seu entorno. Dentre os problemas gerados pela feira, de acordo com seus críticos, estão: a sujeira que fica no dia seguinte, o caos no trânsito, a degradação do sítio histórico e a descaracterização da área como um polo cultural<sup>39</sup>.

Com o tempo a feira se espalhou e ocupou, inclusive, a área da antiga Feira da Sé, dando sobrevida aos problemas alegados anteriormente a esta. No dia 20 de novembro de 2012, durante a gestão da Prefeita Luizianne Lins, o Ministério Público Estadual (MPE) entrou com um pedido na 7ª Vara da Fazenda Pública, para que a Prefeitura Municipal de Fortaleza retirasse todos os ambulantes do entorno da Praça da Sé, incluindo a Rua José Avelino.

No dia 18 de dezembro do mesmo ano, a prefeita Luizianne Lins assinou o tombamento definitivo do calçamento daquela rua, que há dois anos já se encontrava tombado em caráter provisório, por ser um exemplar da primeira pavimentação do Centro de Fortaleza. Segundo reportagem do jornal O POVO daquele mesmo dia, a Coordenação do Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) recomendava nos documentos do tombamento provisório “a restauração de todo o calçamento da rua, devolvendo a pavimentação original, padronização das calçadas e demarcação de onde estavam instalados os trilhos dos antigos bondes”. Conforme o noticiado pelo jornal, nenhuma das recomendações havia sido cumprida e muitas das pedras toscas e ferruginosas, oriundas da antiga pedreira do Mucuripe, usadas para ladrilhar aquela rua, já haviam se perdido. A reportagem fala ainda da sujeira deixada pela feira e dos problemas gerados para o trânsito.

No ano seguinte, com a posse de um novo gestor municipal, o prefeito Roberto Cláudio, a feira ganhou uma sobrevida. Foi estabelecido o compromisso de providenciar um local para realocar os feirantes e até lá a feira poderia continuar acontecendo, porém em dias e locais específicos.

No ano de 2013, na gestão do Prefeito Roberto Cláudio, foi feito um acordo com os feirantes definindo os espaços onde a feira poderia ocorrer, além dos dias e horários. Foi definido que a via não poderia ser ocupada antes das dezoito horas, para que a feira tivesse início, somente às dezenove. O encerramento das atividades deveria acontecer às seis da manhã do dia seguinte, tendo a feira que ser desmontada até às sete horas. Entretanto, quando a ação fiscalizadora da Prefeitura relaxava esse acordo era descumprido. E poderia acontecer tanto da feira começar antes, como se estender horas a fio após o horário estabelecido, além

---

<sup>39</sup> (O entorno... 2016)

de ocupar vias situadas fora do perímetro determinado pela administração municipal (figura 19).

Figura 19 – Área ocupada durante a primeira fase da pesquisa.



Fonte: Jornal O POVO,11\04\2014.

Com essas restrições temporais e espaciais para o funcionamento da feira e a fiscalização de seu cumprimento, o poder público visava possibilitar a utilização do espaço

por outros usuários e evitar conflitos, garantindo que em outros horários o fluxo na rua ocorresse de acordo com o que a lei define para uma via pública.

Na manhã do domingo, 3 de fevereiro de 2013, um efetivo formado por fiscais da Prefeitura, agentes de trânsito, guardas municipais e alguns policiais, ocupou a região onde ocorria a feira, para garantir que esta encerrasse às dez da manhã. A partir de então a feira teria permissão para acontecer das 19 horas das quartas e sábados até às sete horas das quintas e domingos. E somente nos espaços determinados, que seriam a Rua José Avelino, Rua Icó e no terreno localizado embaixo do viaduto que passa sobre a Avenida Alberto Nepomuceno.

A ação aconteceu sob protestos dos feirantes que, enquanto desmontavam suas bancas, reclamavam da forma brusca como a decisão havia sido tomada, segundo matéria do jornal O POVO, de 4 de fevereiro de 2013<sup>40</sup>. Na ocasião, os próprios feirantes afirmaram que haviam sido distribuídos panfletos, em que a Prefeitura avisava da ação, mas que não teria dado tempo para avisar aos clientes.

O titular da Secretaria Executiva Regional do Centro, Régis Dias, informou à reportagem que tudo havia sido feito de forma negociada e democrática, mas que atendia ao que “a cidade” já estava pedindo há muito tempo. O mototaxista Marcone Carneiro, ouvido pelo jornal, se posicionou favorável aos feirantes, sugerindo que nos dias de feira alguns quarteirões poderiam ser fechados para a realização desta: “Fecham rua pra festa, mas para trabalhadores, não”.

Na manhã do dia 10 de abril de 2014, uma quinta-feira, uma ação de ordenamento da Prefeitura para a “Feira da José Avelino” termina em confronto, com graves feridos. Na ocasião, a Prefeitura enviou um efetivo para efetuar a remoção de ambulantes que atuavam fora dos espaços permitidos. Os feirantes reagiram, fechando uma rua e atirando paus e pedras. Chegaram a atear fogo em um reboque da Prefeitura, do qual o motorista teve 15% do corpo queimado e lesões de segundo grau, segundo notícia do Diário do Nordeste, do dia 11 de abril de 2014<sup>41</sup>.

O feirante Valdo Ferreira, afirmou à reportagem: “A gente quer um lugar pra trabalhar. Por que não tem? Nós não estamos querendo roubar, queremos trabalhar”. O secretário Régis Sales mais uma vez afirmou que foram distribuídos panfletos e que grande parte dos feirantes “têm pontos nos locais permitidos, mas eles saem para a rua porque acham que é melhor. Nosso trabalho educacional é para que esses ambulantes voltem”.

---

<sup>40</sup> Anjos, 2013.

<sup>41</sup> Ribeiro, Bezerra, 2014

Percebe-se no conteúdo da matéria que o jornal reflete a visão dos agentes interessados na extinção ou normatização da Feira, no caso Prefeitura e comerciantes estabelecidos. É bastante comum nas notícias veiculadas sobre a Feira a ideia de que a violência sempre parte dos feirantes e imagem deles como desordeiros. Depois de quase uma década de numerosos embates, a Prefeitura anunciou, em 2016, que concederia alguns boxes, por preço mais baixo, no empreendimento privado *Centro Fashion*, a ser inaugurado dali a alguns meses, no bairro da Jacarecanga, a oeste do Centro de Fortaleza. Na ocasião, também foi noticiada uma “requalificação” da Rua José Avelino, a ser convertida em um “corredor cultural”, ligando o Centro da cidade ao Dragão do Mar, como parte do projeto Fortaleza 2040<sup>42</sup>.

O dia 13 de maio de 2017, uma véspera de Dia das Mães, foi determinado como o último para a realização da feira na área. Entretanto, a maioria dos comerciantes não aderiu à proposta. Mesmo os que aderiram, resistiram para deixar a rua. Iniciou-se, então, um movimento pela permanência na José Avelino, marcado por audiências públicas, envolvimento de políticos e desentendimentos entre as lideranças dos feirantes.

A luta dos feirantes para permanecer, acabou sendo capitalizada por um importante opositor do atual prefeito, o então deputado estadual pelo Partido da República (PR) Capitão Wagner<sup>43</sup>, que manifestou publicamente seu apoio àquela causa. Naquela que seria a penúltima feira, na noite do dia 10 para o dia 11 de maio de 2017, um clima de tensão pairava no ar. Praticamente todas as conversas giravam em torno da incerteza quanto à continuidade da feira.

No mesmo dia, o ex-presidente Lula havia passado a tarde em depoimento ao juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato<sup>44</sup>, mas ali na José Avelino tudo girava em torno do anunciado fim da feira. Muitos pareciam acreditar que o Capitão Wagner conseguisse reverter a situação. Na noite que seria a última para a realização da feira naquela área, foi emitida liminar permitindo a permanência dos feirantes e suspendendo temporariamente a obra de “requalificação” da rua.

A notícia se espalhou de forma viral, no boca-a-boca e por grupos do *whatsapp*. A orientação das lideranças de manter a discricção até segunda ordem, não foi seguida. Quando um trio elétrico chegou a Avenida Alberto Nepomuceno para anunciar a conquista, todos já

---

<sup>42</sup> Plano de Desenvolvimento Urbano elaborado pela Prefeitura em 2016, com o objetivo de nortear os Planos Plurianuais Municipais.

<sup>43</sup> Wagner Sousa Gomes é um capitão da Polícia Militar do Ceará que alcançou grande visibilidade ao liderar uma greve em 2011.

<sup>44</sup> Um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil que visa apurar um esquema de corrupção, iniciada em 17março de 2014.

estavam eufóricos a esperar. Foi um verdadeiro “showmício”<sup>45</sup>. Com falas de políticos, lideranças, música e muitas críticas ao prefeito Roberto Cláudio. É importante destacar que a Feira tem sido utilizada como bandeira de campanha de políticos de diferentes matizes ideológicas. O próprio Roberto Cláudio utilizou a promessa de sua regulamentação durante o pleito que o elegeu.

Naquele momento a nuvem de apreensão e incerteza que há meses pairou sobre as ruas onde a feira acontece cedeu lugar a raios de alegria e esperança. Feirantes, clientes, motoristas de ônibus, montadores, donos de pousadas, vendedores de lanches, guardadores de carros e todos que de alguma forma tiravam dali o seu sustento não conseguiam disfarçar - e sequer tentavam - sua satisfação com aquela decisão judicial.

Mas a euforia durou pouco e no domingo seguinte, um Dia das Mães, por volta das 15 horas, uma aglomeração começa a se formar na esquina da Rua José Avelino com a Avenida Alberto Nepomuceno. O motivo foi que alguém notou, ao passar nas proximidades, a presença de alguns tratores e escavadeiras, além de alguns blocos de concreto que são usados para fechar o acesso de veículos a ruas que estão em obras. Rapidamente a notícia de que a Prefeitura iria desobedecer a liminar se espalhou e vários ambulantes, além de curiosos, foram à “Rua da Feira”. Enquanto as lideranças ligavam para políticos apoiadores e advogados, tentavam conter os ânimos de uma multidão que cada vez se tornava maior e se concentrava na esquina da Rua José Avelino com a Avenida Alberto Nepomuceno.

De vez em quando alguém fazia um discurso inflamado contra a Prefeitura e era ovacionado com aplausos efusivos, enquanto viaturas da Guarda Municipal cercavam o local e seus agentes acompanhavam de longe aquela aglomeração. De vez em quando os líderes pediam calma e que se evitasse qualquer vandalismo, porém um pequeno grupo mais agitado ousou derrubar alguns blocos de concreto que estavam empilhados no passeio da avenida e nesse momento, ouviu-se um estampido, seguido de outros e muita fumaça. Era o Grupo de Operações Táticas da Guarda Municipal, do alto do viaduto, tentando dispersar com balas de borracha, também conhecidas como “de efeito moral”, a massa que se dividiu entre os que corriam e os que tentavam resistir com paus e pedras.

Os feirantes fizeram barricadas (figuras 20 e 21) na Avenida Alberto Nepomuceno, usando galhos de árvores nos quais atearam fogo, e mesmo com a chegada da polícia não retrocederam, impedindo a passagem de veículos também com faixas e com bandeiras do Brasil. Nem mesmo a chegada do Capitão Wagner (figura 22), que garantiu que

---

<sup>45</sup> Atos que alternam shows artísticos com discursos políticos, geralmente usados em campanhas eleitorais, muito comuns nos anos 1990, agora bastante restritos pela lei.

as providências estavam sendo tomadas e pediu que continuassem a resistência, mas sem vandalismo, conseguiu apaziguar os ânimos e durante quase uma semana, a Rua José Avelino e adjacências compuseram uma verdadeira “praça de guerra”.

Em poucos dias, a PMF conseguiu derrubar a liminar e deu início as obras para o prometido “corredor cultural”, mandando arrancar imediatamente a pavimentação tombada da Rua José Avelino, numa atitude aparentemente bastante contraditória em relação ao argumento de que a Feira deveria acabar, entre outras coisas, por ameaçar o patrimônio público (figura 23). Mesmo com tudo isso a feira continuou acontecendo nos galpões e alguns dos camelôs que ficavam na rua, continuam tentando vender seus produtos como “sacoleiros”, se esforçando para driblar a vigilância cerrada dos fiscais da Prefeitura e da polícia que continuaram monitorando a área.

Figura 20 – Barricada feita pelos feirantes no confronto do dia 14 de maio de 2017.



Fonte: O autor.

Figura 21 – Policiais de moto, chegando ao local do confronto do dia 14 de maio de 2017. Barricadas de galhos de árvores e Prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE).



Foto: O autor

Figura 22 – Deputado Estadual Capitão Wagner discursando para os feirantes embaixo do viaduto, após o confronto do dia 14 de maio de 2017.



Fonte: O autor

Figura 23 – Esquina da Rua José Avelino com Boris, após desocupação dos feirantes, com parte da pavimentação tombada arrancada.



Foto: O autor.

As obras de “requalificação” da área onde acontecem a Feira da José Avelino duraram cinco meses e incluíram recapeamento asfáltico, nova iluminação, calçadas mais largas e acessíveis, ciclofaixas e pavimentação da Rua José Avelino e da Avenida Alberto Nepomuceno, além da demolição do galpão construído sob o viaduto da Alberto Nepomuceno, onde acontecia o chamado “Feirão do Viaduto”, e instalação na área de um posto de coleta seletiva de lixo.

Durante os confrontos, grande parte das pedras que do calçamento tombado que tinham sido arrancadas e empilhadas pela Prefeitura se perdeu. O que se observa após a reforma é que as que restaram não foram suficientes para ladrilhar toda a via. O mesmo aconteceu com as pedras retangulares do trilho do bonde de tração animal, que tiveram que ser complementadas por similares (figura 24).

Figura 24 – Limite entre trilho original e similar



Fonte: O autor.

Durante o período que esteve em obras, a Rua José Avelino não deixou de ser cenário do comércio ambulante, nem tampouco de embates em consequência disso. Mesmo com o funcionamento do *Centro Fashion*, a clientela vinda de outros estados não deixou de aparecer. Os galpões conseguiram a permissão para continuar funcionando e mesmo sem poder montar bancas e diante de vários vendedores ousavam vender nas calçadas, apertadas devido aos tapumes colocados para impedir o acesso à via.

No dia 26 de abril de 2017, foi inaugurado o *Centro Fashion*, voltado para o comércio de moda popular. Dos cerca de 4.500 boxes vendidos, aproximadamente 3 mil funcionavam no dia da inauguração. Ao todo são 5 mil boxes, 90 lojas, 36 megalojas e uma

Praça de Alimentação com 24 lanchonetes e 2 restaurantes. O estacionamento conta com 130 vagas exclusivas para ônibus, além de espaço para carros, motos e bicicletas. O empreendimento particular, que custou 120 milhões, conta ainda com hospedagem própria com 340 leitos. Para adquirir a concessão de um box no Centro Fashion, o comerciante deve pagar uma taxa de adesão que varia entre R\$ 3 mil e R\$ 25,1 mil. Além disso, existe uma taxa de manutenção semanal, entre R\$ 50 e R\$ 170. Essa variação ocorre em função do tamanho do espaço e de sua localização.

A proposta inicial da Prefeitura foi adquirir junto ao Centro Fashion alguns boxes a um preço mais baixo para aqueles feirantes que não tivessem muita capacidade de pagamento. Por fim, diante da baixa adesão, a Prefeitura se prontificou a pagar a taxa dos boxes de 1 x 1 metros. Muitos acharam esse tamanho pequeno e preferiram pagar mais caro por espaços maiores. Uma boa parte dos feirantes, mesmo tendo adquirido box no Centro Fashion, continuou tentando permanecer na José Avelino. Quando indagados sobre os motivos, muitos alegam os custos. Entretanto, uma observação mais aprofundada permite perceber que essa explicação não se sustenta.

Na “José Avelino”, segundo relatos dos próprios feirantes, o custo para se adquirir “um pedaço de chão”, como eles chamavam, para ter o direito de montar uma banca na rua, girava em torno de R\$ 20 mil. Por banca, desmontável, de ferro ou madeira, pagava-se em torno de R\$ 390. Fora o que se pagava para guardar a banca, transportar, montar etc. Com estacionamento o feirante gastava em torno de R\$ 8 por feira. De 5 a 10 reais para um carregador ajudar a levar as mercadorias para a banca. Por semana, se pagava R\$ 30 para montagem das bancas e R\$ 5 pela energia elétrica, que era puxada de um poste, através do chamado “gato”. Com isso, se percebe que na prática os custos para o feirante trabalhar na “José Avelino” não eram muito diferentes do que se paga no Centro Fashion. No entanto, parece que a maioria deles, se pudesse optar, permaneceria na rua.

A rua funciona como uma vitrine. Conforme apurado em depoimentos dos feirantes, é nas ruas que se consegue vender melhor. Os próprios clientes também admitem sua preferência por comprar na rua, pela maior praticidade. Além disso, a rua permite um uso maior da criatividade no sentido de obter melhor aproveitamento do espaço e uma flexibilidade maior para mudar de local. Por exemplo, um dia em que um feirante fica sabendo que outro faltou e este ocupa um ponto que desperta o interesse daquele. Há a possibilidade, em um caso como esse de, mediante uma negociação informal, o feirante interessado ocupar temporariamente o ponto do faltoso, sem maiores dificuldades.

Por isso, mesmo diante da possibilidade de ter as mercadorias apreendidas, na Rua José Avelino, havia gente vendendo, em sacolas, nas calçadas, de vez em quando tendo que correr para dentro dos galpões para não ser pega pelo “Rapa”. E havia também procura. Não obstante as possibilidades de estacionamento reduzidas, uma vez que o acesso ao Pop Shopping estava bloqueado, grupos de compradores continuavam chegando, em vans que ficavam a postos, nas proximidades do *Centro Fashion*, a disposição dos clientes que desciam de seus ônibus no amplo estacionamento daquele centro de negócios e partiam rumo a José Avelino para encontrar seus tradicionais fornecedores.

Com a permanência dos galpões, a Prefeitura recuou do projeto de transformar a Rua José Avelino em “corredor cultural” e se fala agora na rua como um polo de moda popular. Muitos dos que possuíam bancas na via, adquiriram boxes nos galpões, mas nem todos parecem ter tido condições para isso. Mesmo já não tão numerosos como antes, ainda há muitos feirantes na rua.

As ações pontuais do “Rapa”, não raro ocasionam violência. Há relatos, inclusive de apreensões de mercadorias de clientes, pois os sacolões de *jeans* utilizados por estes não diferiam daqueles usados pelos camelôs. Há ainda casos de feirantes que mesmo possuindo boxes em galpões, aventuram-se a vender na rua até a passagem do “Rapa”, pois consideram que ali as mercadorias ficam mais visíveis para os clientes.

Questionada sobre o que estava achando da situação após a reforma, uma vendedora que antes vendia na rua e agora ocupa um *box* disse que só vê melhoria no acesso dos clientes aos pontos de venda. Relata que as vendas não aumentaram e lamenta a violência sofrida por aqueles que trabalham na rua:

Agora tá melhor, porque o cliente consegue andar melhor, né? Mas as vendas, não melhorou, não. Quem compra aqui não liga pra beleza... Agora é muito triste, até pra quem é regularizada, como eu, vê um pai de família apanhando, perdendo sua mercadoria...

Um casal maranhense que compra na “Feira da José Avelino” há cerca de sete anos reclamou da grande dificuldade de encontrar o que procura, pois seus tradicionais fornecedores estão todos espalhados, em diferentes galpões, alguns até no *Centro Fashion* e outros que vendem na rua, não são encontrados nos dias em que a Prefeitura intensifica a fiscalização.

#### **4.3 Da Feira da Sé à Feira da José Avelino: A produção de territórios e territorialidades**

Os primeiros feirantes que ocuparam a José Avelino foram aqueles que vinham da “Sé” após o horário estabelecido pela Prefeitura para o encerramento desta feira. Entretanto, com o funcionamento dos galpões, começaram a chegar feirantes novos, que queriam trabalhar na feira, mas estavam com dificuldades para conseguir “ponto”. Ao se fixar na José Avelino, esses feirantes passaram a criar uma identidade com o local e, com o tempo, constituíram ali um novo território.

Utilizo aqui o termo território no sentido dado a ele por Raffestin (1993), que se refere a uma porção de espaço resultante da ação de atores que produzem relações marcadas pelo poder. De acordo com esse geógrafo, está implícita à noção de território a ideia de limite, ainda que este não esteja claramente definido, uma vez que a relação mantida pelo grupo com o espaço o exprime. Corroborando com essa perspectiva, Costa (2007) destaca que o território possui duas dimensões, uma simbólica ou cultural e outra material, predominantemente econômico-política, que lhe são indissociáveis.

Mesmo que no início, atuassem nos mesmos dias e horários que a “Feira da Sé”, os feirantes fixados na Rua José Avelino tanto se identificavam como eram reconhecidos por aqueles do entorno da Catedral como integrantes de um território a parte. Em determinado período, as duas feiras passaram a acontecer em dias diferentes, enfatizando ainda mais que se tratava de eventos distintos, mesmo trabalhando com produtos do mesmo gênero e voltados para o mesmo público. Vale ressaltar que os dias de ocorrência das “Feiras da Madrugada” mudaram várias vezes, mediante acordos feitos entre feirantes e com o poder municipal.

Para Costa (2007b), a ideia de território sempre está relacionada com poder, não se restringindo ao tradicional poder político, mas se referindo tanto à dominação, que é seu significado mais explícito, quanto à apropriação, que é o poder entendido no seu sentido mais implícito ou simbólico. A apropriação se diferencia da “propriedade” ou da “posse”, que estariam mais relacionadas com a dominação, que se refere ao concreto, ao funcional e se liga ao valor de troca, ao passo que a primeira é um processo mais simbólico, marcado pelo “vivido”, pelo valor de uso. Segundo Costa (2007b, p. 21),

(...) enquanto “espaço-tempo-vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional”, proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, (...) não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades.

Com relação à territorialidade, Raffestin (1993, p. 160, 161-162) a define como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional ‘sociedade-espaço-

tempo” e que se manifesta em todas as relações e em todas as escalas espaciais e sociais. Para o autor, ela é a “face vivida” da “face agida” do poder. Um poder que existe em todas as relações e se infiltra nas fissuras sociais para atingir os corações dos homens (RAFFESTIN, 1993, p. 52). É importante compreender que esse poder que permeia as relações que produzem territórios e territorialidades se mantém e é aceito, justamente por não ser apenas uma força que reprime, mas que também “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (...) como uma rede produtiva que perpassa todo o corpo social” (FOUCAULT, 2017, p. 45).

Assim, esse poder encontrado em todos os espaços da vida social é exercido não apenas pelo Estado, tradicionalmente visto como seu detentor, mas por diferentes instituições, grupos e indivíduos que por meio de relações de apropriação e dominação protagonizam disputas pelo controle dos territórios.

Quando a Prefeitura, sob pressão do Ministério Público, propôs pela primeira vez, em 03 de novembro de 2008, a remoção dos feirantes da Sé para a José Avelino, houve grande resistência, tanto da parte destes como daqueles que já comercializavam naquela rua. No dia definido para a saída, os ambulantes bloquearam com paus e pedras as ruas que circundam a Praça Pedro II para pressionar a Prefeitura, que diante da possibilidade de um confronto deles com a Guarda Municipal e a Polícia Militar, resolveu recuar da decisão.

Conforme depôs à reportagem do jornal O POVO do dia 05 de novembro de 2008, a então chefe do Distrito de Meio Ambiente e Controle Urbano do Município, Mércia Albuquerque, os feirantes alegaram que não caberia as duas feiras, a da Sé e a já existente na Rua José Avelino, juntas. A mesma matéria relata o temor dos próprios ambulantes da Sé diante da possibilidade de conflitos com os comerciantes que já ocupavam a Rua José Avelino.

A feirante Giselda Miranda, 60 anos, vendedora de artigos para mesa, por exemplo, afirmou para o jornal que “qualquer local” seria melhor que aquela via: “Não, não. Eu não quero. Não gosto de briga, não. E é só o que vai dar se isso for feito. (...) Lá não dá. Eu vou pra quê? Para brigar? Vamos ver o que vai aparecer para a gente”. A partir de falas como essa, pude perceber a compreensão que os próprios feirantes tinham das duas feiras como dois eventos distintos e que demarcavam territórios diferentes.

#### **4.4 Do Chafariz à Feira: um percurso entre nomes e usos**

A área na qual se desenvolveu a Feira da José Avelino, por suas características, pode ser considerada o “Centro Histórico” da cidade de Fortaleza, apesar de não ser comumente reconhecida como tal pela população nem aparecer com frequência dessa forma no discurso do Poder Público. Entretanto, a área já foi alvo, em diferentes momentos, de intervenções estatais no sentido de normatizar seu uso e de valorizar uma ocupação mais voltada para o turismo e o entretenimento, a partir do entendimento de sua importância histórica e sua proximidade com a Praia de Iracema.

No final da década de 1980, a então titular da Secretaria de Cultura, Violeta Arraes, chegou a idealizar um “corredor cultural” que integraria alguns equipamentos de importância histórica do centro da Cidade com a Praia de Iracema e que teria aquela área como seu principal eixo (GONDIM, 2007). A ideia da instalação na área de um Centro Cultural que funcionasse como equipamento “âncora” surgiu pela primeira vez naquele momento, tendo sido concretizada de alguma forma mais de uma década depois por um outro titular daquela pasta, o jornalista e sociólogo Paulo Linhares.

Assim, como Violeta, Linhares também havia residido uma temporada em Paris e ambos já mencionaram a influência do modelo do famoso *Pompidou*<sup>46</sup> e concepção dos “bairros inteligentes” como inspiração para seus projetos. O sociólogo já afirmou que à época da inauguração do CDMAC, havia a intenção de criar um fundo junto ao BID para financiar a aquisição de alguns galpões no entorno daquele equipamento para destiná-los a iniciativas de cunho cultural. Seria um “Quarteirão dos Artistas” (CAVALCANTE, 2015).

Entretanto, os reveses da economia e da política à época teriam inviabilizado o projeto. Se a presença do Dragão atraiu em um primeiro momento iniciativas de cunho cultural e motivou a permanência daquelas que ali já resistiam antes mesmo de sua inauguração, trouxe também outros estabelecimentos voltados para o lazer e o entretenimento, como bares, restaurantes, boates etc. Como já referido, esses estabelecimentos, tiveram muito mais força do ponto de vista comercial e se configuraram como o uso predominante no entorno daquele centro cultural. A agitada vida noturna que passou a existir na área contribuiu para inflacionar o mercado imobiliário do entorno provocando nos anos subsequentes a inviabilização de iniciativas culturais mais autônomas e menos atrativas comercialmente.

Outras ruas daquela antiga zona portuária, que permaneciam menos movimentadas por não serem, em um primeiro momento, incluídas na reabilitação prevista

---

<sup>46</sup> Centro Georges Pompidou é um complexo cultural da cidade de Paris, França, que concentra diferentes equipamentos culturais. Concebido em estilo arquitetônico conhecido como ‘high-tech’, foi construído no lugar onde ficava o Mercado de Les Halles.

com a instalação do Dragão, também abrigariam algumas casas noturnas em diferentes momentos. Estas não tiveram duração muito longa, devido os percalços de se situar em pontos que não despertaram maior atenção do poder público naquele momento. Esse foi o caso da Rua José Avelino e da Travessa Icó.

As poucas casas noturnas que se instalaram nessas ruas ainda tiveram a partir de determinado momento que disputar espaço com a ocupação das vias por feirantes e clientes que iriam constituiriam ali a Feira da José Avelino, que viria a se tornar o uso predominante naquelas duas ruas e suas adjacências. Um uso que frequentemente se revelou conflitivo em relação aos interesses estatais para aquela área, sendo em certos momentos tolerado, mas nunca legalizado ou legitimado pelo discurso hegemônico do poder público.

De acordo com a atual divisão dos bairros de Fortaleza, a rua José Avelino tem uma parte situada no centro da cidade e outra no bairro Praia de Iracema. O limite é demarcado pelo Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, equipamento inaugurado pelo Governo do Estado em 1999, como principal elemento de uma “requalificação” pensada para aquela antiga zona portuária. Ali, encontram-se imóveis de diferentes épocas, sendo que os mais antigos datam do século XIX.

A Rua José Avelino teve sua pavimentação tombada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio do DECRETO Nº 13.035, de 10 de dezembro de 2012, por ser um dos últimos exemplares dos primeiros calçamentos do centro da cidade, composto de pedras toscas ferruginosas originárias da pedreira do Mucuripe (GIRÃO, 2000). Segundo o supracitado decreto fica tombada “em caráter definitivo, a PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOSÉ AVELINO, nesta capital, haja vista o seu alto valor simbólico, portador de inelutável referência à identidade e à memória da sociedade fortalezense” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012b). A importância histórica do calçamento, além das pedras remanescentes da Fortaleza de outrora, está no fato de que ali funcionou uma linha de bonde movido a tração animal<sup>47</sup>. Quando a feira não está acontecendo, pode ser visualizado o trilho formado de pedras lisas e retangulares, sobre o qual trafegava o referido veículo (Figura 25).

Figura 25 – Pavimentação tombada da Rua José Avelino com suas pedras toscas ferruginosas e os trilhos do antigo bonde à tração animal.

---

<sup>47</sup> Meio de transporte que foi usado em alguns lugares do Brasil e consistia em um bonde que usava pneus e era puxado, em geral, por burros.

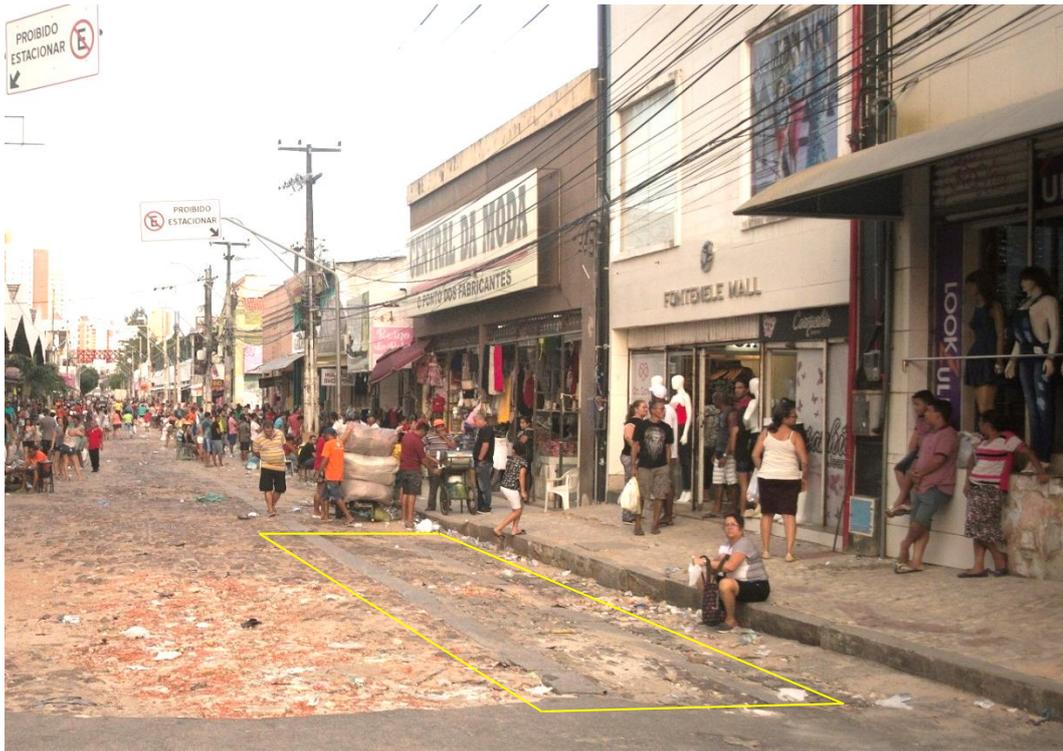


Foto: Alexandre Ruoso, 2017.

Afirma o escritor João Brígido (1912), que na José Avelino foi instalada a sede da primeira alfândega de Fortaleza. Essa sede funcionava em edificação que não mais existe e não no prédio que atualmente é conhecido como Antiga Alfândega<sup>48</sup>, que data de 1891, conforme Castro (1977). Ainda segundo Brígido (1912), a via já foi conhecida como Rua do Chafariz, no início do século XIX, por ter existido ali um equipamento desse tipo, fundamental para o fornecimento de água da cidade à época. Em 1882, o vereador Coelho da Fonseca propôs mudar o nome para Rua Singlehurst, em homenagem à loja de máquinas agrícolas cinquentenária fundada pelo imigrante inglês de mesmo nome. A justificativa se fundamentava na grande contribuição que aquela empresa teria dado para o desenvolvimento da agricultura local, fornecendo aos lavradores maquinário financiado por longos prazos (GIRÃO, 1979).

Posteriormente, o logradouro teve outros nomes, como Travessa Nº 19 e General Mesquita. Na segunda metade do século XX foi batizado com o nome que possui atualmente, em homenagem ao intelectual aracatiense José Avelino Gurgel do Amaral, nascido em 1843. Bacharel em Direito e tendo atuado como jornalista em diversos jornais cearenses e cariocas,

<sup>48</sup> Imóvel situado na Avenida Pessoa Anta, tombado pelo Patrimônio do Estado em 2005 (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2013b), onde atualmente funciona a Caixa Cultural, equipamento da Caixa Econômica Federal.

José Avelino foi ainda teatrólogo, deputado federal e constituinte em 1891. Como escritor, foi autor de várias obras nas áreas de história e ciências jurídicas (BARBOSA, 2017).

Hoje, essa rua, tantas vezes renomeada, é conhecida por locais e visitantes como “Rua da Feira”. Um exemplo de como a reapropriação dos espaços urbanos pelos usuários se dá também simbolicamente, por meio de usos que se legitimam, mesmo não sendo legalizados ou reconhecidos oficialmente. Essa prática de nomear e renomear os espaços, fazendo menção a elementos da paisagem, animais, moradores ou pessoas consideradas célebres, pelo poder público ou informalmente pela população, pode revelar tensões e disputas circunscritas no tecido urbano e social. Tentativas de diferentes agentes de se apropriar material ou simbolicamente dos espaços, produzindo e reproduzindo sentidos, construindo e reconstruindo lugares, por meio das memórias evocadas ou que se tentam apagar. Sousa (2015, p.122) explica que a imposição oficial de nomes para os espaços públicos na maioria das vezes aponta para os interesses das classes mais abastadas e dominantes de uma cidade:

A mudança dos nomes de ruas passou a ser um costume comum, sendo verificado não só em Fortaleza, mas em outras capitais e estados brasileiros. Essas alterações são expressões estatais sobre a cidade, sobre o que é valorizado pelos gestores e a submissão ao Capital a que as gestões públicas estão sujeitas. Além disso, muitos desses nomes de personalidades são desconhecidos pela população.

Castro (1977, p.43) observa que a prática, que considera negativa, de renomear logradouros tem sido recorrente na capital cearense: “As velhas denominações, ingênuas e poéticas, vêm sendo constantemente mudadas, em caráter laudatório, para nomes de personalidades cujos méritos, muitas vezes ocasionais ou nenhuns, se esquecem em menos de um decênio”. Camadas de memórias sobrepostas, essas renomeações constituem terrenos por vezes aplainados, noutras acidentados, às vezes arenosos, outras vezes pouco permeáveis. Entretanto, não é raro esses aterramentos erodirem após tempestades, trazendo à superfície resíduos de memórias há muito soterradas. Nem sempre os nomes impostos pela estratégia do poder conseguem apagar aqueles inspirados pelas práticas cotidianas ou às vezes a memória que se pretende impor resulta numa bricolagem de símbolos ressignificados pelos usuários do lugar, como observa Certeau (2014, p. 170-171):

Nos espaços brutalmente iluminados por uma razão estranha, os nomes próprios cavam reservas de significações escondidas e familiares. Eles “fazem sentido”: noutras palavras, impulsionam movimentos, à maneira de vocações e chamados que dirigem ou alteram o itinerário, dando-lhe sentidos (ou direções) até então imprevisíveis. [...] Postas em constelações que hierarquizam e ordenam semanticamente a superfície da cidade, operadores de arranjos cronológicos e legitimações históricas, estas palavras [...] perdem aos poucos o seu valor gravado,

como moedas gastas, mas a sua capacidade de significar sobrevive à sua determinação primeira.

É dessa forma que pelos “poderes mágicos de que dispõem os nomes próprios” (CERTEAU, 2014, p.171), a Rua José Avelino se transforma na “Zé Avelino”, que se dilata e escoia por outras vias, penetrando o interior dos galpões, ultrapassando fronteiras e atraindo compradores de diferentes lugares. Esses viajantes singram as rodovias do país em dezenas de ônibus que “ancoram”, em madrugadas de feira, nas escuras ruas da antiga zona portuária, como se, de alguma forma, sua memória ainda ecoasse pelas velhas paredes dos galpões, alguns dos quais que já sediaram boates em tempos mais próximos. É como se o lugar possuísse uma alma, que por mais que se tente sufocar, em alguns momentos faz ouvir seus sussurros e em outros o ecoar de seus gritos.

#### **4.5 O ninho do Dragão: de zona portuária à área histórica “requalificada”**

Quando foi inaugurado oficialmente, em 1999, o CDMAC havia funcionado em caráter experimental desde o ano anterior. Sua construção foi iniciada em 1993, com conclusão prevista para o ano seguinte. No entanto, só aconteceu cinco anos depois. Assim, durante a maior parte da década de 1990, aquela área esteve em obras para a construção do referido equipamento.

O Centro Dragão do Mar foi pensado como um grande “corredor” ligando a Avenida Castelo Branco a uma de suas paralelas, a Avenida Pessoa Anta. As duas mudam de nome logo após passarem por aquele equipamento, se transformando respectivamente em Avenida Monsenhor Tabosa e Historiador Raimundo Girão, que posteriormente se unificam, dando início a Avenida da Abolição. Estas três últimas vias são bastante conhecidas por fazerem parte de uma área muito valorizada pela importância turística. Então, pode-se dizer que o Dragão do Mar é a porta de entrada de um dos maiores destinos de investimentos públicos e privados de Fortaleza, a orla norte da Cidade, que inclui os bairros Praia de Iracema, Meireles e Varjota.

Concebido a partir de um projeto dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, classificado por alguns como pós-moderno, o Centro Dragão do Mar ocupa com seus 30 mil metros quadrados, além das vias já citadas, as ruas José Avelino, Dragão do Mar, Avenida Almirante Tamandaré e Praça Almirante Saldanha. O complexo reúne entre suas atrações, dois museus, um planetário, um teatro, um anfiteatro, duas salas de cinema, um auditório, uma biblioteca, além de espaços onde acontecem exposições, shows e outras

atividades ao ar livre, como área abaixo da passarela que passa sobre a Rua José Avelino e a chamada Praça Verde. Apesar de possuir diferentes entradas, o equipamento tem seu endereço oficial na Rua Dragão do Mar, no bairro Praia de Iracema.

Embora hoje inserido no bairro Praia de Iracema, o terreno onde foi erguido o Centro Dragão do Mar já fez parte do centro da Cidade e anteriormente do bairro chamado Prainha, onde se localizavam o Porto de Fortaleza e várias edificações a ele relacionadas. A área da antiga Prainha hoje tem uma parte que pertence ao centro da cidade e outra que integra o bairro Praia de Iracema. Este último teve seus limites estendidos com a instalação do Centro Dragão do Mar, com o fim de dar a este um endereço mais nobre e contribuir para a valorização de um bairro que já apresentava grande potencial turístico.

Após a transferência do porto para o bairro do Mucuripe, nos anos 1940, galpões e outros imóveis foram sendo desocupados e a antiga zona portuária foi sendo apropriada por usuários mais pobres, passando com o tempo a ser considerada uma área degradada da cidade, como mostra Schram (2001, apud Fontenele, 2013, p. 3):

Diversos armazéns e casas comerciais ligados às exportações ficaram abandonados, algumas residências antigas passaram a ser ocupadas por usuários mais pobres e outros edifícios tiveram prostíbulos instalados. O entorno do ramal ferroviário da Praia de Iracema passou a ser ocupado por populações de baixa renda, formando a favela do Poço da Draga.

No início dos anos 1990, a área começou a ser “descoberta” por usuários integrantes da classe média intelectualizada, na maior parte jovens com algum engajamento político e artístico. Por conta justamente de sua precariedade, os alugueis na antiga zona portuária podiam ser considerados baixíssimos, se comparados aos da nobre vizinha Praia de Iracema. Além disso, as generosas dimensões e o ar bucólico do casario tornavam a antiga Prainha bastante atrativa para artistas plásticos que passaram a instalar ali seus ateliês. Surgiram na área casas noturnas voltadas para estilos como *rock* e *blues*, dentre outros considerados mais alternativos, e bares frequentados por um público formado geralmente por universitários e militantes de esquerda, como foi o caso do “Coração Materno”. Esses usos fizeram da antiga Prainha, no início da década 1990, um território “underground” da Cidade.

Naquele momento, estavam sendo postos em prática, de maneira bastante acentuada, em diferentes cidades do Brasil, sobretudo nas capitais, projetos de “requalificação” de áreas históricas consideradas “degradadas” por meio de políticas culturais. Tais projetos se desenvolveram em meio à emergência das reformas neoliberais e do discurso da necessidade de inserção das chamadas cidades históricas no que Harvey (2001) denominou de “concorrência interurbana”, referindo-se ao desenvolvimento de políticas de patrimônio

como estratégia de captação de recursos no interior dos fluxos globais. Consoante a esse pensamento, o Governo do Estado do Ceará elege a antiga zona portuária de Fortaleza como espaço a ser “requalificado” com um projeto que teve como carro-chefe a instalação de um grande complexo cultural, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC).

A figura 26 mostra uma vista aérea do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) <sup>(1)</sup>. Na fotografia, aparecem também a “Ponte Metálica” <sup>(2)</sup>; a comunidade do Poço da Draga <sup>(3)</sup>; a Antiga Alfândega, hoje Caixa Cultural <sup>(4)</sup>; a antiga Capitania dos Portos, hoje Escola Porto Iracema das Artes <sup>(5)</sup> e o trecho da Rua José Avelino que “atravessa” o centro cultural <sup>(6)</sup>, passando por baixo da sua passarela <sup>(7)</sup>. Podem ser vistos ainda, o solar da família Boris e o imóvel onde funcionava sua empresa de importação e exportação, hoje um estacionamento e o SESC Iracema <sup>(8)</sup>; a Biblioteca Pública Menezes Pimentel <sup>(9)</sup>; o Teatro São José, antigo Círculo Operário <sup>(10)</sup>; a Praça Cristo Redentor, com seu monumento <sup>(11)</sup>; as avenidas Presidente Castelo Branco <sup>(12)</sup>, Almirante Tamandaré <sup>(13)</sup> e Pessoa Anta <sup>(14)</sup>; as ruas Boris <sup>(15)</sup> e Dragão do Mar <sup>(16)</sup>; a Praça Almirante Saldanha <sup>(17)</sup> e alguns galpões que funcionam boates <sup>(18)</sup>.

Figura 26 – Vista aérea do Centro Dragão do Mar.



Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/centro-dragao-do-mar-de-arte-e-cultura/>

A instalação, em uma área histórica da Cidade, de um grande e moderno centro cultural, funcionando como âncora para um “corredor cultural”, que integraria diferentes equipamentos públicos e privados, contribuiu para o objetivo de fabricação da imagem de

uma Fortaleza moderna, inserida no contexto de um mundo globalizado e no circuito da produção, distribuição e consumo de produtos culturais (GONDIM, 1999).

Entretanto, a expectativa de que o Dragão do Mar atraísse para seu entorno outras iniciativas de cunho cultural, transformando a área em um polo cultural e contribuísse assim para valorização do centro e da Praia de Iracema, uma vez que estaria situado entre os dois bairros parece não ter sido alcançada. Uma das razões para isso foi que, com a instalação do CDMAC, houve um aumento no valor dos imóveis do entorno. Com isso, alguns espaços com usos ligados à cultura, muitos dos quais, existentes antes da inauguração do centro cultural, enfrentaram dificuldades para permanecer na área. Estabelecimentos mais lucrativos, ligados ao comércio do entretenimento (figura 27), passaram a predominar, como afirma Gondim (2007, p. 214):

Na falta de uma estratégia do poder público que induzisse ou incentivasse a ocupação dos imóveis por atividades diversificadas, a valorização imobiliária decorrente da proximidade com o centro cultural acarretou a expulsão de usos ligados à cultura, como ateliês, galerias de arte e teatros. Acabaram prevalecendo bares, restaurantes e casas de show, ou danceterias, os quais têm levado a uma “desvitalização diurna” e a um “excesso de vitalização noturna”, segundo depoimentos de moradores, usuários e frequentadores daquela área.

Figura 27 – Sobrados reformados que abrigam bares no entorno do Dragão.



Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/centro-dragao-do-mar-de-arte-e-cultura/>

Na medida em que esse “excesso de vitalização noturna” se concentrava em torno do CDMAC<sup>49</sup>, pouquíssima atenção do poder público era dada para pontos da área situados mais distantes dali, onde a maioria dos galpões permanecia desocupada, principalmente devido à insegurança, à má-iluminação e à pavimentação precária. A “requalificação” pensada para área, tendo o Dragão do Mar como catalisador, acabou se restringindo ao entorno desse equipamento.

As demais ruas da antiga zona portuária continuaram mal iluminadas e inseguras, comumente sendo utilizadas para consumo de drogas. Foi o caso da Rua José Avelino que, por volta do ano de 2007, passou a ser ocupada por vendedores ambulantes de confecções, dando origem à feira que se tornou referência no ramo para as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Se desenvolvendo em uma área anteriormente prevista pelo poder público para integrar um “corredor cultural”, a Feira da José Avelino, conforme já descrito, cresceu de forma vertiginosa, chegando a ocupar, além da rua, vários galpões, contribuindo também para a inflação dos imóveis e a mencionada diminuição dos usos ligados à cultura<sup>50</sup>.

Essas “requalificações” ou “revitalizações” do espaço público por meio de políticas públicas culturais se inserem no que Leite (2007, p.61) designa como *gentrification*, pois configuram “formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados”. Zukin (2000b) destaca que a década de 1990 foi marcada pelas pressões sofridas pelas cidades para ajustarem-se às normas do mercado global, o que fez com que muitas delas tenham desenvolvido programas de reestruturação urbana que guardam entre si surpreendentes similaridades.

Para Zukin (2000b) essas reestruturações criam “paisagens de poder”, que são assimetrias socioespaciais que afirmam valores e visões de mundo de uma determinada camada social, que busca por meio de intervenções arquitetônicas e urbanísticas, apropriar certos espaços urbanos. Para a autora, à paisagem do poder se opõe o que ela denomina vernacular, se referindo às construções e às relações sociais dos desprovidos de poder. O vernacular contrasta e\ou se contrapõe na paisagem ao que é imposto por aqueles que detêm o poder, representando uma “pedra em seu caminho”, atrapalhando sua expansão física e econômica e disputando o espaço e o simbólico. O vernacular é a produção social da máquina

---

<sup>49</sup> É importante frisar que atualmente isso vem mudando. Os bares do entorno do CDMAC vem ficando praticamente vazios, na maior parte dos fins de semana. A área do CDMAC vem sendo agora considerada degradada, ponto em xeque o próprio projeto.

<sup>50</sup> (Bezerra, 2014; Marques, 2014)

de guerra que o Estado busca controlar, domesticar, regulamentar, classificar, docilizar na paisagem do poder, que é um estriamento do espaço liso (DELEUZE&GUATARRI, 2012).

Ao redor do *Pop Shopping* foram se aglutinando camelôs, que ocuparam a rua, e novos galpões do tipo foram surgindo. Para evitar as pressões da Prefeitura, as feiras passaram a acontecer em dias restritos e nas madrugadas. A Prefeitura fazia “vista grossa” e ocasionalmente efetuava batidas pontuais, que não raro resultavam em conflitos que repercutiam negativamente na imprensa. Ao longo de 15 anos, diferentes gestores passaram pela PMF e nenhum pôs em prática qualquer ação efetiva para regulamentar a feira, proibir ou evitar seu crescimento. O resultado é que ela atingiu grandes dimensões, espalhou suas “ramas” e se “enraizou” pelas ruas da antiga zona portuária e do Centro, de tal maneira que se tornou muito difícil contê-la sem deixar visíveis os conflitos que nela se circunscrevem.

No entanto, no final de 2016, o prefeito Roberto Cláudio determinou um dia como o último para a realização da feira na área. Durante quase uma semana, após a data marcada para o encerramento da feira, a José Avelino e ruas vizinhas compuseram uma verdadeira “praça de guerra”. Os feirantes conseguiram uma liminar permitindo sua permanência, que a PMF conseguiu derrubar em poucos dias.

A remoção da Feira foi justificada, em um primeiro momento, pela retomada do projeto do “corredor cultural”, agora como parte do Plano de Desenvolvimento Urbano batizado de “Fortaleza 2040”. Entretanto, a influência dos proprietários dos galpões fez com que a Prefeitura recuasse do projeto e o funcionamento desses estabelecimentos na área continuou garantido. A reforma da rua prosseguiu, mas o discurso da Prefeitura foi modificado. O projeto passou a ser mantê-la como um polo têxtil, mas com o comércio restrito aos galpões. Com o funcionamento dos galpões liberado e a rua em obras, alguns camelôs continuaram tentando vender seus produtos como “sacoleiros”, se esforçando para driblar a vigilância cerrada dos fiscais da prefeitura que monitoravam a área.

Percebo, então, a existência de duas racionalidades, disputando o mesmo espaço. A área eleita pelo Estado como centralidade, e convertida em *paisagem de poder*, sente-se agora ameaçada pelo *vernacular*, que se formou a partir daquilo que havia “ficado para trás”, que havia sido dispensado pelo projeto de reforma daquele antigo bairro. Projeto esse que visava torna-lo mais interessante para o mercado e para uma parcela da população apta a consumir os produtos e serviços que passariam a ser ofertados ali. Projeto que refletia uma determinada visão de cultura, arte e entretenimento a partir da identificação das potencialidades da área pelo Estado definidas em termos dos interesses das grandes corporações e dos grandes empresários que se aliam ao Estado na gestão capitalista. É

importante notar que essas potencialidades não são pensadas em termos de geração de renda e oportunidades de trabalho ou de consumo para a população mais pobre.

## 5 POR DENTRO DA “ZÉ AVELINO”

Quando não está acontecendo feira, a José Avelino é uma via por onde transitam carros, apesar de poucos. Mesmo sendo um dos acessos ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), ela ainda é pouco utilizada para esse fim. À noite alguns frequentadores daquele equipamento estacionam ali, geralmente quando não encontram vaga em lugares menos ermos. O que acontece por aquele ser um logradouro sem residências, à exceção de uma, e em noites ordinárias tornar-se praticamente deserto.

O pouco fluxo de pessoas torna a rua atrativa para consumidores de drogas ilícitas, o que era ainda mais comum antes da última reforma, quando se instalou uma nova e mais potente iluminação e foram feitos novos saneamento e pavimentação. A única residência existente ali pertence a uma senhora que diz já estar lá há mais de vinte anos, desde quando alugava cômodos de sua casa para hóspedes. Hoje vende lanches na calçada em dias de feira.

Mais de um ano após a inauguração do “Centro Fashion” e da “Nova José Avelino”, a Feira resiste. Impedidos de erguer as antigas bancas na rua, os feirantes espalham sobre as calçadas suas mercadorias. Uma realidade que nunca deixou de acontecer, inclusive quando a rua se encontrava em obras. A feira continuava entre tratores, valas e montes de areia. Mesmo feirantes que adquiriram boxes nos galpões teimavam em usar a calçada nos momentos de distração dos fiscais da Prefeitura. Os clientes, muitos dos quais de outros estados, continuaram vindo. Desembarcavam de seus ônibus no “Centro Fashion” e de lá tomavam as “vans” para a “Zé Avelino”.

Segundo estimativas da SERCE, existem hoje cerca de 900 feirantes atuando nas vias. A quantidade de clientes vindos de outras cidades e estados diminuiu, mas ainda é bastante significativa. Chegam em média 50 a 60 ônibus por feira, devidamente lotados. O que corresponde à quantidade de 2000 a 2400 passageiros (Figura 28). Atualmente, os primeiros feirantes já começam a chegar às 4 da manhã de quarta-feira e sábado. A feira só vai se encerrar no dia seguinte, mas ao longo desse período ocorrem alguns intervalos devido à ação da fiscalização.

Figura 28 – Ônibus de clientes de outros estados, estacionados na Rua Conde D’Eu



Fonte: O autor.

### 5.1 “Ó o ‘Rapa’”: representação e lealdade dramática

Quando o comboio de automóveis e motocicletas que traz o “Rapa” desponta na Avenida Alberto Nepomuceno, descendo devagar da direção da Catedral, os feirantes avisam uns aos outros, como em um “telefone sem fio”<sup>51</sup>. Quem está nas esquinas e no canteiro central já começa a gritar: “Ó o Rapa!”, “Lá vem o Rapa!”, “Ó o Rapa, negrada!”. A informação rapidamente chega aos comerciantes ambulantes da Rua José Avelino. Conhecedores do ritmo do comboio e de quanto tempo ele leva para chegar, iniciam o recolhimento de seu material de forma calma e descontraída. Fazem de forma lenta, tecendo gracinhas uns com os outros, com palavras e frases que poderiam soar ofensivas para outros grupos, mas que ali soam de forma aparentemente espontânea e bem aceita.

Ao descer pela Alberto Nepomuceno, o comboio entra à direita na José Avelino, para em seguida dobrar à direita na Rua Boris e depois à direita novamente na Avenida Castelo Branco, por onde seguirá no sentido leste\oeste, passará sobre o Viaduto da FAB e descenderá à direita pela Travessa Icó. Os feirantes desta rua sabem que ainda têm alguns minutos para tentar realizar algumas vendas. Quando o comboio desponta sobre o viaduto, escutam-se novamente os alertas, agora na Icó: “Ó o Raapa!”, “O Raapa!”, “O Rapa,

<sup>51</sup> Brincadeira que consiste em passar uma palavra adiante de pessoa em pessoa.

negraada!”, “Lá veem!” E os feirantes dispensam os clientes que estiverem atendendo para iniciar o recolhimento das peças de roupas e dos materiais de trabalho.

Por onde o comboio passa o que se vê são apenas vestígios da atividade que acabou de se realizar: Algumas pessoas com sacolões, que não há como diferir entre comprador e feirante, e uma significativa quantidade de lixo nas vias. Em seguida, os guardas municipais se posicionam em diferentes pontos das ruas onde a Feira costuma ocorrer, enquanto o “Rapa”, que no caso são os fiscais da AGEFIS, iniciam uma caminhada pelas vias. Com a chegada do “Rapa” tem início uma fase de relativa calma naquela área. Alguns galpões abertos, mas poucos clientes transitando. Essa fase em que o comércio de rua fica praticamente em “suspensão” se inicia por volta das 22h, com a chegada do “Rapa”, e se encerra aproximadamente entre 2h e 3h da manhã, com a partida deste. É justamente o momento em que um dono de *box* chamou de “preamar”, se referindo à fase da maré alta, na qual a praia costuma ficar deserta.

Durante a “preamar” nenhum feirante, à exceção de um ou outro mais afoito, atreve-se a vender na rua. Os poucos que o fazem buscam formas de não levantar suspeitas. Por exemplo, numa dessas ocasiões sentei em uma calçada próximo à esquina da José Avelino com Alberto Nepomuceno para observar o momento em que o “Rapa” estava presente. Percebi a aproximação de um casal de jovens. Cada um portava uma mochila escolar estampada com uma personagem de animação que tem muito apelo comercial junto às crianças atualmente. Ao passar por um grupo formado em sua maioria por mulheres que estavam sentadas próximas a mim, a moça perguntou se elas haviam gostado da mochila. Disse que tinha mais unidades e poderia buscá-las, dando início a uma negociação de valores e quantidades.

Nas figuras 29 e 30, pode-se notar algumas pessoas na José Avelino e Alberto Nepomuceno portando sacolões e uma viatura da Guarda Municipal parada na via praticamente vazia, em um momento posterior à chegada do “Rapa”.

Figura 29 – Pessoas com sacolões na José Avelino após a chegada do “Rapa”.

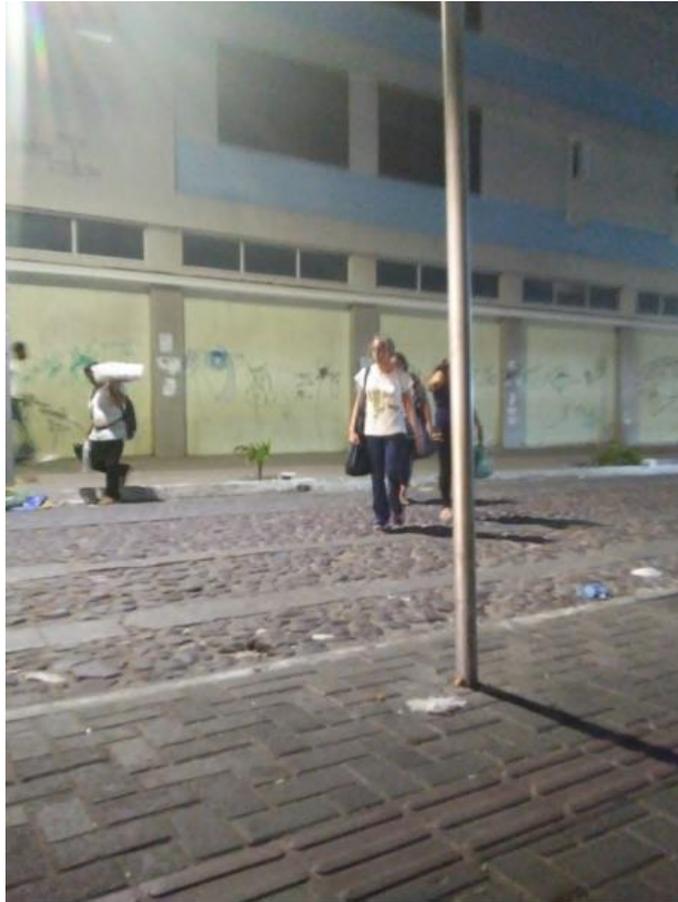


Foto: O autor

Figura 30 – Esquina da José Avelino com Alberto Nepomuceno no momento pós chegada do “Rapa”.



Fonte: O autor

Em entrevista com o coordenador da AGEFIS, autarquia responsável pelos fiscais mais conhecidos como “Rapa”, fui informado de que o órgão dispõe de um efetivo exclusivo para atuar na Feira da José Avelino ao longo do dia. Esse efetivo é formado por 10 motoristas, 38 guardas municipais, 15 fiscais e 50 auxiliares terceirizados. Segundo o entrevistado, a área passa apenas 4 horas sem fiscalização. O que corresponde ao momento de troca de turno, que é das 17 às 21 horas. O coordenador reconhece que mesmo com o que considera o “máximo empenho”, a AGEFIS conta com número insuficiente de profissionais para impedir a realização da Feira e muitas vezes até para conter seu crescimento.

Entretanto, o que ouvi dos feirantes e pude constatar em campo é que as ações da fiscalização costumam acontecer de forma pontual, em torno de três vezes por dia, geralmente nos mesmos horários, aproximadamente às 8:00, 14:00 e 22:00. Em cada uma dessas inserções, os fiscais e guardas municipais permanecem por cerca de 4 horas. Os feirantes me explicaram ainda que o “rapa” vem sempre pela mesma direção e percorre o mesmo trajeto.

Certa vez, Dona Fátima, feirante que foi minha interlocutora, pediu-me que chamasse suas colegas Maria e Valéria, com quem também mantive interlocução durante o campo, para compartilharem com ela o espaço onde tinha marcado seu ponto. Enquanto recolhiam o necessário para realizar a mudança, iniciei uma conversa com um casal paulistano que trabalhava vendendo “churrasco grego”<sup>52</sup>. O marido contou que chegaram ao Ceará para cuidar de uma casa de praia no Icaraí, litoral de Caucaia, município da Região Metropolitana de Fortaleza. Depois que o proprietário vendeu a casa, eles ficaram desempregados e como já conheciam a Feira da José Avelino na qualidade de clientes, acharam que aquele petisco, por ser novidade em Fortaleza, poderia fazer sucesso. Estavam ainda no primeiro dia, mas disseram estar vendendo bem. Entretanto, enquanto conversávamos, ninguém se aproximou para comprar ou perguntar sobre o que se tratava.

O rapaz interrompeu a conversa quando viu alguma coisa de longe que o fez pensar ser o “Rapa” chegando. Rapidamente, guardou seus apetrechos, e saiu empurrando seu carrinho de churrasco com a esposa. Maria e Valéria se assustaram com a reação dele e me pediram pra avisar a Dona Fátima. Diante da aparente urgência, como não tive tempo para conferir se era mesmo o “Rapa”, corri para fazer o que me pediram. Chegando ao local onde Dona Fátima estava falei que o “rapa” estava vindo. Ela estranhou a informação e disse que não era, pois estava “muito cedo”. Uma jovem feirante que estava ao lado disse que eu ficasse despreocupado, porque quando ele chegasse com certeza eu iria saber. Depois pude entender que ela se referia ao “telefone sem fio” e todo o rito já descrito que precede à chegada dos fiscais.

Um feirante que chamo aqui de Marcos me abordou, de forma que achei a princípio ríspida, dizendo que eu tomasse cuidado para não me enganar de novo, porque poderia causar confusão entre os feirantes. Ele disse, inclusive, que eu poderia até ter “apanhado” e que a minha sorte foi que quase ninguém escutou, por que poderiam ter entendido como um uma tentativa de “trote”. Eu pedi desculpas, agradeci a orientação e aproveitei para conversar um pouco com ele, que já parecendo mais “desarmado” me explicou que o “rapa” vem sempre pela mesma direção e cumpre o mesmo trajeto, sempre aproximadamente no mesmo horário. Descreveu-me o itinerário do comboio e o que acontecia depois de sua chegada.

Eles vêm aí, mah, pela avenida. Desce por aí. Toda vida vem de lá. Aí quando eles vêm, o pessoal que tá ali já avisa. Aí quando eles entram na Zé Avelino, o pessoal já tem recolhido as coisas. Depois eles sobem, pela Boris e vem por cima aí do

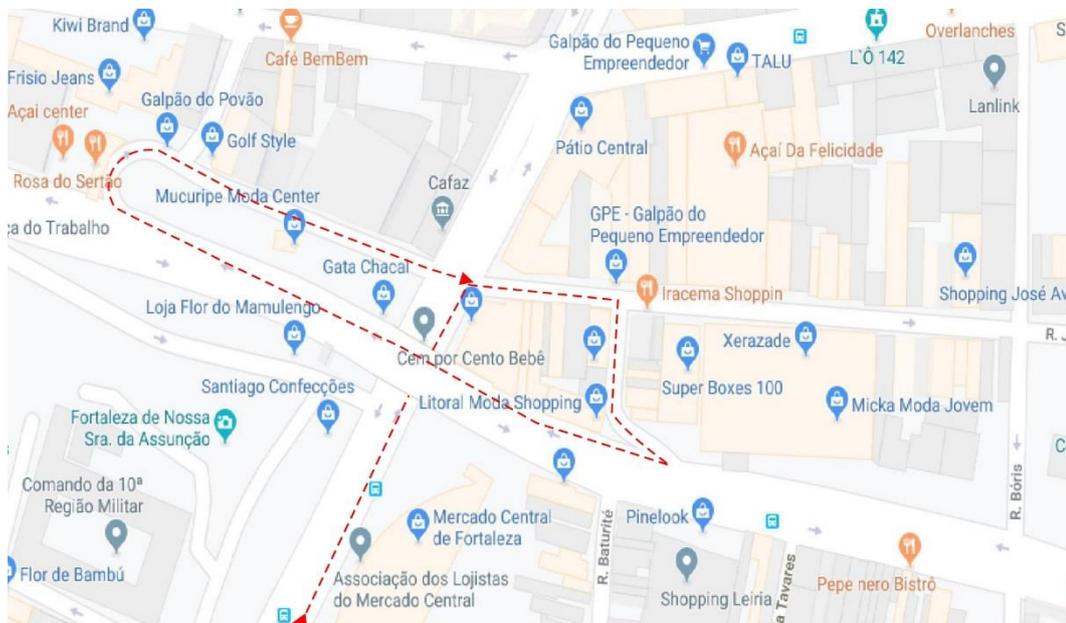
<sup>52</sup> Petisco muito comum no Centro de São Paulo.

viaduto. Quando eles aparece em cima do viaduto, nós que fica aqui já junta as mercadorias. Dá tempo... Sempre dá tempo... Depois eles estacionam na esquina e o “Rapa” vai circular...

Conforme observado em campo, os agentes descem pela Avenida Alberto Nepomuceno, no sentido sul\norte, em um comboio formado por aproximadamente dez carros, incluindo veículos da Guarda Municipal e da AGEFIS, estes, automóveis sem identificação. Entre os veículos há sempre um *Volkswagen* modelo *Kombi*, lotado de auxiliares de fiscalização, que são os terceirizados que usam o colete verde da AGEFIS. Há também alguns guardas municipais que utilizam motocicletas.

O comboio trafega bem devagar pelo seu trajeto, representado na mapa 3. Depois da Alberto Nepomuceno, ele entra à direita na José Avelino, depois à direita novamente na Boris, por onde sobe no sentido norte\sul até a Avenida Castello Branco, onde vira à direita, passando sobre o viaduto da FAB e descendo, logo após atravessá-lo, à direita na Travessa Icó. Dali segue no sentido oeste\leste para cruzar a Alberto Nepomuceno e se dirigir novamente a José Avelino. Naquela rua, estacionam, geralmente, próximo à esquina. Os guardas se posicionam em diferentes pontos ao longo da rua e os fiscais caminham lentamente pelas vias a inspecionar.

Mapa 3 – Trajeto do “Rapa”



Fonte: Google Maps

Não obstante essa performance encenada entre “Rapa” e feirantes ter sido observada todos os dias de ocorrência da feira nos últimos seis meses de realização da

pesquisa de campo, nem sempre a chegada do “Rapa” se deu de forma tranquila. Já testemunhei episódios de apreensões envolvendo agressões físicas, inclusive a compradores que foram confundidos com feirantes. Até o confisco de lonas deixadas estendidas no chão para demarcar novos “pontos” que seriam ocupados após a saída do “Rapa” me foram relatados.

Durante as quase três décadas nas quais se somam os anos de realização da “Feira da Sé” e da “José Avelino”, a atuação da Prefeitura por meio do “Rapa” tem oscilado entre momentos de truculência e de repressão simbólica. Nestes predominam essas ações performáticas, uma encenação pela qual parecem mais querer passar aos feirantes e à sociedade a ideia de que o poder municipal está vigilante com relação ao que acontece ali.

Com relação a esse comportamento ambíguo do poder público, por meio de seus agentes, Scott (2013) afirma que assim como os subordinados criam máscaras para se refugiarem quando confrontados com o poder, “os poderosos têm razões igualmente poderosas para adotar uma máscara na presença dos subordinados” (SCOTT, 2013, p.38). O autor destaca a disparidade que pode existir entre o discurso público, adotado abertamente no exercício do poder e o discurso oculto, que aparece nos bastidores.

Para ilustrar uma situação desse tipo, Scott (2013) cita um relato autobiográfico de George Orwell<sup>53</sup>, de quando este era subinspetor da polícia britânica na Birmânia colonial, nos anos 1920. O escritor teria se sentido forçado a matar um elefante que no momento não representava mais perigo algum para não perder sua autoridade junto aos nativos.

Para Scott (2013, p.39), isso ocorre porque, assim como a “subordinação requer uma representação credível de humildade e respeito, também a dominação requer uma representação credível de altivez e controle”. Uma particularidade importante do discurso público dos poderosos, destacada pelo autor a partir do exemplo acima, é o fato de que ele não deriva da vulnerabilidade, como no caso dos dominados, mas sim das próprias ideias que legitimam a dominação.

Toda essa encenação descrita acima remete ao que Goffman (2009, p. 29) denomina de *representação*, que seria “toda atividade de um indivíduo que acontece num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo de observadores e que tem sobre estes alguma influência”. Para este autor, a vida social pode ser analisada nos termos de um teatro em que atores e plateia encenam papéis pré-determinados por

---

<sup>53</sup> Escritor inglês da década de 1940, que em sua obra questiona, dentre outras coisas, o autoritarismo.

expectativas sociais. A chegada do “Rapa”, sempre seguindo um determinado padrão, faria parte do que Goffman (2009, p. 29) define por *fachada*, como sendo

[...] a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a representação.

Esse equipamento expressivo possui, segundo o autor, algumas partes padronizadas dentre as quais se encontra o *cenário*, que seria composto pelos elementos que formam o pano de fundo para o desenrolar da ação humana. Este “tende a permanecer na mesma posição, geograficamente falando, de modo que aqueles que usem [...] não possam começar a atuação até que se tenham colocado no lugar adequado e devam terminar a representação ao deixá-lo” (GOFFMAN, 2009, p.29). Assim, as vias que compõem o itinerário do “Rapa” são o *cenário* sobre o qual se desenrola sua *representação* e são parte fundamental do seu padrão de atuação.

Os outros itens componentes do equipamento expressivo são aqueles que Goffman (2009, p. 31) classifica como *fachada pessoal*, que inclui a *aparência* e a *maneira*.

Pode-se chamar de “aparência” aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o *status* social do ator. Tais estímulos nos informam também sobre o estado ritual temporário do indivíduo, isto é, se ele está empenhado numa atividade social formal, trabalho ou recreação informal [...]. Chamaremos de “maneira” os estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima. Assim, uma maneira arrogante, agressiva pode dar a impressão de que o ator espera ser a pessoa que iniciará a interação verbal e dirigirá o curso dela. Uma maneira humilde escusatória pode dar a impressão de que o ator espera seguir o comando de outros, ou pelo menos que pode ser levado a proceder assim.

O autor explica que é, em geral, esperada uma compatibilidade entre aparência e maneira. A expectativa é de que o papel de interação esperado indique os limites que devem expressar as diferenças sociais entre os participantes. Dessa forma, toda essa encenação iniciada com a chegada do “Rapa” teria como um de seus objetivos principais passar uma imagem de altivez e controle, tanto para os feirantes como para a sociedade. A partir de sua aparência e de sua maneira, o “Rapa” demonstra o poder do qual está imbuído e estabelece um acordo tácito com os feirantes em relação aos limites de atuação destes. Os feirantes, cientes de sua vulnerabilidade, aceitam participar da encenação representando o papel de humildade e respeito que lhe é esperado. Com isso os atores tentam administrar os conflitos de interesses e evitar confrontos que provocariam desgaste político para a gestão municipal e dificultariam o desempenho da atividade dos feirantes naquela área.

Assim, equilibrando-se nessa linha tênue entre a legalidade e a ilegalidade, a Feira tem se mantido ao longo dos anos. Como foi dito, nem sempre essa representação consegue se manter e os conflitos tornam-se explícitos, resultando não raro em confrontos violentos entre agentes públicos e feirantes. Goffman (2009) aborda os possíveis tipos de rupturas da representação (ou incidentes) que as técnicas de manipulação da impressão buscam evitar ou atenuar. Dentre aquelas, o que mais observei em campo foram as *cenas*, que o autor define como situações em que “o indivíduo age de modo a destruir ou ameaçar seriamente a aparência de cortesia da convivência, e embora possa simplesmente não agir com o objetivo de criar tal dissonância, age sabendo que há probabilidade de haver como resultado essa espécie de dissonância” (p. 193).

Quando a cena ocorre, a reciprocidade esperada entre os atores é subitamente abandonada, dando lugar a um novo drama que se instaura muitas vezes de forma violenta. Algumas situações caracterizadas como cenas são: as críticas que escapam na encenação de uma equipe, a plateia decidir não fazer mais o jogo da interação cortês, a interação entre duas pessoas ficar tão acalorada que outras tornam-se testemunhas ou mesmo tomam posição no “barulho”, a negação da plateia em fazer parte da representação, acarretando na humilhação do ator.

As cenas observadas em campo geralmente foram desencadeadas pela negação de uma das partes em desempenhar momentaneamente o papel que lhe era esperado. Uma “batida” surpresa do “Rapa”, um feirante que é pego vendendo na rua no momento da presença dos fiscais, um comportamento considerado exageradamente truculento por parte dos agentes públicos ou uma atitude dos feirantes interpretada como insubordinação foram exemplos de cenas que testemunhei.

Percebo que a manutenção dessa representação que possibilita a realização da Feira sem incidentes que lhe comprometam depende, entre outras coisas, do que Goffman (2009) chama de *lealdade dramática* que é um dos atributos que permitem a interação entre a equipe e que esta represente com segurança. Explica o autor que “se uma equipe quiser manter a linha de ação que tomou, os companheiros de equipe devem agir como se tivessem aceitado certas obrigações morais”. Dessa forma, o “Rapa” chegando sempre no mesmo horário, se movimentando com o mesmo padrão no cenário, permite aos feirantes que desocupem a área antes de sua chegada e aguardem sua saída para reocupá-la, evitando embaraços.

## 5.2 Astúcias versus Poder: os feirantes e suas artes táticas

A ação do “Rapa”, enquanto representativa de uma vontade da gestão municipal sobre uma área que se encontra dentro de sua circunscrição de poder é característica daquilo que Certeau (2014) nomeia de *estratégia*, como sendo

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças [...]

A principal característica da estratégia é, portanto, a existência de um *próprio*, ou seja, um lugar de poder e de querer de onde seu sujeito pode gerir as relações no sentido de combater e controlar alvos ou ameaças exteriores. O espaço público onde acontece a Feira da José Avelino faz parte dessa circunscrição de poder da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que a partir da ação “tentacular” de seus órgãos, com competências previstas para tal, atua no sentido de controlar, fiscalizar, regulamentar e disciplinar os usos do espaço.

Essa previsibilidade da ação do “Rapa”, que chega sempre no mesmo horário e pela mesma direção, fornece aos feirantes possibilidades de atuação no sentido de driblá-los e de se proteger, fazendo uso de astúcias, como é o caso do “telefone sem fio”. É interessante notar que essa astúcia parece ser um recurso característico dos subalternos, quase nunca sendo permitido aos agentes do poder público. Indaguei, por exemplo, a vários feirantes se nunca acontecia de o “Rapa” surpreendê-los chegando de direções variadas em horários inesperados.

Fui informado de que não obstante isso tenha acontecido algumas vezes, é algo bastante raro, pois envolve pagamento de horas extras e aumentos especiais do efetivo. Por isso, acontece em ocasiões extraordinárias, como a proximidade de efemérides importantes para o calendário do consumo como Natal ou Dia das Mães. Nessas datas o número de clientes e feirantes costuma aumentar e a Feira tende a se entender por novas vias, além de haver maior dificuldade na dispersão. Explica Certeau (2014, p. 95) que

Quanto maior um poder, tanto menos pode permitir-se mobilizar uma parte de seus meios para produzir efeitos de astúcia [...] As forças se encontram distribuídas, não se pode correr o risco de fingir com elas. O poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como “último recurso” [...]

A essas astúcias empreendidas pelos feirantes para ocupar as brechas deixadas pela estratégia da Prefeitura, que inclui entre outras coisas algumas artimanhas já citadas aqui, como o “Telefone sem fio” que anuncia a chegada do “Rapa” e as vendas na “surdina” diante

da presença dos fiscais, Certeau (2014) denomina *táticas*. Diferentemente da estratégia, a tática não possui um próprio. É um jogo que se trava em terreno alheio e sob as leis impostas pelo outro. Por isso mesmo, opera por meio de golpes. Se aproveitando das “ocasiões” fornecidas pelo inimigo e sendo delas dependente. Os sujeitos que operam com táticas atuam sob o princípio da incerteza. Um atraso do “Rapa”, uma demora maior deste na área ou uma surpreendente modificação de seu tradicional itinerário obrigam os feirantes a se reconfigurarem e a também adaptarem suas táticas. O lugar da tática é o não lugar da estratégia e, como observa Certeau (2014, p. 95):

Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

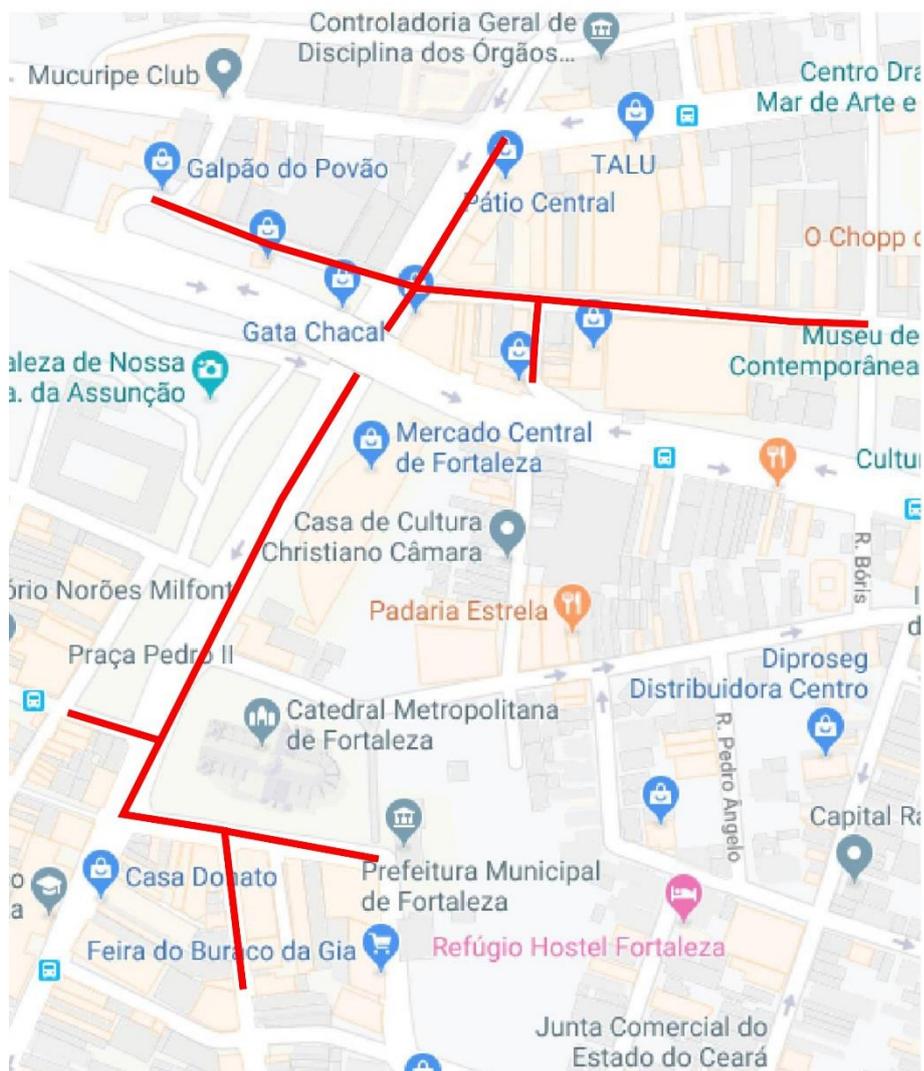
### 5.3 Entre a “casa” e a “rua”: o ponto

Atualmente, como já foi dito, os primeiros feirantes estão chegando por volta das 4 da manhã. Nesse horário a calma daquele trecho começa a ser interrompida por gritos que anunciam a chegada de levadas de pessoas trazendo “mochilões”, manequins e “araras”. Os novos ocupantes da área vão se estabelecendo nas calçadas e partes das vias, procurando os locais considerados mais estratégicos para as vendas. Em meia hora, é constituída uma *mancha*<sup>54</sup> que se estende pela rua Governador Sampaio, rua Sobral, Praça Caio Prado, toda a calçada frontal da Catedral (Rua Conde D’Eu), via oeste e canteiro central da Avenida Alberto Nepomuceno, Travessa Icó e Rua José Avelino, conforme o mapa 4. As figuras 31, 32 e 33 mostram, respectivamente, a ocupação das calçadas da catedral e do Mercado Central pelos feirantes no início da feira.

---

<sup>54</sup> Magnani (2012)

Mapa 4 – Área coberta pela feira atualmente.



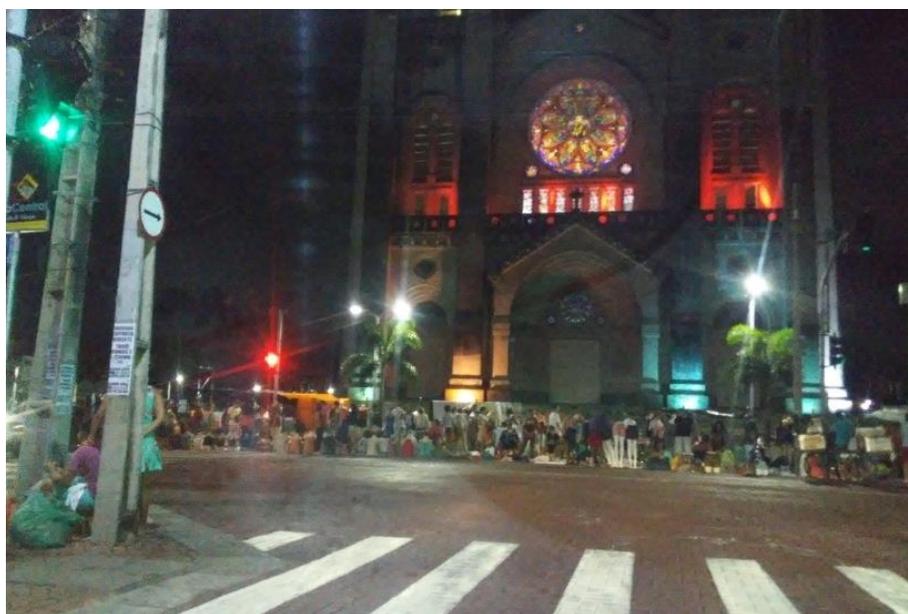
Fonte: Google Maps

Figura 31 – Feirantes ocupando a Praça Caio Prado



Fonte: O autor

Figura 32 – Feirantes ocupando a calçada da Catedral no início da feira



Fonte: O autor

Figura 33 – Feirantes ocupando a calçada do Mercado Central



Fonte: O autor.

Figura 34 – Feirantes em frente ao Mercado Central, ao longo da Alberto Nepomuceno



Fonte: O autor

Na atual fase da Feira, em regra não existe ponto certo. Quem chega mais cedo tem maiores chances de pegar os melhores lugares. Entretanto, percebi na Travessa Icó alguns pontos marcados com tinta, de traçado mais largo e com nomes dos prováveis “proprietários”. Pude constatar os sinais de que poderia estar começando ali um processo semelhante ao que se desenvolveu anos antes e veio a culminar na configuração que possuía a Feira no momento em que iniciei esta pesquisa. Naquele momento, como descrito no capítulo anterior, a Rua José Avelino, a Travessa Icó e a parte de baixo do viaduto sobre a Avenida Alberto Nepomuceno eram tomadas de barracas nos dias de feira. Essas barracas tinham lugar certo para serem montadas e esses “pedaços de chão” possuíam donos. Os “pedaços de chão” podiam ser negociados de diferentes formas, podendo ser alugados, vendidos ou cedidos a amigos e parentes.

Esses pontos marcados com tinta permanente foram identificados na lateral sul da Travessa Icó. Foi em um deles que reencontrei um dos primeiros interlocutores que tive na Feira, o Major. Esse interlocutor no início da pesquisa possuía dois “pedaços de chão conjugados”, ou seja, vizinhos, onde montava duas bancas que ficavam juntas como se fossem uma só. Suas bancas se localizavam no lado sul da José Avelino, quase esquina com a Rua Boris. Uma excelente localização, pois correspondia a uma das entradas da Feira.

Com relação ao novo ponto, no atual momento da Feira, Major negou que fosse permanente. Admitiu que tinha marcado com tinta e colocado o nome, mas disse que tinha que pagar alguém para chegar cedo e ocupar antes que outro feirante tomasse. Esse ponto ficava em frente a uma das entradas do Galpão do Povão, onde Major possui dois *boxes* geminados. Enquanto sua esposa fica nos boxes, Major fica em seu ponto na rua, com seu ajudante. Quando o movimento está fraco, ele sai com algumas peças “de mostruário” na mão, para “caçar clientes”, como ele mesmo afirma.

No meu último dia de pesquisa de campo, testemunhei a ocupação desse lado da Icó pela Prefeitura. Agentes da AMC isolaram aquele trecho com cones e me informaram que seriam instalados ali pontos de táxi. Tratava-se de mais uma estratégia do poder municipal para conter o crescimento da Feira e inibir a apropriação do espaço público por aquela atividade.

Como referido, muitos feirantes que ocupam as vias e calçadas possuem *boxes em galpões*. Em geral, esse tipo procura ocupar pontos o mais próximos possível de seus estabelecimentos, o que facilita a logística com relação às mercadorias e as eventuais fugas do “Rapa”. Esses casos foram mais identificados nas vias da José Avelino e da Travessa Icó, onde existe uma maior concentração de galpões. Na José Avelino já foram observadas

algumas bancas montadas nesta nova fase. Não bancas de ferro como aquelas existentes no início da pesquisa, mas sim, bancas de madeira, dobráveis, no formato de mesas.

Grande parte dos feirantes prefere chegar ao final da tarde da quarta e do sábado, porque o período que compreende da noite desses dias até as manhãs dos dias seguintes é o que se evidencia um maior trânsito dos clientes de outros estados. Uma primeira leva de ônibus costuma chegar ao início da noite, outras duas por volta de meia noite e duas horas da madrugada. Isso porque esses ônibus partem pela manhã, de Fortaleza, com destino às feiras de Pernambuco.

### ***5.3.1 Mulheres feirantes e suas teias de apoios recíprocos***

Dona Fátima, 50 anos, é uma das feirantes que chega aos fins de tarde das quartas e sábados. Costureira, iniciou na Feira da José Avelino em 2011, depois de passar um longo período desempregada, por já ter uma idade considerada avançada para os padrões do mercado, segundo ela. Começou como vendedora na banca de um amigo. Chegou a ter sua própria banca no extinto Feirão do Viaduto<sup>55</sup>. A remoção deste em 2017 ocorreu em um período em que Dona Fátima enfrentava problemas de saúde e financeiros que lhe impediam de produzir novas peças. Por esse motivo ficou um tempo afastada da Feira e não foi cadastrada para receber um *box* no Centro Fashion ou nos outros galpões onde a Prefeitura concedeu.

Diante da impossibilidade de voltar para a Feira e devido a dívidas que acumulara, Dona Fátima vendeu o que tinha em casa e foi morar em São Paulo. Na capital paulista chegou a ser mantida em cárcere numa fábrica de confecções clandestina que explorava mão-de-obra em condições análogas à escravidão. Depois de conseguir escapar do cativo, Dona Fátima se empregou em um supermercado como auxiliar de serviços gerais. Conta que, embora gostando do ambiente e dos colegas de trabalho, pelos quais era muito benquista, se sentia diminuída naquela função. “Eu, uma costureira, limpando chão... Olha, aquilo me doía tanto!”, relata Dona Fátima, deixando perceber a valorização que sente pelo saber que domina.

Após algum tempo trabalhando no supermercado, Dona Fátima conheceu um homem com quem começou a namorar. O novo companheiro a ajudou a retomar seu sonho de

---

<sup>55</sup> Galpão improvisado sob o Viaduto da FAB. Foi demolido e no local existe hoje um Ecoponto para a coleta de resíduos sólidos.

voltar a trabalhar com moda, comprando máquinas novas para a namorada começar sua produção.

Eu tinha perdido minhas coisas por causa de dívida, eu fui-me embora. Mas eu fui sem destino. Cheguei lá em São Paulo, conheci muita gente boa. Aí uma enfermeira me apoiou lá. Aí depois eu conheci uma pessoa que eu gostei dele. Ele me ajudou, me deu as máquinas e eu vim embora de novo. Eu fui sem destino. Mas eu sou trabalhadeira, guerreira. Lá eu ia pro Brás, fazer feira lá, quando eu consegui as máquinas pra fazer.

Como ao retornar de São Paulo, os feirantes já estavam ocupando a rua em grande quantidade, Dona Fátima procura chegar em um horário que lhe permita pegar um ponto em um local que considere “bom”, ou seja, que tenha um bom fluxo de clientes. Em geral, gosta de chegar às quatro horas da tarde, quando é possível se fixar na calçada norte da travessa Icó, próximo da esquina com a Alberto Nepomuceno, onde se localiza a SEFAZ.

Quando a feira anterior não é “boa”, ou seja, não dá muito retorno financeiro, fica muito oneroso para ela ir de UBER para a feira seguinte. Nesses casos, Dona Fátima tem que pegar dois ônibus para se deslocar de sua casa, no bairro Vila Velha, periferia oeste de Fortaleza, para o local da feira. Pega um ônibus para o Terminal do Antônio Bezerra onde faz uma integração. Os ônibus que pega quase sempre estão lotados. Dona Fátima faz o trajeto levando consigo um pesado sacolão onde guarda seus produtos e uma lona. Os três manequins, aos quais ela chama de “bonecas”, que usa para expor algumas peças, deixa sempre guardados no *box* de uma amiga, no Galpão do Povão, que tem entrada para a Icó e para a rua Adolfo Caminha.

Aqui, quando o “Rapa” passa, a gente tem que correr, né? A gente não fica. Aí, como tem os galpão, a gente vai conhecendo as pessoas do galpão. Aí eu pago uma moça lá no galpão pra guardar os manequins, pra mim não levar pra casa. Eu pago por que tenho consciência. Ela disse pra mim que guarda de graça. Mas como eu tenho consciência... Por que assim como ela passa a noite, eu passo a noite. Eu dou... Cada feira, eu dou dez reais. É pouco... Mas se fosse quando eu tinha banca aí dentro (no Feirão do Viaduto), as noites tinha que pagar, 10 reais, por causa que a gente tinha luz. Pra gente, né, tinha banheiro. Tinha uma pessoa pra botar papel. A banca ficava montada. Não precisava montador. Mas também ficava no aberto. Tinha que levar a mercadoria pra casa. Aí, dia de sábado eu dou... Eu dou por semana a ela 20 reais. Pra ela guardar os manequins. As mercadorias eu levo pra casa.

Dona Fátima se referiu em sua fala à ocupação conhecida como Feirão do Viaduto, na parte de baixo do Viaduto da FAB. O lugar era gerido por uma liderança, a Simone, que chegou a registrar uma associação. O Feirão do Viaduto possuía características similares às dos galpões: banheiros, cantinas, zeladores etc. Com a remoção, a Prefeitura instalou um Ecoponto no local. Os feirantes foram cadastrados pela liderança e receberam

boxes em galpões e outros estabelecimentos, entre os quais o Centro Fashion. Muitos feirantes me relataram cobranças de taxas consideradas abusivas por parte da “Associação”, inclusive durante o cadastramento.

Quando faz o trajeto de ônibus, ela dificilmente consegue chegar a tempo de pegar um ponto na Icó. Nessas situações, ela costuma ocupar a calçada leste da Alberto Nepomuceno, próximo da esquina com a José Avelino. Ali, quase sempre tem vaga, pois é por onde o rapa costuma chegar por volta de 22 horas. Ela vê uma vantagem de ficar naquele local, que é aproveitar a iluminação do Galpão do Pequeno Empreendedor, que fecha às 19 horas. Após esse horário, as vendas costumam cair, pois a baixa visibilidade torna o local bastante desconfortável para os clientes.

Mas quando se aproxima do horário do galpão fechar suas portas e apagar suas luzes, os feirantes que ocupam aquela calçada já começam a se organizar para conseguir pontos na Icó, o que já se torna mais fácil, uma vez que parte daqueles que lá estavam e que provavelmente chegaram mais cedo, já tem conseguido “bater lona”<sup>56</sup> ou “quebrar a grade”. Após “quebrar a grade”, que significa interromper uma sequência de tamanhos de peças de uma mesma cor e modelo, fica complicado vender no atacado. Às vezes, mesmo baixando os preços pra vender no varejo, as vendas não são boas e muitos preferem voltar pra casa.

Certo dia, quando acompanhava Dona Fátima em sua atividade de vendas na calçada do Pequeno Empreendedor, ela me pediu para localizar suas amigas Maria e Valéria. “Amigo, vai ver se as meninas conseguiram um ponto bom lá na Icó. Qualquer coisa você vem me chamar”, disse ela. Fui procurá-las e constatei que haviam conseguido um espaço muito pequeno no canteiro central da Alberto Nepomuceno, no limite entre a José Avelino e a Icó, em frente a esquina da SEFAZ, onde dividiram para marcar um ponto para cada. Perguntei se haveria um lugar para Dona Fátima. Elas se organizaram, se apertaram um pouco e rapidamente fizeram surgir um espaço que daria para a colega se fixar.

Eu, particularmente não achei que eram bons pontos. Os clientes não costumam caminhar ao longo do canteiro central. Geralmente o utilizam apenas para atravessar a avenida, esperar os carros passarem etc. Quem geralmente fica no canteiro central são alguns vendedores de lanches e bebidas. No seu trajeto pela feira à procura de algum produto ou vendedor específico, um cliente pode, ao atravessar a avenida, aproveitar para comprar um lanche. Às vezes, tem um banquinho e o cliente pode sentar um pouco enquanto se alimenta. Mas em geral aquele canteiro central não é usado por feirantes. Outro inconveniente do

---

<sup>56</sup> Expressões utilizadas pelos feirantes. “Bater a lona” significa vender todo o estoque, como já foi explicado na Introdução.

espaço escolhido pelas amigas de Dona Fátima para seu ponto naquele dia era a proximidade de algumas plantas que tornavam suas mercadorias menos visíveis.

Retornei para chamar Dona Fátima, que me perguntou se o ponto era bom. Meio constrangido, por não querer interferir no seu trajeto, acabei expondo minha opinião, mas disse que como eu não era feirante, poderia estar enganado. Disse que achava melhor ela averiguar. Ela concordou e eu me ofereci para carregar o mochilão. Percebendo minha falta de jeito, ela me ensinou como “um feirante leva a sacola”. Fiz exatamente segundo sua orientação e ela exclamou rindo que eu “já podia ser feirante”.

Chegando ao local onde estavam as meninas, Dona Fátima concordou com o que eu havia dito e, diante da insistência das amigas para que ficasse, ela deixou sua mercadoria e seus objetos de trabalho, dizendo que ia “só dar uma olhada lá na Icó”. Eu, sabendo que essa olhada era para constatar se havia um ponto melhor, acompanhei-a. Na Icó ela encontrou um espaço que daria para ela e suas amigas. Mas Marcos, um feirante que vendia cuecas ao lado, disse que já ia marcar pra ele, justificando que a pessoa que ocupava anteriormente teria lhe cedido antes de ir. Dona Fátima, perguntou se não daria para ceder uma parte pra ela e suas amigas e, meio a contragosto, depois de alguma discussão, ele cedeu.

Observei que ao lado de Dona Fátima havia uma jovem, a quem vou chamar de Débora, que vendia calças jeans *plus size*<sup>57</sup>. Como o produto me chamou a atenção por ser diferente do que eu costumava ver na Feira, resolvi puxar conversa com a moça. Ela me relatou que cursava administração em uma faculdade particular quando, para ajudar a mãe que estava desempregada e recém-separada, deixou a faculdade e o emprego para que juntas pudessem trabalhar por conta própria. Com suas verbas rescisórias ela e a mãe, que costura, passaram a fabricar as peças que estava vendendo. Questionei o porquê da escolha por um estilo tão específico. Ela me explicou que quando decidiu trabalhar na José Avelino, quis fazer primeiro uma pesquisa de mercado. Relatou que já havia vivenciado a dificuldade que é para uma pessoa considerada “acima do peso” encontrar roupas que lhe agradem e lhes sejam confortáveis, e constatou a carência desse produto naquela feira.

Marcos, que estava atento à minha conversa com Débora e pareceu intrigado com minhas perguntas, indagou a Dona Fátima quem eu era. Ela me apresentou como um amigo, que estava lhe ajudando e que também estava “escrevendo um livro sobre a Feira”. Ele me perguntou como seria esse livro. Eu lhe expliquei que se tratava na verdade de uma dissertação de mestrado e procurei fazê-lo entender o que significava.

---

<sup>57</sup> Segmento de moda voltado para pessoas gordas ou obesas.

Já havíamos tido um contato mais cedo, quando ele me descreveu o itinerário do “Rapa”, mas aproveitei sua curiosidade ao meu respeito como uma chave para acessar algumas informações sobre ele próprio e seu trabalho na Feira. Marcos contou-me que é sua esposa que costura os produtos que ele vende. A escolha pelo segmento de moda íntima foi justificada por ser mais fácil de fabricar, além de ser mais rentável, por ter muita procura, exigir pouco tecido e possibilitar uma boa margem de lucro.

Em certo momento, Marcos interrompeu a conversa e olhando para esquina me perguntou se uma determinada feirante que ocupava um ponto ali estava vendendo também cuecas. Eu disse que sim e ele foi até lá, conversou alguns segundos com ela e voltou, pegou a lona e as mercadorias para em seguida ocupar um espaço que tinha acabado de ficar vago de frente para aquela feirante.

Questionei Dona Fátima sobre o que teria acontecido e ela me explicou que existe uma regra de convivência entre os feirantes que determina o seguinte: se um feirante já se encontra em um ponto vendendo determinado produto, um outro não deve ocupar um espaço vizinho com o mesmo produto ou similar, o que não seria bom nem para um, nem para o outro. Dessa forma, respeita-se o direito de quem chegou primeiro. A não observância de tal regra pode ocasionar conflitos. Segundo Dona Fátima, Marcos foi perguntar a feirante que também vendia cuecas se poderia expor seus produtos em um ponto em frente ao seu.

Se ela deixou, né? O problema é dela. Mas eu não tinha ido pedir, não. Porque às vezes a pessoa deixa, por que não quer fazer confusão. Mas gostar, não tem quem goste não, né? A pessoa botar o mesmo produto de frente pro seu. Esse homem é por que ele é meio ‘confusãozeiro’. Você viu que ele quase não dava esse cantinho aqui pra mim e pras meninas? E é por que nem era dele. Era de outra feirante que tinha saído. Ele quer os ponto tudo pra ele.

Pude constatar, a partir da experiência em campo e de falas de interlocutores como esta de Dona Fátima, a existência de conflitos pela disputa dos territórios dos pontos. Entretanto, percebi que *a priori* existe uma ética que implica na legitimação daquele espaço conquistado. Um reconhecimento por parte dos demais do direito de quem chegou primeiro. Aqueles que infligem essa ética costumam ser vistos como “confusãozeiros” e não gozam de uma imagem muito boa. Em um ambiente em que os sujeitos não possuem legitimidade institucional para suas práticas e por isso estão constantemente sob o risco da repressão estatal, a solidariedade e o reconhecimento pelos pares tornam-se valores imprescindíveis para garantir a “sobrevivência”. Desse modo, ser mal visto pelos “iguais” não deve ser algo muito sustentável.

### 5.3.2 As táticas de marcação dos pontos

No período de calmaria, imediatamente posterior à chegada do “Rapa”, iniciado por volta das 22h00, os ambulantes costumam aproveitar para descansar. Há também aqueles que fazem uso desse tempo para continuar às vendas, na mão, andando por entre os galpões ou esperando os clientes que desembarcam dos ônibus que chegam pela madrugada. Mas antes é necessário proceder na “marcação” do ponto em que irão trabalhar nas próximas horas. Porque a chegada do “Rapa”, naquele horário noturno, quando alguns feirantes já têm batido lona e preferido ir embora, provoca uma reconfiguração na constelação de pontos da Feira.

Essa “marcação” se dá de diferentes formas, geralmente utilizando recursos disponíveis no próprio ambiente, como pedras, sacos plásticos, pedaços de lona, fios formados de pedaços de *lycra*, cocos verdes secos e outras coisas encontradas no lixo, como mostram as fotos abaixo.

Figura 35 – Ponto marcado na calçada do Mercado Central



Fonte: O autor

Figura 36 – Pontos marcados na Av. Alberto Nepomuceno



Fonte: O autor.

É importante ressaltar que identifiquei ao longo da pesquisa de campo que os feirantes normalmente se utilizam de recursos disponíveis no ambiente como suporte para a execução de sua atividade. Essa prática sugere algo próximo do que Lévi-Strauss (1989) denomina de *bricolage*. Segundo esse autor, a *bricolage* evoca um movimento incidental. O “*bricoleur* é aquele que trabalha com suas mãos, utilizando meios indiretos se comparados com os do artista” (p. 32). A relação dos feirantes com o ambiente é marcada por essa ideia de aproveitar os recursos. Estar sempre atento ao que está sobrando e pode ser utilizado para viabilizar, facilitar ou aperfeiçoar seu trabalho.

Isso foi observado desde a primeira fase da pesquisa, quando, por exemplo, as pedras ferruginosas da pavimentação tombada da José Avelino serviam como “calço” para as bancas e manequins. A própria “gambiarra” ou “gato”, como se chamava o desvio de energia elétrica dos postes para iluminar as bancas, era um exemplo de “bricolage”. Hoje, resíduos da

recente reforma da José Avelino que foram guardados, como tijolos, ferros e madeiras, ainda podem ser identificados servindo de pedestal para manequins ou de suporte para mercadorias. O próprio ato de ocupar uma determinada calçada para se aproveitar da iluminação de um galpão, é uma artimanha de *bricoleur*.

Lia, 38 anos, após a saída do “Rapa” na madrugada, costuma ocupar a esquina da Alberto Nepomuceno com José Avelino. Para isso, apressa-se em marcar seu ponto assim que a Feira se dissolve com a chegada da fiscalização. Próximo daquela esquina, durante a noite, um senhor vende coco verde em seu carrinho. No horário em que Lia vai marcar seu ponto, o local está cheio de cocos vazios, deixados ao longo da noite pelos fregueses daquele vendedor. É com esses elementos que Lia marca seu ponto. Ela os enfileira um a um, cerca de dez, e às vezes complementa com garrafinhas plásticas de água mineral vazias. Também já a vi reforçar essa marcação com um risco feito com tijolo ou telha ao redor dos objetos e com a grafia de seu nome. O exemplo de Lia se aproxima do que Lévi-Strauss (1989, p. 33) descreve acerca do *bricoleur*:

[...] a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com os “meios-limites”, isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto [...] é resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com o resíduo de construções e destruições anteriores. O conjunto de meios do *bricoleur* [...] se define apenas por sua instrumentalidade e, [...] porque os elementos são recolhidos ou conservados em função do princípio de que “isso sempre pode servir”.

O ponto marcado normalmente é respeitado. Escutei alguns relatos de situações em que isso não aconteceu, mas estas geralmente são tratadas como “desvios”. Desvios que já ocasionaram situações que culminaram em agressões físicas. Mas embora em alguns casos prevaleça a lei do mais forte, existem acordos de convivência entre os feirantes que entre outras coisas implicam no respeito ao ponto marcado.

O ponto é a célula primordial da feira. É a partir dele que ela é tecida. A feira é composta pelos diversos pontos e seu tamanho depende da quantidade deles. Em dias considerados “fracos”, a quantidade de feirantes diminui e a área coberta pela feira tende a ser menor.

Um feirante pode variar o local de seu ponto, mas essa variação não se dá de forma aleatória. Geralmente o local do ponto de um feirante varia dentro de um espaço que tem para ele toda uma lógica. Essa lógica envolve além do costume, a proximidade com outros feirantes com quem se tem maior simpatia, o fluxo de clientes, a iluminação, a segurança e a fidelidade da clientela. Estar sempre no mesmo local ou próximo a ele permite ao feirante que os clientes mais frequentes sempre saibam onde encontrá-lo.

Um novo feirante geralmente chega à Feira a convite ou por sugestão de um parente ou amigo. São muito comuns os relatos de amigos que convidaram ou que serviram de “exemplo”. Já foi citado o caso de Seu Francisco que, desempregado, se espelhou no exemplo do amigo, Serginho, que havia prosperado na antiga Feira da Sé. Seu Francisco relata que ao sair de seu emprego como vigilante de um tradicional colégio católico de Fortaleza, empreendeu inicialmente no comércio do artesanato em madeira que a princípio produzia como *hobby*. Posteriormente, procurado pela irmã que também havia saído do emprego e queria uma sugestão sobre o que fazer com o dinheiro que recebera na rescisão, teve a ideia de convidá-la para comprar umas camisas de Serginho e revender com ele na Sé.

Aí minha irmã, um dia chegou pra mim, também desempregada e disse: “Francileudo, perdi meu emprego e tenho mil reais. O que eu faço?” Aí eu disse: “Francileide, compra de mercadoria e vai pra Praça da Sé. Ali, todo mundo começa lá e cresce na vida”. Aí ela disse pra mim: “Francileudo, eu até queria ir, mas sozinha não tenho coragem. Chegar lá sozinha e trabalhar... Se tu fosse comigo, eu ia...” Ela que me fez essa proposta... Aí eu peguei quinhentos reais dela, juntei com mais quinhentos reais que eu tinha e compramos cem blusas, cada uma a nove reais.

Esse dado foi observado na atual fase da Feira e também é perceptível em relatos coletados no início da pesquisa, como demonstra a fala de Rubens Filho ao explicar como se deu o crescimento do comércio do lado de fora dos galpões,

É no telefone sem fio, né? Serra pelada é igual... “Cara, ó, tá tendo diamante ali”. Avisa pro primo, pro irmão, o cara vai lá e acha diamante. Então, a feira é uma Serra Pelada. Tu tá no teu trabalho, trabalhando de carteira assinada, mas, p... A renda não tá boa. Tu vê teu irmão ou primo, a renda do cara tá boa. Trabalha mais, mas tá ganhando bem. Você vai saber o que é, ele: “Não, tô lá na Zé Avelino. Pedi mil, dois mil emprestado, fiz acordo na empresa, investi em dinheiro”... Então, é desse jeito. O cara chega pro outro e diz: “Cara, vamos pra lá. Lá tá dando dinheiro. Compra o tecido, eu tenho umas costureiras, tu faz uma roupa aí, faz um teste. Testa, bota três mil, tu ganha seis, sete ou oito. Dependendo do valor que tu vai vender”. Então, foi crescendo desse jeito.

Dona Fátima me contou que conheceu as amigas Maria e Valéria havia pouco tempo, quando retornou de São Paulo. As meninas já estavam na Feira, mas já chegaram na fase pós-reforma da rua José Avelino. Iniciaram na Feira por intermédio de amigas, mas ainda tinham dificuldades para encontrar bons pontos, pois não conheciam muita gente. Dona Fátima, veterana, com muitos conhecidos das outras fases da Feira, e como ela se autodenomina “desenrolada”, se aproximou das novatas. Hoje elas combinam de se encontrar na chegada e procuram se fixar em pontos vizinhos.

Aqui na feira eu sou amiga de todo mundo. Conheci essas meninas um dia desse. Eu faço amizade com tudim. Todo mundo me conhece. Não tenho negócio de besteira, sou uma feirante humilde. Por que tem feirante aqui que

não é humilde. Tem feirante que é. Mas eu procuro sempre ser amiga das pessoas, pra ajudar umas às outras, né? Se eu pudesse eu botava tudim junto comigo.

Essa proeminência de laços de parentesco e amizade que transparece nas falas dos interlocutores remete ao que DaMatta (1997) coloca no domínio da “Casa”, sendo esta concebida “como uma área especial: onde não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatias que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira”. Para o autor, mais do que espaços geográficos, “casa” e “rua” representam “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados” (DAMATTA, 1997, p. 15).

O autor observa, ainda, que muitas vezes a metáfora da casa é usada também em referência ao local de trabalho, que comumente é chamado de segunda casa ou segunda família. Uma família da qual o pai seria o patrão - o antropólogo enfatiza a mesma raiz que as duas palavras possuem - e os empregados seriam seus filhos ou mulheres. A imagem da casa evoca proteção, hospitalidade, familiaridade. “Sentir-se em casa” é estar entre os seus.

Já a rua, segundo DaMatta (1997, p. 55), seria “local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si (...) em situações onde não se pode mais dar sentido por meio de uma ideologia da casa e da família; contextos, (...) onde não se pode mais utilizar como moldura moral a vertente relacional e hierarquizante de nossa constelação de valores”. No estado do Ceará e em vários outros do Nordeste brasileiro, é comum ouvir de alguém saindo de casa para resolver assuntos como fazer compras ou efetuar pagamentos que está “indo à rua”. “[...] Terra que pertence ao ‘governo’ ou ao ‘povo’ e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso” (DAMATTA, 1997, p. 57).

Entretanto, essa oposição entre casa e rua tem um caráter especial. Não é estática e absoluta, mas dinâmica e relativa. “[...] rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se ‘casa’, ou seu ‘ponto’” (DAMATTA, 1997, p. 55). Esses subespaços guardam uma liminaridade entre um e outro mundo que se comunicam por meio deles. Porém, a casa não pode ser transformada na rua, ou o inverso, sem que sejam observadas algumas regras ou normas rituais que permitem essa relação. No caso da Feira da José Avelino, essas seriam as regras que proporcionariam a legitimidade da apropriação daqueles espaços entre os feirantes.

#### 5.4 *Manchas e circuitos*: A José Avelino e os usos do espaço urbano

Esse processo de ocupação da José Avelino e adjacências, a partir da marcação de pontos que delimitam partes do solo urbano, constitui apropriações do espaço público que são ilegais, à medida que não são permitidas pelo Estado. Entretanto, tais pontos têm sua legitimidade reconhecida pelos praticantes daquele espaço no horário em que essa ocupação ocorre. Todo esse processo que envolve a *representação* dos agentes públicos, as táticas dos feirantes e demais produtores da feira para perfurar a estratégia do poder municipal, todo esse jogo que se repete duas vezes da semana com algumas variações, compõem um ritual que opera uma transfiguração da rua, enquanto espaço público subordinado a normas e com funções definidas pelo Estado, em outra forma de espaço.

Procedendo com esse loteamento do espaço público por meio da marcação de “pontos” que podem ser negociados, doados, cedidos, emprestados, compartilhados, trocados e em alguns casos ainda até possivelmente vendidos, os agentes produtores da Feira da José Avelino vão impondo naquele espaço um padrão de apropriação do tipo que Magnani (2012) chama de *mancha*. Enquanto *mancha*, a “José Avelino” se constitui por uma aglutinação de pontos e galpões voltados para uma mesma atividade específica, que no caso é o comércio “atacarejista” de confecções e acessórios, além de outros produtos e serviços relacionados, o que a transforma em “um ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários” (MAGNANI, 2012, p. 95).

É interessante observar que a Feira da José Avelino, combina estabelecimentos que mantém uma relação de maior estabilidade com o espaço onde se situam - como é o caso dos galpões - com uma modalidade de oferta de serviços que se apropria do espaço público de forma mais ou menos efêmera, em dias e horários estabelecidos – que é o caso do “pessoal da rua”. Além disso, sua existência e conseqüente relação com o espaço se caracteriza por certa efemeridade, até por se tratar de uma feira sazonal. Esses fatores a tornam uma *mancha* de caráter especial. Diferente, por exemplo, de uma *mancha* de lazer que pode se caracterizar pela presença de bares, restaurantes, cafés, praças, cinemas, teatros e outros equipamentos voltados para esse fim específico e que mantêm com o espaço uma relação mais estável, como foi o caso a partir do qual Magnani construiu essa categoria de análise. A Feira da José Avelino, por sua vez, constitui uma *mancha* que desaparece e não pode ser vista na maior parte da semana. No entanto, por seguir certo padrão de funcionamento, ocorrendo em dias e horários específicos, não deixa de configurar certa estabilidade tanto na paisagem quanto no imaginário.

Magnani (2012) chama a atenção para o fato de que uma mancha se desenvolve a partir de atividades ou estabelecimentos-âncoras, que podem até deixar de existir e mesmo assim continuarem servindo de referência a ela. É essa permanência no imaginário que faz, por exemplo, a Feira da José Avelino continuar tendo seu nome associado à rua onde se originou, mesmo já tendo ultrapassado os limites desta e tomado outras ruas circunvizinhas. Além disso, a feira também contribuiu para a formação de outros núcleos de ocupação do espaço urbano, bem como de estabelecimentos privados, voltados ambos para a mesma atividade e seguindo a mesma regularidade temporal, sem manter com ela uma contiguidade. São os casos dos vários galpões e *shoppings* populares que se situam em diferentes ruas próximas, formando, com a Feira da José Avelino, aquilo que Magnani (2012) chama de *circuito*.

Explica Magnani (2012, p. 97) que o circuito, assim como a mancha, possui “existência objetiva e observável”, podendo “ser localizado, levantado e descrito”. Designa usos do espaço urbano que mesmo sem manter entre si uma contiguidade estão relacionados. Para o autor, assim como ocorre com a mancha, o circuito possibilita “o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos [...]”.

O circuito integrado pela Feira da José Avelino e os outros equipamentos, dedicados à mesma atividade e direcionados para o mesmo público, existentes no centro da Cidade, também inclui as cidades pernambucanas de Caruaru, Santa Cruz e Toritama, para onde grande parte dos clientes oriundos de outros estados costuma ir após a passagem por Fortaleza. Inclusive os dias da semana em que a Feira da José Avelino acontece são definidos em função dessas feiras pernambucanas, como explica Seu Francisco:

[...] quem comanda essa feira, os verdadeiros comandantes são os compradores que vêm de outros estados. Eles vêm direcionados pra uma feira: Santa Cruz. O ônibus vem pra essa feira de Pernambuco e passa por aqui. Passa no Ceará, dá uma paradinha aqui, compra aqui e segue pra lá. Lá, é o seguinte. Lá vai mudando. E conforme muda lá, muda aqui tb. Agora, como tá chegando no final do ano, por exemplo, a feira vai funcionar de sábado pra domingo, mas o movimento maior vai ser de sábado, porque lá vai ser no domingo. Então quando for sábado de tarde eles começam a ir embora. Mas o normal é lá acontecer nas segundas-feiras. Aí, domingo, o pessoal aqui já sai pra lá. Ele vem no sábado, dorme por aqui e quando for no domingo já parte pra lá. Lá ele tem Caruaru, Santa Cruz e Toritama, três cidades e três feiras. Aí eles fazem todo esse circuito aí.

Essa informação dada por Seu Francisco foi corroborada pela fala de diferentes feirantes entrevistados e também por Valquíria, arquiteta da SERCE, que tem acompanhado as políticas da Prefeitura de Fortaleza com relação à Feira da José Avelino desde o ano de 2013, início da primeira gestão do Prefeito Roberto Cláudio (PDT).

Esses dias, em que a Feira acontece, não são aleatórios. Eles acontecem em função de outras feiras, maiores, que acontecem no estado de Pernambuco. Se eu não me engano, é em Santa Cruz... Uma é em Santa Cruz, Toritama... Numa cidade lá, chamada de Toritama, e em Caruaru. A famosa Feira de Caruaru. Então, esses clientes que vêm para a José Avelino, daqui vão para essas outras Feiras, que acontecem em dias específicos. Então, a Feira daqui acontece nas quartas e sábados para acompanhar essas outras.

Segundo clientes que foram entrevistados para esta pesquisa, o forte das feiras de Pernambuco, sobretudo a de Caruaru, são as roupas confeccionadas em *jeans*. Enquanto que no caso da Feira da José Avelino são os produtos em malha que atraem a maior parte dos compradores.

### **5.5 A “bolha” José Avelino e os *trajetos* dos Feirantes**

Como foi dito anteriormente, nas noites em que não está acontecendo a Feira da José Avelino as vias que lhe servem de cenário são lugares pouco frequentados, considerados ermos e inseguros pela maior parte das pessoas. Uma área onde praticamente inexistem residências e que tem uma função comercial que se realiza em período diurno. Na maior parte da semana, observam-se pouquíssimos pedestres caminhando por ali em horário noturno. Até o trânsito de veículos motores pode ser considerado pequeno, apesar de ser um dos acessos que ligam o centro comercial da Cidade ao importante bairro turístico da Praia de Iracema e ao Centro Cultural Dragão do Mar.

A Feira é um evento que transforma aquela área. Uma apropriação do espaço visível, de existência física, pública, localizável. Como vimos, a Feira da José Avelino constitui uma mancha urbana, por onde transitam indivíduos que compartilham alguns dos mesmos códigos, mesmo que abra possibilidades para cruzamentos inesperados. Como explica Magnani (2012, p. 95), “numa determinada mancha sabe-se que tipo de pessoas ou serviços se vai encontrar, mas não quais, e é esta expectativa que funciona como motivação para seus frequentadores”. No interior dessa mancha, encontramos o universo complexo dos sujeitos que a utilizam e a constituem a partir dos usos daquele espaço. Esses usos, ao redesenhar o espaço, dão a ele novos sentidos e possibilitam novas relações.

Diferentemente de outras manchas que representam implantações mais permanentes no espaço urbano, a Feira da José Avelino, por sua sazonalidade, torna-se uma mancha de caráter especial. Ela se forma em dias específicos da semana para depois se dissolver, não sem certo conflito, permitindo aquele espaço retornar às suas características de espaço público com seus usos definidos pelo poder estatal. É um alisamento temporário do

espaço, que depois volta a se estriar, no sentido dado por Deleuze&Guattari (2012). Essa condição contextual da ocupação constituída pela feira caracteriza o que Costa (1989, p. 52) denomina *espaço-bolha*, “um espaço novo, onde os signos presentes vão sendo continuamente interpretados pelos indivíduos em nível material e ideológico”. A montagem da Feira significa, portanto, uma desmontagem temporária do espaço idealizado e normatizado pelo poder público.

A transfiguração do lugar de passagem, de trânsito de veículos, das vias e calçadas em um *shopping* a céu aberto se dá inicialmente com a chegada dos feirantes. A partir daí o espaço é ressignificado pelos trajetos dos feirantes e compradores. Aos poucos vai se constituindo uma nova função daquele espaço. As ruas, calçadas, canteiros centrais se transformam em lugar de trabalho, consumo, comércio. E é a partir dos trajetos que os sujeitos, feirantes, compradores, curiosos, pedintes entre outros vão operando a transformação do espaço. São esses trajetos que ligam os pontos que compõem a mancha urbana que é a Feira e que ligam esta aos outros equipamentos componentes do circuito, imprimindo um novo significado à área.

Os *trajetos*, como observa Magnani (2012) não são aleatórios. Eles seguem uma lógica determinada pelas escolhas que fazem os sujeitos a partir de suas necessidades e desejos. Não são meros deslocamentos. Possuem certa regularidade, que torna possível reconhecê-los e identificá-los.

É o que se observa, por exemplo, na movimentação de Dona Fátima ao chegar na Feira. Ela se dirige, inicialmente ao Galpão do Povão, onde guarda seus manequins no *box* de uma amiga. Vai tentar conseguir um ponto na Travessa Icó e caso não logre êxito de imediato, se fixa na calçada lateral do Galpão do Empreendedor, onde permanece até às 19h, enquanto este fica aberto e ela pode se aproveitar de sua iluminação. Dona Fátima tem um acordo com suas amigas, Maria e Valéria. Quem chega primeiro guarda um ponto para as outras. Depois de fechado o Galpão do Pequeno Empreendedor, elas buscam novamente um ponto na Icó. Nesse horário pode ser mais fácil, já que alguns feirantes já podem ter batido lona e ido embora.

A escolha pela Icó se deve pelo movimento dessa rua ser um dos melhores devido aos galpões ali existentes, como o Galpão do Povão e o Mucuripe Moda Center. A Icó apenas perde em fluxo de clientes para a José Avelino, onde se concentra a maior parte dos galpões. Entretanto, isso torna bem mais difícil conseguir um ponto ali. Há muitos donos de boxes que ocupam aquele espaço em todos os horários possíveis. Inclusive, terceirizando a ocupação em

alguns casos. Na Icó se encontram mais feirantes com quem Dona Fátima e suas amigas mantêm “mais conhecimento”, como elas próprias afirmam.

Major, de quem já foi falado aqui em outros momentos, é um exemplo dos feirantes que possuem boxes e terceirizam a ocupação da via. Apesar de o espaço que ocupa na rua ter sido marcado com tinta e com a escrita de seu nome, para assegurar que não será ocupado por outro feirante, ele paga um ajudante para chegar cedo e já começar a colocar os manequins e as mercadorias. Como seu *box* fica no Galpão do Povão, em frente ao ponto que ocupa na via, Major se divide entre um e outro, deixando a esposa a maior parte do tempo no box. Ele também se divide para realizar a tarefa de “caçar” os clientes, como chama a atividade de ir procurar potenciais compradores em outros espaços da Feira. Para isso, sai com algumas peças na mão, para mostrar às pessoas que aborda. Quem demonstra algum interesse é convidado ou conduzido para o seu ponto na Icó, onde o ajudante se encontra a postos. Como é bastante antigo, Major transita com facilidade pela Rua José Avelino, onde quase todos os feirantes o conhecem. Ali, é um dos locais onde costuma “caçar” seus clientes.

Seu Gilberto possui uma pequena fábrica de confecções em casa, capitaneada pela esposa, que trabalha com o auxílio de uma funcionária. Oriundo da Feira da Sé, se orgulha de ter conseguido por meio da feira financiar os estudos do filho que hoje é médico. Seu Gilberto já possuiu um *box* na José Avelino, mas se desfez dele por concluir que não estava sendo vantajoso. Atualmente vende na rua, mas não possui ponto certo. Geralmente está chegando às quartas-feiras e sábados pela manhã, por volta de 4 ou 5 horas. Procura marcar seu “ponto” no local de maior fluxo de clientes possível.

Quando percebe que o local não está dando o retorno esperado, ou como diz, “o mar não tá pra peixe”, recolhe as mercadorias e a lona, coloca no mochilão e sai para vender “na mão”. Em um lado leva o sacolão ao ombro e no outro algumas mostras de peças na mão. Ele me explicou que a Feira é como uma pescaria. Primeiro se escolhe um lugar que se considera que vai ter muito peixe. Coloca o mostruário e espera aparecer “um peixe que morda a isca”. Diz que tem que ter paciência como um bom pescador. Mas se depois de um tempo não aparecer muito peixe, tem que sair pra ir atrás de onde tem.

Assim como Major, Seu Gilberto também, por ser bastante antigo, transita com desenvoltura pela Rua José Avelino. Às vezes até consegue um bom ponto para se estabelecer naquele espaço tão disputado. Hoje, já não sente necessidade de “virar a noite”. Está chegando às 4 da manhã e indo embora após a terceira chegada do “Rapa”. Seu Gilberto afirma ter uma clientela fidelizada, que o aciona pelo *What'sapp* quando tem interesse em algum produto. Geralmente encomendam e vão buscar em sua casa na data marcada para a

entrega ou combinam de pegar na José Avelino. Como possui carro, Seu Gilberto costuma ir para casa após as chegadas do “Rapa”. Vai pela manhã, almoça, volta e a noite retorna em caráter definitivo. Para ele, continua sendo importante fazer a Feira, por que além de gostar, por ser praticamente o que tem feito a vida inteira, é uma vitrine e um recurso para a prospecção de novos clientes.

Após a chegada do “Rapa” os trajetos dos feirantes da rua são os mais variados. Geralmente se marcam os pontos que serão ocupados nas próximas horas, após a saída do “Rapa”. Depois de deixar o ponto devidamente marcado, os feirantes procedem de acordo com seus recursos, necessidades e objetivos. Os que possuem veículo próprio e não moram tão longe da Feira, muitas vezes preferem ir para casa, retornando depois para os pontos que foram marcados. Aqueles que têm boxes, costumam se refugiar neles, para descansar ou trabalhar. Outros, não tendo pouso certo, procuram um lugar tranquilo para descansar nas ruas mesmo, em marquises de galpões que costumam ficar fechados nesse horário, como é o caso do Galpão do Pequeno Empreendedor, que atualmente funciona em “horário comercial”. É comum durante esse período ver pessoas deitadas ou sentadas sobre sacolas nas calçadas de pontos comerciais fechados.

Há também aqueles que fazem uso desse momento para continuar às vendas, na mão, andando por entre os galpões, ou saem para esperar os clientes que desembarcam dos ônibus que chegam pela madrugada. Um exemplo é Lia, que costuma chegar à Feira por volta das quatro da tarde. Gosta de ficar em um ponto na via da Travessa Icó, próximo à calçada norte, perto da esquina com a SEFAZ. Lia tem 33 anos e começou na Feira em setembro de 2018. Antes trabalhava como promotora de vendas de uma famosa marca internacional em um *outlet* que funciona no município de Caucaia. Lia diz que ganhava muito bem e que deixou o trabalho por que queria ter mais tempo para ficar com o filho de três anos. O marido é pintor predial. Eles moram em Maracanaú e Lia chegou a cursar uma graduação em enfermagem numa faculdade particular, mas não concluiu. Disse que quando recebeu as contas da empresa em que trabalhava, resolveu criar sua própria marca, fazendo uso do conhecimento adquirido nos anos em que trabalhou com moda. Lia contou que entende tudo de confecção, mas ainda não sabe costurar. Diz que fará um curso. Ela terceiriza tanto a modelagem, o corte e a costura com diferentes profissionais que atuam em bairros distantes entre si na periferia da Cidade. Diz que compra seus tecidos e aviamentos no centro da Cidade ou na Avenida Gomes de Matos, no bairro Montese, uma importante área comercial da Cidade. Depende de onde estiver mais barato o que procura. O casal possui automóvel, o que possibilita essa logística. À noite, enquanto o marido cuida do filho, ela vai para a Feira. Às

vezes, ele a acompanha. Nessas noites costumam pagar uma babá para o filho. Quando o “Rapa” chega, Lia vai marcar seu ponto na esquina da José Avelino com Alberto Nepomuceno. Todas as vezes que acompanhei esse momento, ela fez isso com cocos vazios que encontrou jogados nas proximidades, como parte da sujeira deixada pela feira antes da chegada do “Rapa”. Ela me explicou que após essa marcação, vai tentar vender na mão a clientes que desembarcam no Galpão do Povão. Disse que fica na entrada localizada na Rua Adolfo Caminha, onde estacionam alguns ônibus. Por volta de duas da manhã ela retorna ao ponto marcado e descansa um pouco sob a marquise do Galpão do Pequeno Empreendedor enquanto o “Rapa” não vai embora. Enquanto me explicava seu trajeto, em certo momento Lia silenciou por alguns segundos e fez um gesto com os olhos em direção a uma pessoa que chegava para marcar seu ponto ali próximo. Ela interrompeu a conversa e ficou observando a senhora. Eu respeitei e também fiquei em silêncio. Depois ela me explicou que aquele era um ponto muito disputado e que não queria que aquela senhora tomasse conhecimento de “todos os seus passos”.

Observo que os trajetos dos feirantes se relacionam com suas “táticas de sobrevivência” naquele espaço. Movendo-se em um terreno que não lhes pertence, em meio a toda sorte de hostilidades, sujeitos a ameaças externas e internas, esses indivíduos criam seus mecanismos de defesa e de ataque e desenham seus itinerários sobre esse campo minado. Não raras vezes formando “cardumes” ou “matilhas”, os laços de parentesco e amizade são elementos que, sem dúvida, têm grande importância nesse jogo.

## **5.6 Tipos ideais de feirantes da “José Avelino”**

A experiência em campo me permitiu constatar a heterogeneidade da categoria *feirante*, existente na “José Avelino”. O que para muitos pode parecer ser “tudo a mesma coisa”, revelou-se a partir das observações e interlocuções uma diversidade de histórias de vida que refletem várias questões importantes da realidade social para além da Feira. Com base na pesquisa de campo, elaborei a classificação dos feirantes de rua nas categorias expostas abaixo:

1. **Proprietários de boxes:** são aqueles que mesmo possuindo boxes, continuam vendendo na rua. Dividem-se em:
  - 1.1. **Os que possuem a própria fábrica:** estes fabricam todos ou a maior parte dos produtos que vendem em pequenas ou médias fábricas. Estão divididos em:
    - 1.1.1. **Os que possuem funcionários:** mantêm fábricas em casa ou fora e pagam funcionários para que, em geral, modelam, cortam e costuram suas peças;
    - 1.1.2. **Os que trabalham com a família:** Estes mantêm suas fábricas geralmente em casa e utilizam principalmente a mão-de-obra de familiares. Enquadram-se nesse tipo, Seu Francisco e Major.
  - 1.2. **Os que terceirizam a produção:** Não possuem fábricas, nem maquinário. Encomendam a produção com profissionais de modelagem, corte e costura. Geralmente contratam os serviços das chamadas facções.
  
2. **Não proprietários de boxes:** são aqueles que vendem suas mercadorias exclusivamente nas ruas. Encontram-se divididos em:
  - 2.1. **Os que produzem e vendem as próprias mercadorias:** fabricam eles próprios diretamente e geralmente de forma solitária seus produtos, além de executar também as vendas. Compram a matéria-prima, modelam, cortam e costuram. Representam o segmento mais precarizado dentre os feirantes. São em geral mulheres, solteiras ou separadas, costureiras, com idade entre 40 e 60 anos, que encontram dificuldades para conseguir vagas no mercado formal. Incluem-se nesse tipo, Dona Fátima, Maria e Valéria. Comumente andam juntas, se posicionam em pontos vizinhos e desenvolvem mecanismos de solidariedade e proteção mútua. Essa proteção é percebida, por exemplo, na hora do descanso, durante a presença do “Rapa”, quando elas se juntam embaixo da marquise do Galpão do Pequeno Empreendedor. Observei que em todas as madrugadas, se forma nesse local uma fileira de mulheres que sentam em cima dos sacolões e aproveitam muitas vezes para dormir, se confiando na proteção umas das outras;
  - 2.2. **Os que possuem a própria fábrica:** Assim como os que possuem boxes, mantêm pequenas fábricas em casa ou fora. São na maioria homens. Dividem-se em:
    - 2.2.1. **Os que possuem funcionários:** mantêm a produção por meio do contrato de profissionais fixos;
    - 2.2.2. **Os que trabalham com a família:** utilizam mão-de-obra de familiares, em geral a da esposa, que costura, enquanto o marido vende na Feira. É o caso de

Seu Gilberto, que possui automóvel, uma clientela fidelizada que atende pelo *Whatsapp* e afirma não sentir necessidade de possuir *box*.

**2.3. Os que terceirizam a produção:** É o caso de Lia, que encomenda todas as fases da sua produção com profissionais autônomos. São, em geral, feirantes mais jovens, com perfil empreendedor, que saíram dos antigos empregos com o desejo de trabalhar por conta própria. Muitos possuem curso superior completo ou incompleto e demonstram ter algum conhecimento na área gerencial ou de moda, embora quase nunca saibam costurar. Veem a Feira como algo temporário, uma etapa para a realização do sonho de montar a própria loja.

A formulação dessas classificações se deu a partir das situações estudadas. Outras observações podem revelar elementos para outras categorias possíveis, que inclusive podem se opor à tipificação proposta aqui. Ressalto que não tive a pretensão de formular categorias absolutas com a tipologia apresentada. Trata-se de abstrações pensadas como modelos típicos-ideais, com o objetivo de possibilitar melhor compreensão da realidade estudada.

## 5.7 Os feirantes e suas metáforas extrativistas

Chamou-me a atenção, nas conversas e entrevistas com os feirantes, a frequente utilização de metáforas relacionadas a atividades extrativistas para se referir à Feira da José Avelino, sendo esta uma atividade relacionada ao setor terciário, por ser comércio, e ao secundário, por envolver fabricantes. Isso foi percebido, por exemplo, na fala de Rubens Filho, já citada aqui, na qual este faz uma comparação da Feira com a Serra Pelada, famoso garimpo do Norte do Brasil. Seu Francisco e Seu Gilberto, por sua vez, compararam-na a uma Pescaria. Essas duas metáforas, relacionadas respectivamente a mineração e à pesca, foram bastante recorrentes nas entrevistas realizadas.

Outra metáfora interessante que ouvi, embora não tendo relação direta com o extrativismo, se relaciona à natureza, mais especificamente ao ciclo das marés, que tem grande importância para os trabalhadores que desenvolvem atividades relacionadas com o mar. Um dono de *box* que entrevistei chamou de “preamar” o período entre 22h00 e 03h00, que se sucede imediatamente à chegada do “rapa”, quando não há feirante na rua e se observa uma queda no fluxo de clientes nos galpões. A metáfora se refere à fase de maré alta, quando o fluxo de pessoas diminui, deixando a praia “deserta”.

Em um primeiro momento, confesso que atribuí tal fato à origem sócio-econômica da maioria dos entrevistados. Sendo estes em sua maior parte oriundos ou membros de famílias oriundas do interior do Estado, poderiam ter tido alguma ligação com a zona rural e o extrativismo. Rubens Filho, por exemplo, mesmo tendo nascido em Fortaleza, reside na comunidade do Poço da Draga, originária de uma ocupação de pescadores nos anos 1940. O pai, Seu Rubens, além de soldador, se dedica à pesca. É Filho de retirantes do interior do Ceará, que se estabeleceram inicialmente na hoje extinta ocupação chamada “Cinzas”, que ficava por trás da Estação Ferroviária João Felipe.

No entanto, essa relação simbólica com o extrativismo pode refletir a visão de que é preciso ir atrás das oportunidades onde elas estiverem, usando a criatividade para garantir o sustento e até obter algum lucro em uma conjuntura desfavorável, sendo a astúcia o principal e muitas vezes único recurso. Jogando no campo e sob as regras do adversário, sujeitos aos azares do tempo, tendo que estar atentos às oportunidades que o momento propicia, esses indivíduos vêem em sua atividade similaridades com as práticas de coletores, caçadores, garimpeiros e pescadores que, sujeitos à dinâmica da natureza, desenvolvem um saber que lhes permite, não dominá-la, mas, conviver com ela, tirando-lhe o maior proveito possível. Como afirma Certeau (2014, p. 97), “embora (ou por serem) excluídas em princípio do discurso científico, essas “maneiras de falar” fornecem à análise “maneiras de fazer” um repertório de modelos e hipóteses. Afinal de contas, são apenas variantes, numa semiótica geral das táticas”.

Sugere Certeau (2014, p. 98) que diferentes práticas cotidianas como habitar, circular, falar ler, ir às compras ou cozinhar podem ser situadas nesse domínio das artes táticas: [...] “gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos”. Para o autor, as táticas relacionam-se a algo que remonta a tempos imemoriais que vão muito aquém das ordens sociopolíticas da história humana, podendo dizer respeito a qualidades inerentes aos seres vivos, guardando analogias com simulações, golpes e manobras possíveis de ser observadas em diferentes espécies do reino animal e vegetal. Entretanto, com relação à escala da história contemporânea, Certeau (2014) observa que a expansão da racionalidade tecnocrática parece ter criado nas dobraduras do sistema um fértil terreno para a proliferação dessas práticas que antes eram reguladas por unidades locais estáveis que circunscreviam seu funcionamento.

## 5.8 Nas porosidades entre o legal e o ilegal

É nessas dobraduras do sistema, fazendo usos de “golpes” e tirando proveito das brechas deixadas pela estratégia, que os sujeitos desenham suas “trajetórias táticas”, muitas vezes transitando pelas porosidades existentes entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, o formal e o informal. A história da “Feira da José Avelino” como um todo é marcada por essa liminaridade. Era o que se percebia nas bancas montadas em via pública, ocupando “pedaços de chão” apropriados e até comercializados entre os feirantes, na iluminação puxada de postes, configurando a chamada “gambiarra” ou “gato”, a ocupação de áreas fora do limite permitido pela Prefeitura, no “jeitinho” dado para se estender além do horário permitido ou iniciar mais cedo. É o que se percebe hoje nas táticas para ocupar os espaços, demarcar os pontos, driblar a fiscalização etc.

Essas “artes de fazer” remetem à metáfora da “cidade como bazar”, utilizada por Ruggiero & South (1997), “para descrever as intersecções entre os mercados formais e os mercados informais, ilegais ou ilícitos, (...) nas metrópoles dos países centrais do capitalismo contemporâneo” (TELLES & HIRATA, 2007, p.173). Esses autores apontam isso como efeito da crescente precarização do trabalho promovida pelo desmanche dos direitos trabalhistas e das garantias sociais que ganhou força a partir de meados dos anos 1980, na Inglaterra e Estados Unidos, difundindo-se por outros países na década seguinte. Tais transformações nas relações urbanas de trabalho foram provocando porosidades nas fronteiras entre o formal e o informal, tornando, como observam Telles & Hirata (2007, p.173), “incertas e indeterminadas as diferenças entre o trabalho precário, o emprego temporário, expedientes de sobrevivência e as atividades ilegais, clandestinas ou delituosas”.

Esse deslocamento permanente das fronteiras entre o legal, o informal e o ilícito, através das quais transita grande parte dos trabalhadores urbanos da atualidade, na forma de “mobilidades laterais”, é uma das principais características do “bazar metropolitano”. Os entrevistados compartilham essa compreensão das sucessivas crises do capitalismo e dos rearranjos das forças produtivas como fatores que tornaram a informalidade uma alternativa de sobrevivência e de acesso a bens de consumo, como é o caso de Seu Francisco, que é feirante e montador:

Porque vivemos numa crise econômica e parece que essa crise nunca acaba. Vive pessoas perdendo seus empregos, procurando uma alternativa. É como uma pescaria, se você tá pescando ali e tá dando peixe eu vou é pra ali, o pessoal tá pegando peixe ali. Assim ficou a Zé Avelino. Aonde tá dando dinheiro... Primeiro na Praça da Sé...

Tenho impressão que foi assim. Como eu te explicaria... É o centro dos negócios da madrugada.

Os agentes produtores da feira parecem transitar com muita familiaridade por essas fronteiras. Muitos trazem em seus relatos experiências anteriores nesse sentido. Rubens Filho, antes de trabalhar na feira, complementava sua renda, de empregado terceirizado em uma universidade pública, abrindo sua casa para vizinhos assistirem, mediante pagamento de ingresso, a partidas de futebol transmitidas pela TV por assinatura, que também era compartilhada “via gato” entre parentes e amigos.

Até antes da feira, tinha outra fonte de renda aqui... Quando a única coisa que eu podia charlar era a Sky, eu tinha Sky em casa. Aí passava o Campeonato Brasileiro. Foi na época que o Ceará subiu, então eu cobrava pro pessoal entrar aqui R\$ 2 e 1 R\$. E meu pai vendia uns peixeziños, que ele é pescador também. Então, quando eu fazia o dinheiro do leite é que era jogo sábado... quarta e sábado... então uma lata de leite só durava esses três dias, o intervalo, então entrava todo mundo, eu dizia: “Opa, já fiz o dinheiro do leite”! Deixava o portão aberto (risos)... Se só era pra comprar o leite, então pronto, já estava garantido esses 3 dias. Aí no domingo ou no sábado já jogava de novo aí era a mesma coisa. Aí a feira veio, foi só pra ajudar, não só a mim, como morador do Poço da Draga, mas como, se for botar no dedo, umas cinquenta moradores, né? Que é montador, carregador, tem pessoas que vendem almoço, tem pessoas que vendem água, né? Tem muita gente que trabalha, da comunidade, na Feira.

Dona Fátima também chegou a me confidenciar várias artimanhas utilizadas para melhorar seus rendimentos. Contou, por exemplo, que quando trabalhava como vendedora na banca de uma amiga, na rua José Avelino, logo que se iniciou na Feira, passou a fabricar suas próprias peças e coloca-las à venda naquela banca quando o dono estava ausente. Relatou também que além de produzir suas mercadorias, costura para o dono de um *box* do Buraco da Gia.

E eu ainda costuro para um Feirante aqui da Feira. Eu ainda trabalho pra ele. Ainda tenho um patrão. Eu fabrico pra mim e fabrico pra ele. Eu costuro pra ele. O pacote dele já tá lá na minha casa. Ele tem a banca dele lá no Buraco da Gia. E eu faço minhas coisinhas. Faço cem vestidinhos por semana. Faço num dia cem. Corto na mão de um em um. Eu compro o tecido na segunda-feira, depende... Se a feira for boa, a gente vai comprando o tecido na segunda-feira... Se não for, aí guarda a mercadoria, na outra vende, aí... Eu tiro tempo pra tudo.

Em certo momento, Dona Fátima me revelou que não quer que seu “patrão” saiba que ela tem sua própria produção e está vendendo na feira, porque suas peças são “cópias” das que produz pra ele. Ela diz que faz isso porque “ele sabe o que está na moda”. Percebi que ela usa muito desse expediente quando deu um dinheiro e pediu que minha esposa comprasse um

“macaquinho”<sup>58</sup> que outra feirante estava vendendo a poucos metros de distância de seu ponto, sem revelar que seria para ela. De posse do produto, ela examinou-o e depois comentou que era bonito, mas a costura “tava muito fraca”. Disse que ia copiar o modelo, mas que faria “mais bem feito”. Tive a impressão de que a outra feirante desconfiou da artimanha, pela forma como passou a nos olhar.

Num mundo em que a exceção se tornou regra, esse embaralhamento entre o formal e o informal, o legal e ilegal, e o lícito que constitui o mundo social dos feirantes e se torna perceptível em seus relatos de vida. Sugere-me, como observa TELLES & HIRATA (2007), possibilidades e potências de vida, que não se localizam na polarização comum entre a vida sob o risco iminente da morte violenta ou da dependência da caridade e de programas sociais.

### 5.9 A Feira da José Avelino como *contrauso*

No ano de 2016, a gestão do Prefeito Roberto Claudio lançou o plano municipal de desenvolvimento urbano intitulado “Fortaleza 2040”. Tal plano, segundo consta no seu documento de lançamento teria como objetivo principal tornar a cidade “mais acessível, justa e acolhedora; o incremento da oferta de oportunidades apoiadas pela boa ordenação da rede de conexões de seus espaços públicos e privados; e a obtenção de controle eficiente do seu crescimento econômico” (FORTALEZA, 2016, p. 15).

O plano estabelece prioridades estratégicas que devem nortear a elaboração dos Planos Plurianuais municipais, mobilizando e articulando diferentes atores sociais. No que diz respeito ao espaço urbano, o plano prevê projetos de intervenção em todo o Município. Com relação ao centro da Cidade, entre outras coisas, o documento explicita preocupação com as áreas consideradas degradadas, principalmente aquelas possuidoras de considerável importância histórica e cultural (FORTALEZA, 2016, p.157), como percebo no trecho transcrito abaixo:

[...] o início de um procedimento de análise sobre possibilidades de reabilitação urbana de zonas centrais parte da identificação dos problemas típicos de situações reconhecíveis como de declínio. Os sinais claros que revelam a leitura clara destes problemas podem ser destacados: uso monofuncional, ou seja, um único uso predomina na zona urbana e, muitas vezes, é caracterizadamente de comércio popular; [...] espaços construídos e espaços públicos desertos e sem vida durante a noite; herança cultural edificada sem serventia e em estado predominante de abandono, tornando-se vulnerável a constantes processos de corrosão e destruição; baixa atratividade dos monumentos e equipamentos de uso público principalmente à

<sup>58</sup> Tipo de vestimenta do gênero feminino, como se fosse uma blusa e uma calça, mas composta de uma só peça, semelhante ao “macacão”, que é mais usado pelo gênero masculino.

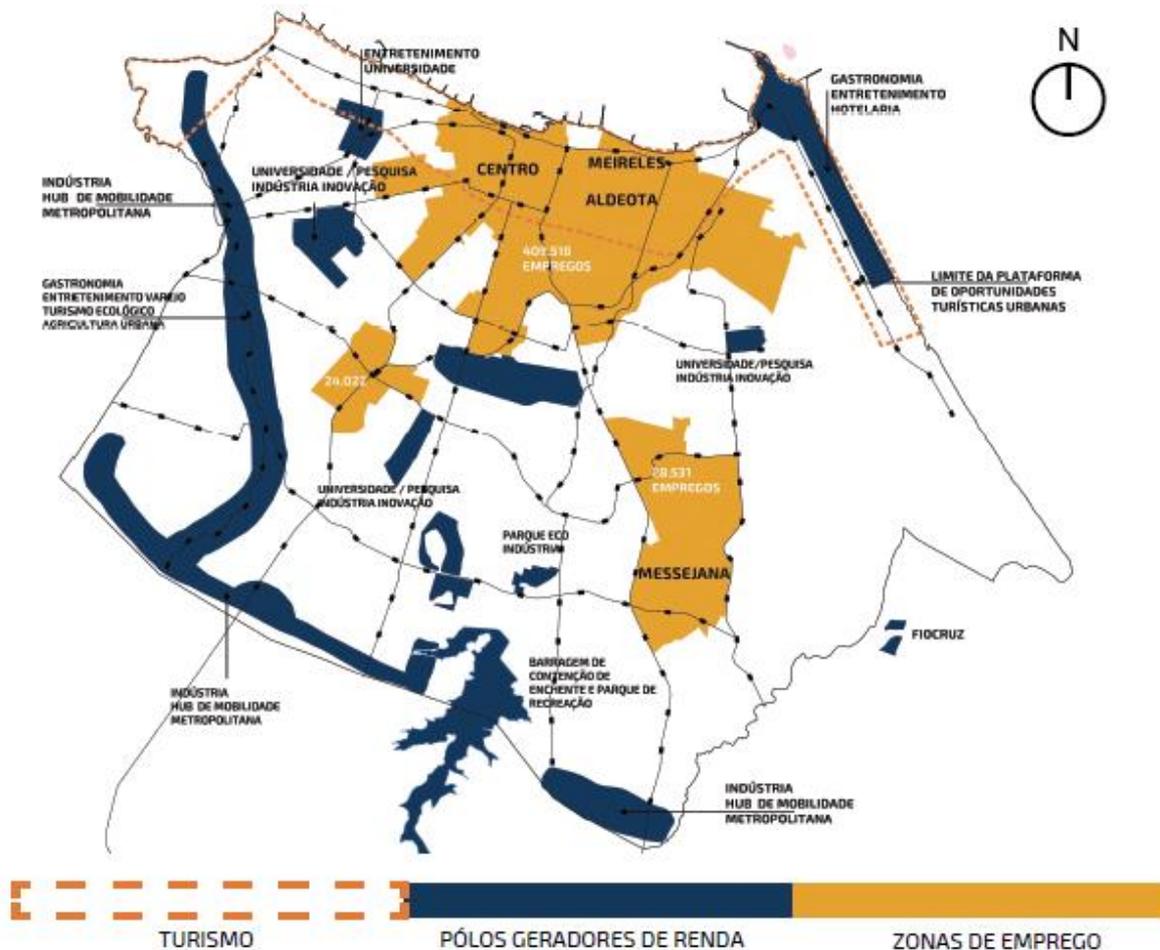
noite; [...] coeficiente de usos de suas estruturas construídas reduzido pelo uso apenas diurno; domínios públicos privatizados na marra com usos indevidos [...]

Percebo no trecho acima uma preocupação com o que o documento considera uma “desertificação” noturna dessas áreas, a degradação do patrimônio histórico e a “privatização” de alguns desses espaços pela existência, dentre outras coisas, de um “comércio popular”. A concepção de que se faz necessário possibilitar às zonas centrais um uso considerado mais adequado para elas por determinados segmentos influentes da sociedade aparece também em uma declaração sobre a José Avelino dada por Eudoro Santana, então superintendente do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), órgão responsável pela elaboração do Fortaleza 2040, para o *site* do jornal O Povo, em 26/04/2017<sup>59</sup>: “Há um processo urbanístico que está sendo discutido[...] no sentido de criar uma proposta de regeneração da José Avelino, que é tombada pelo Patrimônio, e fazer uma melhor integração com os outros equipamentos ali existentes. A ideia é fazer daquela área um corredor turístico e cultural”. A figura abaixo mostra a proposta de distribuição de empregos do Fortaleza 2040. De acordo com o mapa, a área pontilhada corresponde à zona de interesse turístico. É nessa área que a Feira da José Avelino se situa.

---

<sup>59</sup> <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/04/fortaleza-2040-preve-transformacao-da-jose-avelino-em-corredor-turisti.html>

Mapa 5 – Proposta de distribuição de empregos em Fortaleza



Fonte: Plano Fortaleza 2040.

A citada matéria destaca ainda que a “ocupação desordenada e a falta de segurança também têm afugentado outros empreendimentos culturais no local” e que além da “reaqualificação” da área o projeto Fortaleza 2040 prevê também a transformação do bairro Jacarecanga, onde estava sendo concluída a construção do Centro Fashion, em um novo corredor têxtil da Cidade. Percebe-se a partir de uma reportagem como essa, de um dos mais tradicionais jornais locais, um interesse de segmentos da elite fortalezense em afastar daquela área a atividade dos feirantes e destiná-la a um uso considerado mais legítimo. Além disso, a matéria desqualifica a José Avelino inclusive como corredor têxtil, elencando uma série de problemas estruturais dos galpões, como o risco de incêndios e explosões.

Transparece aí uma clara intenção de normatização do espaço no sentido de torná-lo mais aceitável para os segmentos hegemônicos do poder econômico e político. É toda uma concepção de cidade que objetiva definir o que deve ser feito e onde. A José Avelino deve abrigar equipamentos culturais e o corredor têxtil deve ir para a Jacarecanga. Entretanto, o

espaço urbano não é o resultado imutável do planejamento do poder institucional que o governa. Tampouco o reflexo imanente da ação cotidiana dos seus usuários. São as convergências de diferentes influências, formais e cotidianas, que o produzem, a partir das interações, conflituosas ou não, de diferentes agentes (LEITE, 2007).

Tanto o poder público com sua estratégia, representando diferentes interesses, como os feirantes com suas táticas, atribuem sentidos àquele espaço de distintas maneiras. O poder público, principalmente o municipal, no caso estudado, com um conjunto de práticas que articulam espaço e poder, cria demarcações físicas por meio das quais o poder se distribui e se consolida. São as “paisagens de poder” de que fala Zukin (2000).

Tais “paisagens de poder”, como produtos e reprodutoras da estratégia do poder público constituem um “próprio” sobre o qual e por meio do qual ele age no sentido de normatizar e controlar os usos e as ações dos indivíduos no espaço público. A estratégia “significa uma autonomia ou estabilidade espacial sobre as circunstâncias ou efemeridades temporais”, como explica Leite (2007, p. 214). É uma imposição do espaço sobre o tempo.

Entretanto, no interior das “paisagens de poder”, indivíduos destituídos de um lugar que lhes seja “próprio”, muitas vezes percorrem trajetos que escapam das previsões, dos planejamentos, do controle e das intenções panópticas do poder público. Desenham “trajetórias táticas”, que subvertem os sentidos desses espaços, justamente por não serem coerentes com o que foi idealizado e imposto pelo Estado para essas áreas.

A partir de seus *trajetos* ou de suas “trajetórias táticas” os indivíduos constroem espaços-bolhas no interior das paisagens de poder, que estão relacionados com o que Zukin (2000) chama de “vernacular”, ou seja, característico dos “sem poder”. Entretanto, as táticas, como explica Certeau (2014, p. 96), “valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável”, enquanto a ação vernacular no espaço urbano não se limita a utilização do tempo, sem produzir referências espaciais significativas e significantes. “Ao contrário, ela implica uma reapropriação e qualificação dos espaços” (Leite, 2007, p. 215).

Por meio de suas “trajetórias táticas”, que utilizam habilmente o tempo e as ocasiões, feirantes e compradores exploram as possibilidades de cruzamentos entre durações e ritmos heterogêneos nas fundações da “paisagem de poder”. Esses cruzamentos interferem de tal forma na paisagem, constituindo em seu interior uma apropriação de caráter mais ou menos estável, modificando e subvertendo o sentido dos espaços. Fazendo com que naquele momento em que ocorre a Feira aquele espaço deixe de ser o lugar normatizado, idealizado, controlado pelo poder e assuma novos significados.

Leite (2007, p. 215) explica que quando as “táticas” se associam “à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constituem em um contra-uso capaz não apenas de subverter os usos esperados [...] como de possibilitar que o espaço que resulta das ‘estratégias’ se cinda, para dar origem a diferentes lugares [...]”. A Feira da José Avelino, como reapropriação que qualifica o espaço onde ocorre de forma a divergir do que foi pensado para área, representa uma demarcação sócio-espacial, uma reordenação de sua lógica interativa, uma cisão na paisagem de poder, um *contrauso* que, para além da tática, produz um novo lugar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentei demonstrar como os sujeitos, por meio de seus usos, se apropriam dos espaços públicos dando-lhes sentidos que divergem daqueles idealizados pelo Estado, produzindo novos lugares. Para isso analisei o mercado informal atacadista de moda popular conhecido como Feira da José Avelino, que acontece na antiga zona centro-portuária de Fortaleza. Esta, uma área de importância histórica da Cidade, que se situa na zona definida como Plataforma de Oportunidades Turísticas, de acordo com o plano de desenvolvimento urbano intitulado Fortaleza 2040, lançado pela Prefeitura Municipal no ano de 2016. Dessa forma, procurei entender como em uma área que nas últimas décadas tem sido alvo de intervenções no sentido de torná-la mais interessante para o mercado do turismo e do entretenimento, se desenvolveu um comércio ambulante de dimensões tão significativas a ponto de atrair compradores de diferentes cidades do País, quiçá do exterior.

Iniciei minha análise perscrutando as razões do desenvolvimento do comércio ambulante na cidade de Fortaleza, do qual a Feira da José Avelino é uma das manifestações. Reflexo, principalmente do êxodo rural ocasionado pelas sucessivas secas que assolaram o estado do Ceará, essa atividade revela-se de grande importância para a realização da mercadoria e como fator de estabilização social, uma vez que por meio dela dá-se a inserção de significativa parcela da população menos abastada na sociedade de consumo. Tal inserção se dá tanto pela possibilidade de aquisição de determinados produtos como pelo fato do comércio ambulante representar para muitos que nele trabalham uma oportunidade de ascensão social, devido em certos casos possibilitar ganhos maiores que os dos trabalhadores assalariados.

O desenvolvimento dessa atividade na área central de Fortaleza se consolida quando esta perde sua hegemonia para bairros considerados mais nobres. A partir daí o Centro passa a se destacar como local de consumo dos moradores da periferia, que o procuram em busca de produtos e serviços não encontrados nos locais em que residem. Com isso, ocorre naquela área um fortalecimento cada vez maior da função comercial em detrimento da residencial. Essa redefinição do uso da área central, aliada à crise estrutural do emprego, que desde os anos 1980 vem propulsionando o mercado informal, possibilitou o alastramento do comércio ambulante ali. Tal fato tem suscitado inúmeros conflitos e uma série de intervenções do poder público no sentido de normatizar o uso do espaço, por meio de várias tentativas de regulamentar e até proibir essa atividade.

Foi no bojo desse processo de apropriação de espaços públicos do centro da Cidade por vendedores ambulantes que se desenvolveu, a partir dos anos 1990, no entorno da catedral metropolitana de Fortaleza, um comércio de rua formado predominantemente por pequenos e médios fabricantes de roupas e acessórios. Esse comércio cresceu na medida em que atraía compradores de outros municípios e estados, interessados em adquirir produtos para revender em seus locais de origem. Tal mercado informal ficou conhecido como Feira da Sé ou Feira da Madrugada, por começar no início da noite e se estender até a manhã do dia seguinte, durando até o momento em que era reprimida pelos fiscais conhecidos como “Rapa” e pela Guarda Municipal.

Em 2005, depois de vários conflitos e pressões da administração da Catedral e dos lojistas do entorno, principalmente os do Mercado Central, a Prefeitura estabelece o horário de 8 da manhã para o encerramento da Feira. Alguns feirantes passam a migrar nesse horário para a José Avelino, uma rua de pouco fluxo de veículos, situada na antiga zona portuária, a poucos metros da Sé. Era naquela via, onde existia apenas uma residência, uma floricultura e duas casas noturnas, que parte dos ônibus vindos de outros municípios e estados estacionava e naquele horário era possível ainda efetuar algumas vendas para os clientes que aguardavam o embarque para as tradicionais feiras pernambucanas de Caruaru, Santa Cruz e Toritama. Estas formavam com a Feira da Sé um *circuito*, ou seja, um tipo de uso do espaço e de equipamentos urbanos possibilitador de sociabilidade, por meio de encontros, comunicação e manejo de códigos, porém sem se ater à contiguidade (MAGNANI, 2012). Foi também por essa época que surgiram na José Avelino os primeiros galpões voltados para alocar feirantes.

Em 2008, o Ministério Público determinou que a Prefeitura retirasse os feirantes do entorno da Sé e deu-se início uma série de audiências públicas e reuniões em busca da definição de um novo lugar para alocá-los. A Prefeitura de Maracanaú, na Região Metropolitana, providenciou a concessão de *boxes* no empreendimento privado *Feira Center*, que estava sendo inaugurado naquele município. Entretanto, apenas parte dos feirantes aderiu, permanecendo a maioria na “Sé”. Em 2011, a Prefeitura de Fortaleza, em parceria com os galpões da José Avelino, fez um cadastramento para a concessão de *boxes* nesses estabelecimentos. O fortalecimento desse mercado enfraqueceu o *Feira Center* e muitos dos que haviam aderido a ele preferiram migrar para a José Avelino, mesmo que fosse para ficar na rua. Dessa forma, se desenvolve em torno dos galpões um comércio de rua que vai se tornando cada vez mais forte e se espraiando pelas vias circunvizinhas.

Depois de alguns anos de tentativas para conter o crescimento da Feira, envolvendo diversos conflitos, a Prefeitura anunciou uma reforma da Rua José Avelino, além

de outras benfeitorias no entorno, para convertê-la em um “corredor cultural”, como parte do previsto pelo plano Fortaleza 2040. Para isso, determinou a data de 13 de maio de 2017 para o último dia de realização da Feira naquela área. Como alternativa foi apresentada aos feirantes a possibilidade de concessões de boxes no empreendimento privado *Centro Fashion*, no bairro Jacarecanga. Houve resistência por parte dos feirantes e várias tentativas de demover a Prefeitura da decisão, que incluiu entre outras coisas, audiências públicas na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa com o apoio de parlamentares e lideranças políticas de oposição. Entretanto, tais tentativas não lograram êxito e o cumprimento da decisão ocasionou confrontos que duraram cerca de três dias na área em que a Feira acontece.

Durante as reformas, a Prefeitura permitiu que os galpões continuassem funcionando e recuou da proposta de conversão da José Avelino em “corredor cultural”. Apesar da determinação de que o comércio se restringisse aos galpões, os feirantes continuaram tentando realizar suas vendas na rua, fazendo uso de agenciamentos possíveis no sentido de driblar a fiscalização que se tornou especialmente rígida durante essa fase de reformas. Mesmo com o impedimento da entrada de ônibus, os clientes de outras cidades continuaram chegando.

Com o fim da reforma, os feirantes foram aos poucos retomando as vias. Mesmo alguns que adquiriram boxes no Centro Fashion ou em outros galpões também se aventuram na rua por achar que ali as vendas são melhores. Diante da dificuldade de impedir a realização da Feira sem conflitos que provocam desgaste na sua imagem e dividem a opinião pública, a atuação da Prefeitura por meio do “Rapa” tem se dado na maioria das vezes na forma daquilo que Goffman (2009) define como representação. Essa representação parece ter como objetivo mais passar uma imagem de altivez e controle para a sociedade e feirantes, buscando garantir que os limites não sejam ultrapassados, do que propriamente impedir que a Feira aconteça. Os feirantes compactuam com essa representação, aceitando a condição de não exercer sua atividade nos momentos em que o “Rapa” se encontra presente. Há um interesse mútuo em evitar conflitos que não seriam interessantes para nenhuma das partes. Embora, haja ocasiões em que uma das partes se recusa a atender a expectativa depositada pela outra, acarretando situações que muitas vezes envolvem agressões por parte do “Rapa” e reações violentas dos feirantes.

A feira constitui uma apropriação espacial do tipo que Magnani (2012) denomina de mancha urbana, ocupando uma área contígua delineada por “pontos” cuja marcação segue um *modus operandi* específico e legitimado pelos feirantes, que constitui parte das táticas utilizadas para perfurar a estratégia do Poder Público (Certeau, 2014). Por meio de seus

trajetos, os feirantes se movimentam no interior da mancha, não de forma aleatória, mas a partir de escolhas motivadas por suas necessidades (MAGNANI, 2012). Esses trajetos, relacionados com as “táticas de sobrevivência” dos feirantes, contribuem para a resignificação daquele espaço.

A pesquisa revelou ainda que a Feira da José Avelino integra um circuito formado tanto pelos *shoppings* e galpões voltados para o comércio de moda popular como pelas importantes feiras do estado de Pernambuco. Esse circuito envolve feirantes e consumidores que têm em comum o comércio informal como tática de sobrevivência, inserção no mercado de trabalho e na sociedade de consumo em um contexto de desemprego, precariedade e exclusão social. Assim, transitando nas porosidades entre o legal, o ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito (TELLES&HIRATA, 2007), esses sujeitos por meio de seu repertório de agenciamentos táticos vão se apropriando dos espaços públicos e atribuindo-lhes novos significados.

Desenvolvi esta pesquisa durante o período entre março de 2017 e maio de 2019. Além de várias inserções em campo, onde acompanhei feirantes em seus trajetos desde a sua chegada, na marcação de seus pontos, nos momentos de vendas e nas suas rotinas durante a presença do “Rapa” em campo, realizei entrevistas e conversei com diferentes trabalhadores da Feira, como motoristas, montadores, vendedores de lanches, dentre outros. Hospedei-me por duas noites em pousadas existentes no polígono onde a Feira ocorre, onde pude travar contato com clientes oriundos de outros estados. Realizei pesquisas em jornais locais, buscando além de subsídios para uma contextualização histórica da Feira, apreender que interesses se refletiam nas matérias veiculadas. Dessa forma pude reunir os dados que me levaram à escrita dessa dissertação.

De acordo com o Fortaleza 2040, a área onde ocorre a Feira da José Avelino, pela importância histórica, se inclui em uma zona de potencial turístico. No bairro Jacarecanga, onde foi inaugurado o Centro Fashion se constituiria, conforme o referido plano, um “corredor têxtil”, voltado para a indústria e comércio de confecções e acessórios. Entretanto, a partir do estudo do caso da “Feira da José Avelino” constatou-se que o espaço público não resulta exclusivamente da ação de um ou outro agente. Não é produto unicamente do planejamento dos governos, dos interesses corporativos ou da ação imanente dos indivíduos que neles interagem. É resultado das interações das ações, muitas vezes conflitivas, do Estado, do poder econômico e dos usuários que a partir de suas práticas cotidianas também influenciam na significação dos espaços e na construção dos lugares.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Samaisa dos. José Avelino: feira passa a ter dias e horários limitados. **O POVO**, Fortaleza, 4 fev. 2013. Fortaleza, p.2.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- BARBALHO, Alexandre. A modernização da cultura nos “governos das mudanças”. In: **ANAIS XXIII Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação Intecom**. 2000.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. **Análise Social**, vol. XLII (182), 2007, 163-180.
- BEZERRA, Leonardo. Ateliês existem apesar da especulação. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 maio 2014. Caderno 3, p. 02-02.
- BOECHAT, P. T. V.; SANTOS, J. L.. Feira Livre: Dinâmicas Espaciais e Relações Identitárias. In: **ANAIS DO VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA e da X SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB**, Vitória da Conquista, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CABRAL, Bruno. **Comércio: até R\$ 20 mi em um dia**. Fortaleza. **O POVO**. Economia, p.34. 11 ago. 2013.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.
- CASTRO, José Liberal de. **Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.
- CAVALCANTE, Talles Alexandre Moura. **Um estranho no ninho: O Centro dragão do Mar de Arte e Cultura e seus impactos sobre espaços culturais de menor porte situados em seu entorno**. 2015. 46 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** – Ano IX – Nº 17 – 2007b. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **A cidade e o comércio ambulante: Estado e disciplinamento da ocupação do espaço público em Fortaleza (1975-1995)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

DEFENDER. Fortaleza/CE – Mais dez bens históricos são tombados na capital. Publicado em: 19 dez 2012. Disponível em: <http://defender.org.br/noticias/nacional/fortalezace-mais-dez-bens-historicos-sao-tombados-na-capital/> Acesso em: 11 jul. 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia v. 2**. São Paulo: Editora 34, 2012.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1966.

ELALI, Gleice Azambuja. Relações entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na psicologia ambiental. In: **Colóquio Internacional Ambiências Compartilhadas: cultura, corpo e linguagem**. / Ambientes em partage: culture, corps et language. Anais do..... (CDRom). Rio de Janeiro: ProArq/UFRJ, 2009. P. 1 – 17.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Ana et al. Operação Pelourinho: O que há de novo além das cores?, in **Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE. Recife, 1995.

FINGUERUT, Sílvia. Cores da Cidade – Os casos do Rio de Janeiro e Recife, in **Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE. Recife, 1995.

FONTENELE, Sabrina Studart. Transformações na área centro-portuária de Fortaleza. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 10, 2013.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Plano Fortaleza 2040**. v. 1. Fortaleza: Iplanfor, 2016.

FORTE, Joannes Paulus S. **A construção do METROFOR e suas consequências sobre o mercado informal no centro de Fortaleza**. Monografia. Universidade Federal do Ceará. (UFC). Fortaleza, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. (Org.). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_; LIMA, Jacob C. **Pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

GOMES, Geraldo. **Porque o bairro do Recife**, in Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais. Dissertação de mestrado em desenvolvimento urbano, UFPE. Recife, 1995.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

HALL, E.T.. A dimensão oculta. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.

INSTITUTO DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ. **Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura**. Disponível em: <<http://www.dragaodomar.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

LEITE, Rogério P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, p. 115-134, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIMA, Humberto Hebert de Sousa. **O informal na Feira da Sé enquanto fenômeno de uma espacialidade**. Monografia. Universidade Estadual do Ceará. (UECE). Fortaleza, 2012.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MAROPO, Lídia. Em busca da Iracema Perdida. **O Povo**. Fortaleza, 03 abr. 1993. Vida & Arte, p. 1-1.

MARQUES, Janote Pires (org.). **Passeio Público: história e experiências**. Fortaleza: FUNCET. 2007

- MARQUES, Fabio. Praia de Iracema, arte e r(d)esistência. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 maio 2014. Caderno 3, p. 1-1.
- MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- O POVO: Feira da Sé complica o trânsito e atrasa missa na catedral. Fortaleza, 19 jan. 2009.
- O ENTORNO do Dragão do Mar. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 28 jul. 2016. Caderno 3, p. 1-2.
- PALMEIRA, Moacir. Feira e mudança econômica. In: Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, v. 11, n. 1. January to June 2014. Brasília, ABA. Available at <<http://www.vibrant.org.br/issues/v11n1/moacir-palmeira-feira-e-mudanca-economica/>> Acesso em: 19 jul. 2018.
- PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza, Belle Époque**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Germano; BEZERRA, Renato. Ação de ordenamento termina em confusão na José Avelino. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 abr. 2014. Cidade, p.3.
- RIBEIRO, Lycia. La movida cearense. **O Povo**. Fortaleza, 07 abr. 1993. Vida & Arte, p. 1-1.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SALES, Iracema. Dragão luta contra comércio irregular. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 maio 2014. Caderno 3, p. 3-3.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOUSA, Evelize Teixeira de Oliveira. **Produção de Territórios na Feira da José Avelino**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2015.
- TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.
- VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole, 2015.
- YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas:** mapeando cultura e poder, in A. Arantes (org.), O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do século XXI:** notas sobre a mudança social e o espaço urbano, in A. Arantes (org.), O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000b.